



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

KATHIUSCIA FERNANDES DOS SANTOS

A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN

JOÃO PESSOA

2016

KATHIUSCIA FERNANDES DOS SANTOS

**A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração “Território, Trabalho e Ambiente”, como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva

JOÃO PESSOA

2016

S237u

Santos, Kathiuscia Fernandes dos.

A urbanização do território e as transformações do campo no município de Macaíba/RN / Kathiuscia Fernandes dos Santos. - João Pessoa, 2016.

113 f.: il. –

Orientador: Anieres Barbosa da Silva.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN

1. Urbanização. 2. Urbanização do território. 3. Macaíba. 4. Transformação do campo. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 911.375.1(043)

“A Urbanização do Território e as Transformações do Campo no Município de Macaíba RN”

por

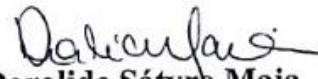
Kathiuscia Fernandes dos Santos

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Anierés Barbosa da Silva**
Orientador


Prof^ª Dr^a **Doralide Sátyro Maia**
Examinadora interna


Prof. Dr. **Celso Donizete Locatelli**
Examinador externo

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

Agosto/2016

AGRADECIMENTOS

Quero expressar a minha gratidão a todos que me incentivaram, apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho. De maneira particular a minha família: pai (sempre amoroso), mãe (Exemplo de força e coragem) e irmãs Kayonara Fernandes e Kaliany Fernandes por serem minha base na vida e por me acolherem sempre que foi preciso.

Aqueles que passaram por esta fase da vida sabem o quanto é árdua, mas prazerosa, por se tratar da finalização de uma etapa profissional e pessoal importante para o caminho que queremos trilhar. Assim, individualmente quero agradecer:

Ao meu orientador Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva, pelo constante apoio e incentivo, estando presente nos momentos em que minha pesquisa me deixava angustiada, acalmando as minhas inquietações, mostrando que tudo isso fazia parte do processo. Suas ações sempre recheadas de gentileza e educação;

A Prof. Dr. Doralice Sátyro Maia, pela orientação no estágio docência, contribuições no Exame de Qualificação e pela oportunidade de participar dos debates realizados no Grupo de Estudos Urbanos;

Ao Prof. Dr. Celso Donizete Locatel, pelas contribuições durante o Exame de Qualificação;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba;

A secretária Sônia Maria do Nascimento, pela gentileza de sempre atender as solicitações realizadas durante a realização do mestrado;

À CAPES, pela permissão da bolsa;

Aos moradores da área rural pela boa vontade de responderem ao formulário, pelos ensinamentos e diálogos;

Aos amigos que estiveram ao meu lado como Flávia Eloyne que estive comigo desde quando sonhei em sair das terras potiguares e conquistar meu lugar nas terras paraibanas, estando comigo desde seleção e participando das pesquisas de campo. Minha gratidão!

Aos colegas de turma, que viraram amigos como Ana Ferreira, Marcílio, Eliane, Marta, e todos os demais colegas;

Minha gratidão a todos que de maneiras diferentes contribuíram para que eu realizasse mais uma etapa importante da minha vida.

RESUMO

O campo e a cidade estão cada vez mais entrelaçados e, isso, estabelece uma outra dinâmica na relação entre o campo e a cidade, que encontram nas redes de comunicação e transportes o suporte para as mudanças territoriais causadas sobretudo no campo por meio do processo de urbanização do território. Para discutirmos esse processo, refletimos sobre a relação campo-cidade que, comumente, é realizada por meio de três perspectivas: a dicotômica, a do *continuum* e a da urbanização do campo. Porém, em nossa análise, propomos uma abordagem da urbanização a partir da perspectiva territorial, o que nos leva a discutir a urbanização do território. Essa abordagem perpassa a discussão da *sociedade urbana* proposta por Lefebvre (2008, 2001), na qual reflexões sobre os novos usos do território, a nova configuração, novas formas e conteúdo, são necessárias para entendermos esse processo e a sua materialização atual no território. Diante disso, o objetivo da pesquisa é compreender o processo de urbanização do território e as transformações do meio rural no município de Macaíba/RN, a partir de 2000. Cabe destacar que a escolha desse recorte temporal se dá porque é a partir de 2000 que a população do campo volta a crescer e há uma intensificação na instalação de infraestruturas no campo, que implicam em transformações territoriais e em mudanças tanto do conteúdo e formas quanto da relação campo-cidade. Para alcançarmos o objetivo proposto, nossa pesquisa foi construída tendo como alicerce o método dialético, por entendermos as contradições existentes entre os fenômenos, a sociedade e o espaço, que são interdependentes e cujas mudanças fazem parte de uma totalidade. Assim, realizamos a pesquisa bibliográfica que pudesse nos dar o embasamento teórico para discutir os conceitos-chaves para o desenvolvimento do nosso trabalho, tais como: território, redes, cidade/campo, urbano/rural, forma/conteúdo. Outro procedimento utilizado foi a pesquisa de campo, que tem como área objeto de estudo a zona rural de Macaíba. Para representar o universo da nossa área de estudo escolhemos três comunidades rurais (As Marias, Riacho do Sangue e Jundiaí), dois assentamentos (Quilombo dos Palmares e Eldorado dos Carajás) e dois distritos rurais (Traíras e Cana-Brava). O campo foi fundamental, pois durante as nossas incursões realizamos entrevistas, aplicamos formulários e produzimos registros fotográficos. Além disso, fizemos visitas a órgãos como EMATER-RN, SEMURB, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Saúde de Macaíba, onde pudemos coletar dados secundários e documentos. Assim, apontamos que entre as transformações mais perceptíveis do campo estão os novos usos do território para: moradia, com os condomínios fechados e a construção de moradias nas comunidades e distritos; destinação de áreas de interesse industrial; instalação de centros de pesquisas e *campus* universitário; e destinação de áreas para equipamentos (escolas, unidade de saúde, praças, academias públicas de ginásticas), que dão uma nova configuração territorial ao campo.

Palavras-chaves: Urbanização do território. Macaíba. Transformação do campo.

ABSTRACT

The countryside and the city are increasingly intertwined and among the factors that enable greater intertwining and changes in the relationship between the countryside and the city are communication and transport networks, which, together with other elements, expressing caused territorial changes especially in the field through the territory urbanization process. To discuss this process, we reflect on the rural-urban relationship, commonly, is accomplished through three perspectives: the dichotomous, the continuum and the urbanization of the countryside. However, in our analysis, we propose an urbanization approach from the territorial perspective, which leads us to discuss the urbanization of the territory. This approach permeates the discussion of urban society proposed by Lefebvre (2008, 2001), in which reflections on the new uses of the territory, the new configuration, new forms and content, are needed to understand this process and its current materialization in the territory. Thus, the objective of the research is to understand the planning process of urbanization and the transformation of rural areas in the municipality of Macaíba / RN, from 2000. It should be noted that the choice of this temporality is because it is from 2000 that the rural population is growing again and we started to see the intensification of installing infrastructure in this subspace, which materialized in the territory, imply territorial transformations and changes in both content and form as the rural-urban relationship. To achieve the proposed objective, our research was built as a foundation the dialectical method, because we understand the contradictions between the phenomena, society and space, which are interdependent and whose changes are part of a whole. Thus, we conducted a literature search that could give us the theoretical basis to discuss the key concepts for the development of our work, such as territory, networks, town / country, urban / rural, form / content. Another procedure used was field research, whose study area the rural Macaíba. To represent the universe of our study area we chose three rural communities (The Marias, Stream Blood and Jundiaí), two settlements (Palmares and Eldorado dos Carajás) and two rural districts (Traíras and Cana Brava). The field is critical because during our raids conducted interviews, we apply forms and produce photographic records. In addition, we made visits to organs like EMATER-RN, SEMURB, Department of Agriculture and Department of Health Macaíba where we could collect secondary data and documents. Thus, we pointed out that among the most noticeable changes in the field are the new uses of the territory for: villa with gated communities and housing construction in communities and districts; allocation of areas of industrial interest; installation of research centers and university campuses; and allocation of areas for facilities (schools, health center, parks, public academies of gymnastics), which give a new territorial configuration to the field.

Keywords: Land improvement. Macaíba. Transformation of the field

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Agrovila do assentamento El Dourado dos Carajás	27
Fotografia 2 - Lote com irrigação no assentamento Quilombo dos Palmares II.....	28
Fotografia 3 - Vista parcial da Comunidade Jundiaí, na qual estão localizadas a Escola agrícola Jundiaí e o Instituto Internacional de Neurociências, em destaques nos círculos amarelo e vermelho, respectivamente.	59
Fotografia 4 - Residencial Campinas, área de expansão urbana	67
Fotografia 5 - Residencial Campinas, Programa Minha Casa Minha Vida	68
Fotografia 6 - Loteamento de uma antiga fazenda de gado, no bairro Santo Antônio.....	69
Fotografia 7 - Criação de animais em terrenos não edificadas do loteamento	71
Fotografia 8 - Estabelecimentos comerciais no distrito de Cana-Brava.....	74
Fotografia 9 - Loja de conserto, manutenção de computadores e serviços gráficos em Cana-Brava.....	75
Fotografia 10 - Casa de farinha em Cana-Brava	76
Fotografia 11 - Academia pública de ginástica na avenida principal de Cana-Brava.....	77
Fotografia 12 - Condomínio Village Boulevard na área rural, comunidade de Jundiaí.....	79
Fotografia 13 - Um símbolo urbano, “sorria, você está sendo filmado”, sendo reproduzido no campo	80
Fotografia 14 - Condomínio rural Lagoa do Mato, BR-304 - Km 287 - Macaíba/RN	81
Fotografia 15 - Utilização do transporte público da cidade ao distrito de Traíras	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto (PIB) de Macaíba – RN	62
Gráfico 2 - Distribuição das idades dos entrevistados.....	84
Gráfico 3 - Infraestruturas básicas ofertadas no campo.....	86
Gráfico 4 - Serviços básicos ofertados no campo.....	89
Gráfico 5 - Bens de consumo existentes na residência dos sujeitos pesquisados.....	92
Gráfico 6 - Complementa a renda com outra atividade.....	96
Gráfico 7 - Mantém algum tipo de criação e/ou plantação.....	97
Gráfico 8 - Meios de transporte utilizados pelos moradores da zona rural de Macaíba.....	100
Gráfico 9 - Frequência com que os sujeitos da pesquisa vão à cidade	101
Gráfico 10 - Principais causas que contribuem para os entrevistados irem à cidade	102

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Macaíba.....	14
Mapa 2 - Macrozoneamento do município de Macaíba – RN.....	23
Mapa 3 - Bairros da zona urbana de Macaíba – RN.....	25
Mapa 4 - Localização dos distritos, comunidades e assentamentos pesquisados.....	32
Mapa 5 - Projetos de integração da Região Metropolitana de Natal	57
Mapa 6 - Zona Especial de Interesse da Indústria	61
Mapa 7 - Bairros da Zona Urbana consolidada de Macaíba.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PONTO DE PARTIDA: O INTERESSE PELA ÁREA DE ESTUDO	19
1.1 A construção de um caminho metodológico.....	20
1.2 A escolha das áreas que representam o universo da pesquisa.....	21
1.3 Procedimentos de pesquisa.....	28
RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	34
2.1 Aportes teóricos para o entendimento da relação campo-cidade	35
2.2 Noções sobre o conceito de território.....	42
2.3 A urbanização do campo: elementos para uma abordagem territorial	45
2.4 A urbanização do território: a realização desse processo no campo	50
A REPRODUÇÃO DOS ELEMENTOS URBANOS NO CAMPO	54
3.1 Macaíba: considerações a partir da região metropolitana de Natal.....	54
3.2 Novos usos do território: produção da cidade e reprodução do campo?	63
3.3 Reprodução dos elementos urbanos no rural	73
AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: CONFIGURAÇÃO E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO.....	82
4.1 Permanências e transformações do território rural de Macaíba.....	83
4.1.1 Infraestruturas: elemento-base para a urbanização do território.....	83
4.1.2 Serviços, bens de consumo e pluriatividade: quando o campo deixa de ser exclusivamente agrícola.....	88
4.1.3 Redes: elementos constituintes do território e suporte das relações cotidianas	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES.....	113

INTRODUÇÃO

A relação existente entre o campo e a cidade é constituída e potencializada pela presença de redes, transportes e comunicação, que passam a ser o elo entre estes subespaços¹. Ao analisar as conexões presentes no espaço, é possível observar a presença de inúmeras redes que conectam e desconectam a relação entre o campo e cidade, conduzindo assim, através da circulação de pessoas, de conhecimento e informação, por exemplo, objetos do campo para a cidade e desta para o campo, num movimento dialético de ida e vinda, fazendo e refazendo as relações entre estes espaços. Essas relações se complementam por meio das redes, que se inter-relacionam nas trocas (materiais e imateriais), na complementariedade do vivido (CARLOS, 2007).

Mondardo (2008) revela que o campo e a cidade não estão isolados um do outro, tendo em vista que as redes compostas pelas estradas, a título de exemplo, contribuem para o movimento de pessoas, mercadorias, informações e ideias, permitindo, assim, que haja relações complementares entre o campo e a cidade, como observado no município de Macaíba (RN), área de estudo da pesquisa.

Nesse município, podemos perceber que campo e cidade formam subespaços diferentes, mas que, devido à presença de redes apresentam-se conectados, portanto, indissociáveis, fazendo, assim, parte de uma mesma realidade (LOCATEL, 2013). Buscamos neste trabalho entender essa realidade por meio da urbanização do território, por sabermos que tal processo não está restrito apenas à forma cidade e que eventos atingem, mesmo que de maneira distinta, ambos os subespaços, tornando-os, desse modo, partes de uma mesma totalidade.

Para discutirmos a urbanização do território, no caminho que propomos trilhar nesta pesquisa, é fundamental refletirmos sobre a relação campo-cidade que, comumente, é realizada por meio de três perspectivas: a dicotômica, na qual o campo e cidade tornam-se realidades opostas; a perspectiva do *continuum*, cuja análise é pautada na supressão do campo pela cidade; e, por último, a abordagem da urbanização do campo, em que a relação entre o campo e a cidade é concebida por meio da indissociabilidade entre esses dois espaços, que, no período atual, tornam-se mais entrelaçados. (LOCATEL, 2013).

¹ Conforme Santos (2008b), os diversos elementos do espaço relacionam-se uns com os outros. Relações marcadas por suas qualidades e seus atributos que formam um verdadeiro sistema. Este é comandado pelo modo de produção dominante, mas pode-se falar em regras próprias ao modo de produção em sua adaptação ao meio local gerando, assim, subespaços.

A compreensão do campo e da cidade como subespaços que se entrelaçam tem sido concebida recentemente, uma vez que, por um longo período, prevaleceu nas análises uma visão dicotômica desses subespaços. Entretanto, essa mudança de perspectiva é consequência de um processo no qual o campo vem experimentando novos processos e novas formas de organização socioespaciais que caracterizam o período atual, em que as transformações espaciais ocorrem de forma acelerada e há, portanto, uma constante produção e reprodução da dimensão material do espaço.

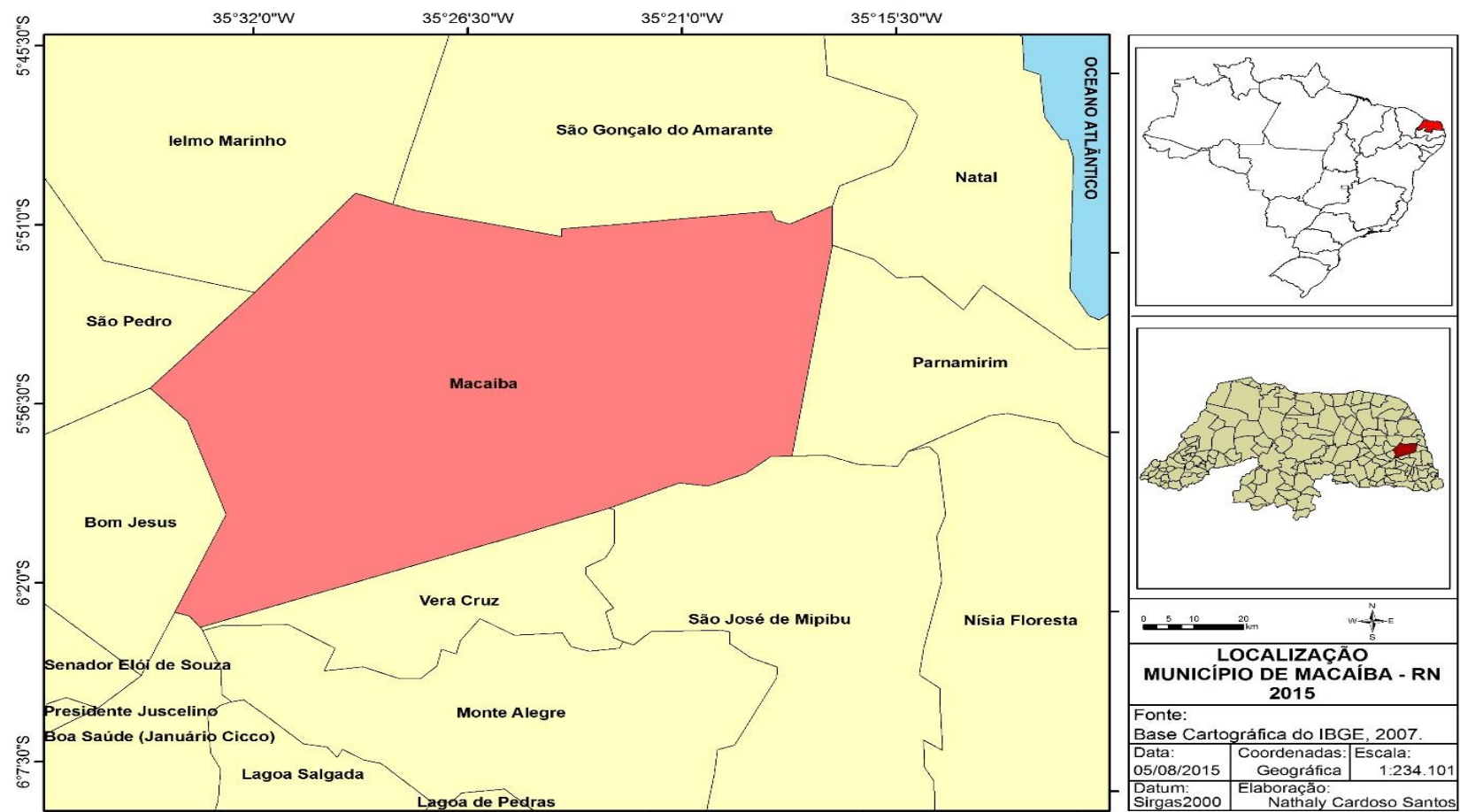
A abordagem da urbanização do território perpassa a discussão da *sociedade urbana* proposta por Lefebvre (2008, 2001), e, na geografia, essa discussão se direciona em uma perspectiva territorial da urbanização, na qual reflexões sobre os novos usos do território, nova configuração, novas formas e conteúdo são necessárias para entendermos esse processo e a sua materialização atual.

Assim, a nossa área de estudo é o município de Macaíba. Localizado a 14 km da capital do Rio Grande do Norte (RN), Natal, tem aproximadamente 78 mil habitantes e conta com uma área de aproximadamente 510 km² (IBGE, 2010). Macaíba tem como limites os municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ielmo Marinho, São Pedro, Bom Jesus, Boa Saúde, Vera Cruz e São José de Mipibu (Mapa 01). Boa parte desses municípios fazem limite com a zona rural de Macaíba, o que favorece uma análise da mobilidade da população da zona rural e as demais localidades. Além disso, Macaíba está entre os quatorze municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal e a sua localização geográfica permitiu participar de momentos decisivos para o processo de formação do território Potiguar.

Entre esses momentos, destacamos que, no início do processo de formação do território potiguar, com a ocupação dos portugueses, os núcleos de povoamento se sustentaram com a produção de açúcar. Na Capitania do Rio Grande, essa produção pertencia aos engenhos de Cunhaú e Potengi, este também conhecido como Ferreiro Torto, localizado em Macaíba, que deixou de funcionar logo após a invasão dos holandeses à capitania.

Assim, por muito tempo, a atividade canavieira foi a principal do Estado, mas, com a sua decadência, outras atividades ganharam maior importância, como a pecuária, que, através dos caminhos do gado, conseguiu expandir o território e ligar o sertão ao litoral, o que contribuiu para que Coité, hoje Macaíba, ganhasse importância e destaque no território norte-rio-grandense, pois se tornou um ponto de ligação entre a capital (Natal) e o interior.

Mapa 1 - Localização do município de Macaíba



Fonte: IBGE. 2015
Elaboração: Santos, N. C. 2015.

Banhada pelo rio Jundiaí, Macaíba sempre teve destaque pela sua localização geográfica. O período de grande efervescência comercial fez com que a localidade se tornasse, no fim do século XIX, um importante entreposto comercial, pois era através do porto localizado no baixo curso do Jundiaí que a produção de algodão e de açúcar era exportada para a Inglaterra (GOMES, 1997). Macaíba, a partir deste momento, ganhou novas proporções, pois o que era apenas um povoado começou a tomar forma de cidade. Natal era, naquele período, o centro administrativo, e Macaíba era o principal entreposto comercial.

O município começou a perder importância quando surgiram as ferrovias e a estrada de rodagem Natal - Seridó, desviando, assim, da cidade o fluxo de pessoas e de mercadorias. Chegou-se, dessa forma, ao fim do progresso que marcou o surgimento da cidade. Com a chegada de estradas e o declínio da produção açucareira e do algodão, as demais cidades não mais dependiam do porto macaibense para escoar sua produção (DANTAS, 1985).

A partir da década de 1980 e, sobretudo, em 1990, com a instalação do parque industrial no município, passa a se intensificar o processo de urbanização. Esta, enquanto conteúdo, no período atual, extrapola o perímetro urbano, com a instalação de distritos industriais em outros pontos do território do município, estabelecendo uma nova dinâmica em seu território.

Essa dinâmica foi percebida na análise preliminar de informações e nas primeiras incursões realizadas no município de Macaíba, onde foram identificadas algumas características que reforçam a nossa opção por este recorte espacial do estudo, tais como: novas funções e usos do território presentes nas áreas rurais, extensão da área rural superior à área urbana, pouca expressividade das atividades econômicas do setor primário na formação do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento considerável da população rural a partir do ano de 2000.

Considerando esse contexto e o fato de que o campo no município de Macaíba se apresenta com novas formas e novos conteúdos, uma inquietação começou a ser gerada, a qual esta pesquisa busca responder: que transformações estão ocorrendo no território e como elas estão relacionadas à urbanização do campo?

Dada a densidade da questão central, é conveniente, para fins analíticos, desdobrá-la em subquestões que, no conjunto, fornecem respostas complementares entre si. Desse modo, questionamos: que fatores são responsáveis pelo crescimento acentuado da população rural verificado a partir do ano de 2000? Que demandas essa população vai trazer para o campo? Como se estabelece a relação campo-cidade, considerando-se as novas formas, novos conteúdos e usos do território? Por que o aumento da população rural não se traduz no aumento da participação das atividades econômicas primárias no PIB local?

Diante das questões acima elencadas, o objetivo da pesquisa é compreender o processo de urbanização do território e as transformações do meio rural no município de Macaíba/RN a partir de 2000. Cabe destacar que a escolha desse recorte temporal ocorre porque é a partir de 2000 que a população do campo volta a crescer e há uma intensificação na instalação de infraestruturas no campo, que implicam em transformações territoriais e em mudanças tanto do conteúdo e formas quanto na interação campo-cidade

Para tanto, buscamos traçar os seguintes objetivos específicos: i) refletir sobre o processo de urbanização do território; ii) compreender os elementos que contribuem para a urbanização do campo, considerando as novas formas e conteúdo que esse processo ocasiona nas áreas de estudo; iii) analisar como ocorre a reprodução dos elementos urbanos no espaço rural de Macaíba; iv) entender como o processo de urbanização em Macaíba contribui para as transformações no campo, destacando os novos usos do território.

Para alcançarmos os objetivos propostos, nossa pesquisa foi construída tendo como alicerce o método dialético, por entendermos as contradições existentes no espaço, que são interdependentes e cujas mudanças fazem parte de uma totalidade. Assim, realizamos a pesquisa bibliográfica que pudesse nos dar o embasamento teórico para discutir os conceitos-chaves para o desenvolvimento do nosso trabalho, tais como: território, redes, cidade/campo, urbano/rural, forma/conteúdo.

Outro procedimento foi a pesquisa de campo, que tem como área objeto de estudo a zona rural de Macaíba. A pesquisa em campo proporcionou entrarmos em contato com a realidade da área de estudo e os sujeitos da pesquisa. Para representar o universo da nossa área de estudo, escolhemos na zona rural de Macaíba três comunidades rurais (As Marias, Riacho do Sangue e Juindai), dois assentamentos (Quilombo dos Palmares e Eldorado dos Carajás) e dois distritos rurais (Traíras e Cana-Brava). A escolha dessas áreas, entre outros motivos, se deu por identificarmos nelas o processo de urbanização com maior intensidade. Nesse sentido, o campo foi fundamental, pois durante as nossas incursões realizamos entrevistas, aplicamos formulários e registros fotográficos. Além disso, fizemos as visitas a órgãos como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN), Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), Secretaria de Agricultura e Secretaria de Saúde de Macaíba, onde pudemos coletar dados secundários e documentos.

Esta pesquisa foi dividida, além da introdução, em quatro capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado “PONTO DE PARTIDA: O INTERESSE PELA ÁREA DE ESTUDO”, tem como objetivo discutir o caminho metodológico realizado para a construção desta pesquisa. Para isso, dividimos esse capítulo em subtópicos onde discutimos:

como surgiu o interesse pelo tema da pesquisa; os autores utilizados para fundamentar teoricamente as nossas reflexões, e como foi desenvolvida a pesquisa de campo. Além disso, buscamos explicar as motivações e as justificativas para as escolhas realizadas desde os autores aos procedimentos que foram utilizados para a pesquisa, tais como: instrumentos empíricos, pesquisa bibliográfica, dados secundários, instituições pesquisadas, sujeitos e áreas escolhidas.

No terceiro capítulo, intitulado “**RELAÇÃO CAMPO E CIDADE E A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**”, mostramos como pensamos o processo de urbanização do território e quais as discussões que vêm sendo realizadas para entender esse processo. Fizemos, sobretudo, uma reflexão teórica sobre a relação campo-cidade e os conceitos norteadores do nosso trabalho como: território; redes; elementos espaciais; forma/conteúdo; urbano/rural; campo/cidade, dialogando com autores como Henri Lefebvre (2001, 2008), Milton Santos (2005, 2008, 2009, 2014), Marcos Aurélio Saquet (2010, 2011, 2013), Maria Encarnação Beltrão Sposito (2010) e outros, cujas leituras nos ajudaram a pensar sobre a realidade da área de estudo.

Dividimos esse capítulo em quatro subtópicos: no primeiro, “Aportes teóricos para o entendimento da relação campo-cidade”, refletimos sobre as principais linhas de discussão teórica da relação campo-cidade, com as quais dialogamos para realizar superações teóricas e compreendermos melhor o nosso objeto de estudo. O segundo, “Noções sobre o conceito de Território”, é uma aproximação com as principais noções que nos levaram ao entendimento do conceito de território, fundamentais para compreender a configuração do território e as transformações territoriais do campo de Macaíba. No terceiro, “A Urbanização do Campo: elementos para uma abordagem territorial”, realizamos a junção da discussão teórica sobre a urbanização do campo e o conceito de território para superarmos o entendimento da urbanização como um processo restrito ao espaço urbano e, assim, discuti-lo como um processo que é territorial. Por último, em “A urbanização do território: A ocorrência desse processo no campo”, realizamos apontamentos sobre como a urbanização reverbera no território, as mudanças e a materialização da urbanização no campo.

No terceiro capítulo, “**A REPRODUÇÃO DOS ELEMENTOS URBANOS NO CAMPO**”, buscamos compreender os elementos que contribuem para a urbanização do território, considerando as novas formas e os novos conteúdos que esse processo ocasiona nas áreas de estudo. Assim, dividimos esse capítulo em três subtópicos: em “Macaíba: considerações a partir da Região Metropolitana de Natal”, partimos de uma reflexão sobre os acontecimentos que influenciam o município em outras escalas, sobretudo a intermunicipal, já que Macaíba está entre os quatorze municípios que compõem a Região metropolitana de Natal,

o que favorece uma dinâmica intensa ao município com a chegada de infraestruturas que buscam uma maior integração entre eles; no segundo subtópico, “Novos usos do território: Produção da cidade e reprodução do campo?”, mostramos os eventos que ocorrem na escala municipal, os novos usos do solo e o crescimento da cidade que reverberam sobre o campo, modificando-o, e analisamos como ocorre a reprodução dos elementos urbanos no espaço rural de Macaíba; por último, em “Reprodução dos elementos urbanos no rural”, afunilamos para a escala de análise para discutirmos os elementos materializados no território que expressam a urbanização do território.

O quarto, intitulado “AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: CONFIGURAÇÃO E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO”, tem como objetivo entender como o processo de urbanização do território em Macaíba contribui para as transformações no campo, destacando os novos usos do território. Assim, dividimos o capítulo em um subtópico “Permanências e transformações do território rural de Macaíba”, no qual reforçamos os elementos que configuram as transformações destacando os dados obtidos em nossa pesquisa empírica que estão diretamente articulados ao processo de urbanização do território como pluriatividade, serviços e mobilidade.

Para facilitar a análise destas variáveis, subdividimos esse subtópico em três seções: em “Infraestruturas: elemento-base para a urbanização do território”, mostramos os dados coletados em campo e tabulados sobre as infraestruturas básicas as quais os entrevistados têm acesso e a dinâmica estabelecida no campo a partir dessas infraestruturas. Depois, na seção “Serviços, bens de consumo e pluriatividade: quando o campo deixa de ser exclusivamente agrícola”, refletimos sobre três variáveis que funcionam como uma teia, pois uma está diretamente ligada à outra. Assim, mostramos os dados sobre os serviços que os entrevistados têm acesso no campo, os principais bens de consumo e as atividades não agrícolas. Por último, em “Redes: elementos constituintes do território e suporte das relações cotidianas”, mostramos os meios de transporte mais utilizados, a frequência com que vão a cidade e os principais serviços e bens de consumo que são as principais causas desse deslocamento.

CAPÍTULO I

PONTO DE PARTIDA: O INTERESSE PELA ÁREA DE ESTUDO

O objetivo deste trabalho foi traçado a partir da necessidade de avançar na pesquisa realizada durante o trabalho de conclusão do curso de graduação, em que buscamos discutir o processo de urbanização no perímetro urbano de Macaíba. No entanto, observamos que a urbanização, nos moldes atuais, não está restrita apenas ao perímetro urbano, mas reverbera também no seu espaço rural, modificando-o.

A motivação para estudar essas transformações surgiu a partir da minha inserção no espaço rural como professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte. Essa vivência permitiu observar que a configuração territorial se mostrava diversa do imaginário que eu tinha a partir de experiências anteriores com outros espaços rurais.

No município de Macaíba, apesar de o número da população da cidade ainda ser maior, a população do campo aumenta em proporções bem superiores. Assim, esse dado torna-se extremamente relevante para a pesquisa, já que aumenta também demandas sobre o território, sobretudo por habitação. Nesse processo, passaram a chamar a atenção a dinâmica espacial e o aumento da população no campo (Tabela 1).

Tabela 1 - Crescimento Populacional do Município de Macaíba

Censo	População Urbana	População Rural	População Total	Crescimento da população urbana	Crescimento da população rural
1970	9.929	19.197	29.126	-	
1980	17.029	14.241	31.270	71%	7%
1991	29.019	14.431	43.450	70%	1%
2000	36.041	18.842	54.883	24%	30%
2010	42.686	26.852	69.538	18%	42%

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (2010).

Considerando que esse crescimento da população rural redefine a tendência do padrão de comportamento da população local, inclusive se colocando em situação oposta à que predomina no Brasil e no Rio Grande do Norte, e considerando que Macaíba é um dos municípios que integram a Região Metropolitana de Natal, torna-se importante refletir sobre o que explica o seu padrão de comportamento populacional.

A partir daí, e na tentativa de desvendar esse crescimento da população e as transformações no território rural, foram realizadas conversas informais com moradores e representantes de instituições públicas do município, além do debate teórico sobre campo e cidade que me instigou ainda mais a realizar esta pesquisa.

Como consequências das conversas e das incursões ao campo foi possível perceber uma nova configuração territorial, que representa também um novo conteúdo e novos usos do território rural. Nesse contexto, as dúvidas, questionamentos e hipótese colaboraram para o surgimento do embrião de uma problemática e, desse modo, para a elaboração dessa dissertação.

1.1 A construção de um caminho metodológico

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa está pautada pelo método dialético, pois entendemos que “as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço [...]” (SOJA, 1993, p. 103). Por isso, torna-se relevante a busca por uma discussão teórica que possa elucidar os conceitos mais importantes do universo delimitado na pesquisa e o levantamento de dados nos aspectos econômicos, sociais e históricos. Esses dados forneceram informações e possibilitaram elucidar as questões as quais esta pesquisa se propôs a responder sobre a urbanização do território no município em questão.

A escolha de um caminho metodológico coerente é árdua, sobretudo por sabermos que corremos o risco de que esta escolha possa tanto nos levar ao nosso objetivo, como nos afastar dele ou, simplesmente, não nos levar a lugar algum. Em seu livro “Todo es teoria”, Ruth Sautu (2005) mostra que uma pesquisa é constituída de blocos teóricos, ou seja, a teoria não está em um único capítulo, mas permeia todos e, assim, a construção da pesquisa em sua totalidade. A metodologia é, nesse sentido, fundamental para amarrarmos esses blocos. Assim:

A estrutura argumentativa de uma investigação é constituída por blocos teóricos que estão unidos por uma argamassa de variados graus de densidade e consistência. [...] A argamassa que os conecta entre si está constituída pelos nexos lógicos mediante os quais cada etapa é derivada da anterior ou das anteriores (SAUTU, 2005, p. 9, tradução nossa).²

² La estructura argumentativa de una investigación está constituida por bloques teóricos que están unidos por una argamasa de variados grados de densidad y consistencia. [...] La argamasa que los conecta entre sí está constituida por los nexos lógicos mediante los cuales cada etapa se deriva de la anterior o anteriores. (SAUTU, 2005, p.9).

Desse modo, projetamos o caminho para a construção dessa pesquisa pensando em como essa argamassa (metodologia) uniria os capítulos durante todo esse processo de construção e em como cada elemento que compõe a metodologia deste trabalho, sejam eles pesquisas bibliográficas, documentais, pesquisa em campo e aplicação do formulário, contribuiriam para alcançarmos os objetivos propostos em cada capítulo.

Assim, em nosso trabalho fizemos uma pesquisa bibliográfica que elucidou nossa discussão teórica, sob forma de análise e explicação das teorias e conceitos do fenômeno estudado. Entre os principais autores que fundamentam a pesquisa, podemos citar: Henri Lefebvre (2001, 2008), que elucidou a discussão sobre urbanização da sociedade e tecido urbano; Marcos Aurélio Saquet (2010, 2011, 2013) e Milton Santos (2005, 2008, 2009, 2011, 2014) para as discussões sobre o território, uso do território, configuração territorial e forma e conteúdo; Denise Elias e Pequeno (2005), Roberto Lobato Corrêa (2010) e Leila Chistina Dias (2000) para o conceito de redes que, observado sob o aspecto material, refere-se à infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia ou informação (rede técnica), enquanto que a rede analisada a partir de uma perspectiva social (rede social) refere-se às pessoas, mensagens e valores que se utilizam desta infraestrutura. Para a discussão sobre a relação campo-cidade e da urbanização do campo, que passa a ser mais intensa no período técnico-científico-informacional, apoiamo-nos em autores como Celso Locatelli (2004, 2013), Doralice Satyro Maia (1994) e Maria Encarnação Beltrão Sposito (2010).

Nesse sentido, buscamos atrelar à visão teórica a realidade do espaço em análise, porém sabendo que nem toda teoria pode explicá-la, tornando-se essencial a sua transcendência. Portanto, apesar de a discussão teórica estar contida de maneira mais densa em um capítulo específico, ela não deixou, também, de pautar as reflexões encaminhadas nos demais capítulos. No item que segue, passamos a discutir sobre as áreas da zona rural de Macaíba que representam o universo da pesquisa, realizando apontamentos, sobretudo, no que se refere ao motivo da escolha dessas áreas.

1.2 A escolha das áreas que representam o universo da pesquisa

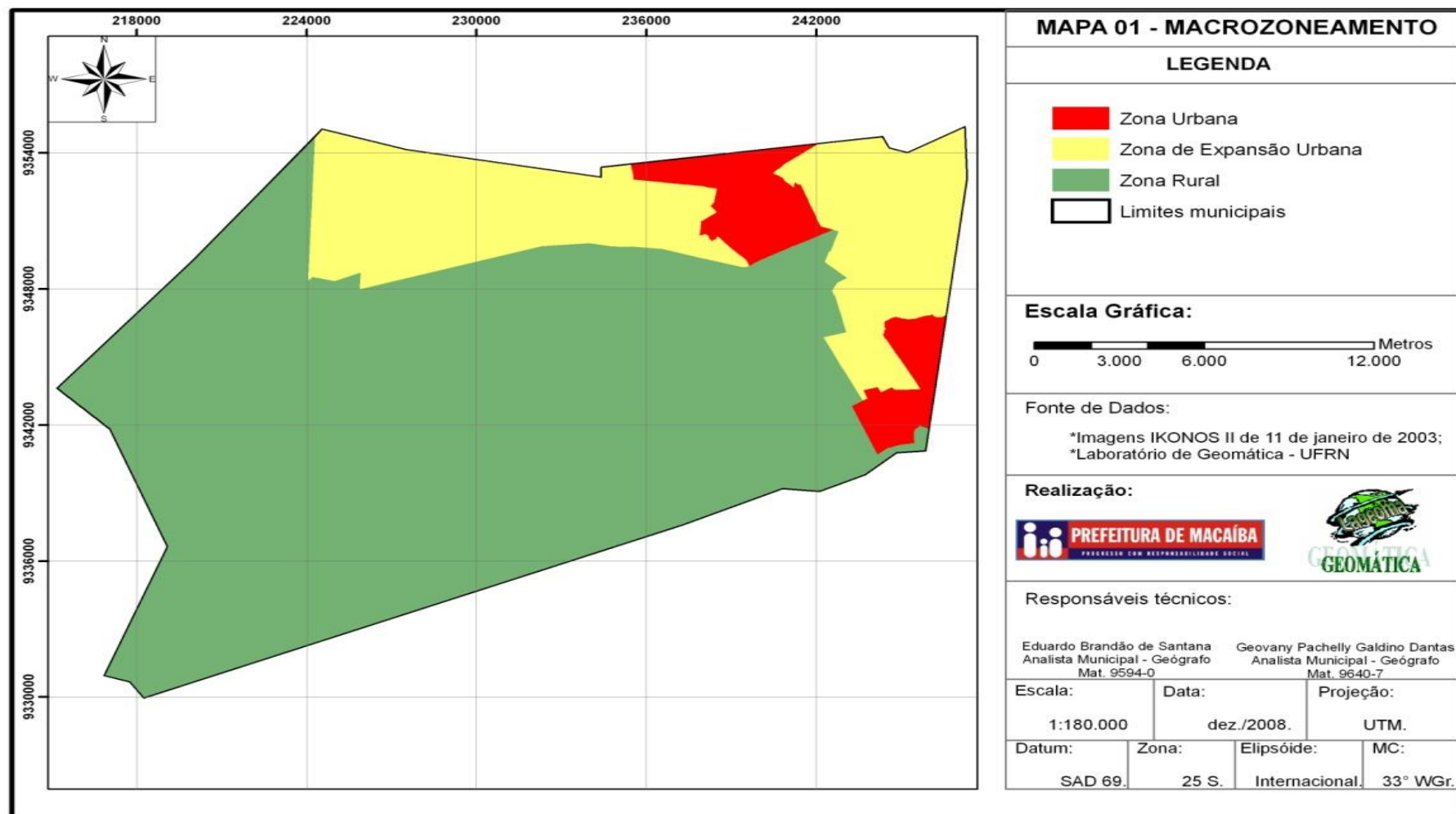
Como pode ser visto no Mapa 2, o macrozoneamento de Macaíba dividiu o município em três áreas. A primeira é o espaço urbano já consolidado, que apresenta uma área descontínua dividida: a primeira subárea é onde o processo de urbanização da cidade começou e a segunda trata-se de um espaço residencial estimulado por programas de habitação, nos limites com o município de Parnamirim. No espaço urbano já consolidado é onde está concentrado o maior

número de pessoas e todos os elementos que compõem a cidade: o centro, a área periférica do centro, os bairros residenciais, industriais, entre outros.

A segunda área do macrozoneamento é a área de expansão urbana de Macaíba, que se trata de uma área bem maior do que o atual e já consolidado espaço urbano e é em sua direção que a cidade cresce, sobretudo, de forma horizontal, na qual vemos surgir diversos loteamentos e condomínios fechados. Por último, temos a área rural que ainda é a predominante em termos de extensão territorial, sendo composta por 03 distritos, mais de 33 comunidades, 08 assentamentos rurais e uma comunidade quilombola.

A grande extensão territorial da área objeto da pesquisa implica nas mais variadas relações com o perímetro urbano, tanto do próprio município de Macaíba quanto dos municípios limítrofes. Diante do tamanho da área rural, da quantidade de distritos, comunidades e assentamentos que compõem todo esse universo marcado pela complexidade de usos e funções, tivemos que realizar escolhas das áreas que iriam fazer parte do recorte espacial do estudo e, portanto, seriam representantes do universo da pesquisa.

Mapa 2 - Macrozoneamento do município de Macaíba – RN



Fonte: Plano Diretor de Macaíba (2008).

Na realização desse recorte, bem como para alcançar os objetivos da pesquisa, fizemos uma análise baseada não na classificação das atividades econômicas ou usos do solo, mas na difusão e integração dos elementos considerados urbanos com os do rural. Essa difusão e a integração dos elementos colaboram para uma análise que conceba o campo como forma permeada por conteúdos próprios e por conteúdo do urbano, o que conduz à discussão da urbanização do território (LOCATEL, 2013).

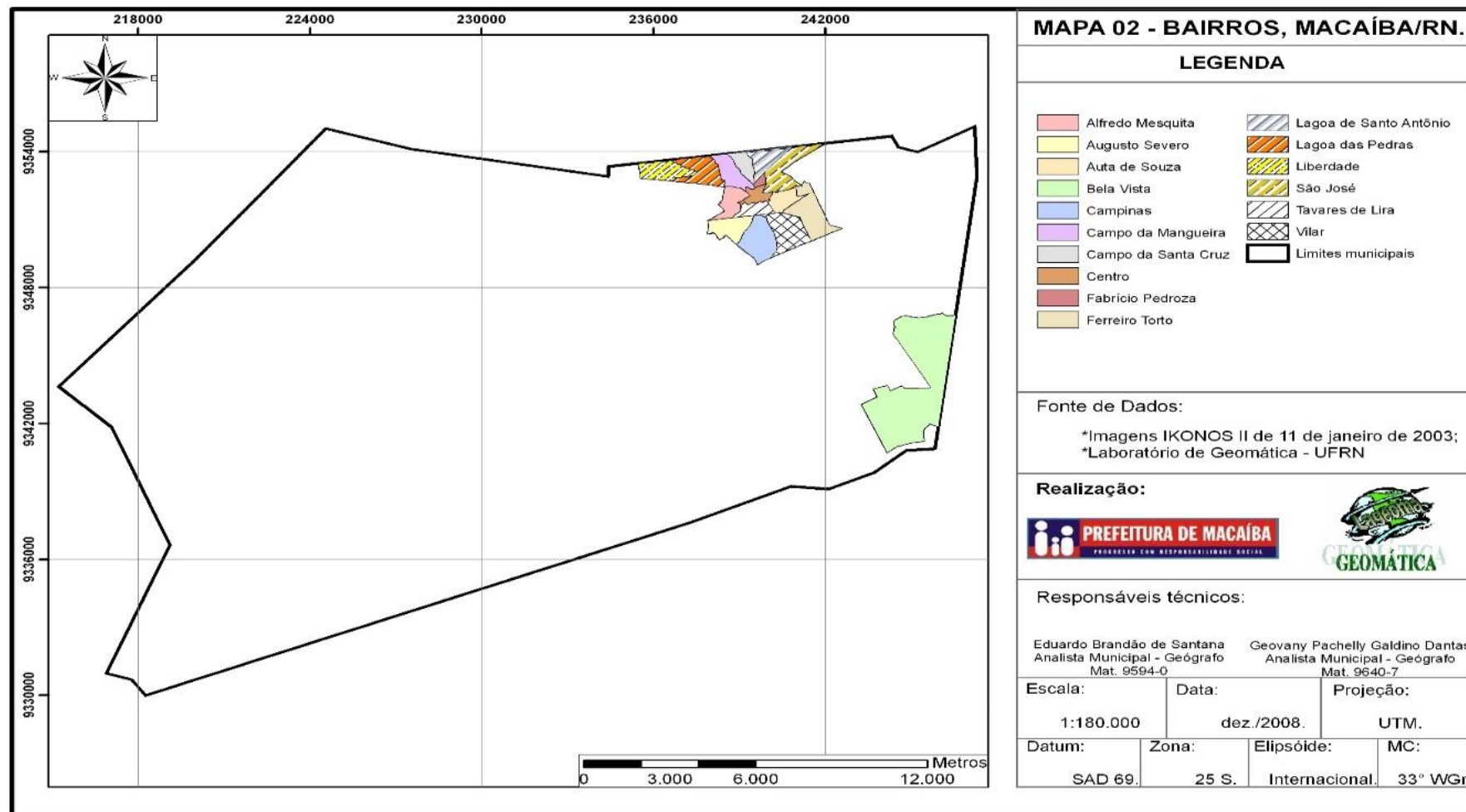
Outro ponto que foi considerado na escolha das comunidades é a definição do que é o espaço urbano e rural, pois, se temos como objetivo analisar os rebatimentos do processo de urbanização sobre o campo, não podemos deixar de lado as definições oficiais, mesmo que não concordemos plenamente com elas. Assim, cabe ressaltar que:

No Brasil, adota-se o critério político-administrativo e considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Segundo o IBGE, é considerada área urbanizada toda área de vila ou cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (MARQUES, 2002, p. 97).

No Plano Diretor de Macaíba ³(2008, p. 12), é definida como urbana: §1º “[..] área do território municipal ocupada, decorrente do processo de urbanização, com características propícias a diversos usos, com infra-estrutura básica já instalada e sistema viário definido, que permite a intensificação controlada do uso do solo.” Essa definição, mesmo se apresentando de forma vaga, tem seus limites territoriais definidos, em que são estabelecidos os bairros urbanos, que são 16, como pode ser observado no Mapa 3.

³ Sabemos que o plano diretor está passando por uma revisão, mas que durante a pesquisa ainda não estava disponível para consulta, por isso, utilizamos o plano diretor de 2008.

Mapa 3 - Bairros da zona urbana de Macaíba – RN



Fonte: Plano Diretor de Macaíba (2008).

Ainda segundo o plano diretor de Macaíba, os distritos são considerados rurais, juntamente com as 33 comunidades e os 08 assentamentos. Diante disso, utilizamos como critério para a escolha das áreas de estudo aquelas cujos elementos urbanos se apresentam mais difundidos e integrados com os elementos do rural.

Desse modo, foram consideradas as seguintes variáveis: mobilidade, infraestrutura básica, novos usos do território, expansão das atividades de serviços. Assim, o universo da pesquisa está representado pelos distritos de Cana-Brava e Traíras, pelas comunidades Riacho do Sangue, As Marias e Jundiaí, e pelos assentamentos El Dourado dos Carajás e Quilombo dos Palmares, ambos localizados na comunidade de Riacho do Sangue.

Os distritos de Macaíba são: Mangabeira, Cajazeiras, Traíras e Cana –Brava. O primeiro está inserido na zona de expansão urbana; já o segundo apresenta características mais próximas de uma comunidade rural. Por isso, a nossa opção pelos distritos de Cana-Brava e Traíras para representarem o recorte da pesquisa se deu em decorrência desses distritos apresentarem uma quantidade maior de elementos urbanos e por estarem inseridos, de acordo com o macrozoneamento da cidade, totalmente na área rural, além de estarem mais distantes da cidade, o que evitaria pensarmos que essa proximidade poderia ser um dos fatores que colaborariam pra a realização do processo de urbanização e as transformações pelas quais eles têm passado.

Quanto às Comunidades, a escolha foi motivada pelo fato de que elas expressam de forma mais intensa o processo de urbanização e, ao mesmo tempo, possuem certa expressividade nas atividades agropecuárias. E, especificamente na comunidade Jundiaí, por estarem localizados o *campus* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Instituto Internacional de Neurociências e o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi.

No tocante aos assentamentos, eles têm aproximadamente 15 anos de fundação e foram criados no sistema de agrovila (Fotografia 1), o que, no nosso entendimento, colabora para um caráter mais urbano, já que as casas ficam próximas umas das outras e os lotes onde os assentados produzem estão localizados em uma área separada da residência.

Fotografia 1 - Agrovila do assentamento El Dourado dos Carajás



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A política de assentamentos foi um fator considerável para o aumento da população rural, que mostramos anteriormente (TABELA 1). Quando começou a ser efetivada, a partir de 2000, cada assentamento atendeu a mais de 50 famílias, cuja maioria veio de outros municípios. Trata-se de dois assentamentos próximos, mas com realidades e possibilidades de produção agropecuárias distintas.

Essa distinção ocorre pelo fato de o assentamento Quilombo dos Palmares estar localizado em uma área cuja água é abundante, o que favoreceu a implantação do sistema de irrigação e, conseqüentemente, a diversificação dos cultivos e o aumento da produtividade. Um bom exemplo da importância dos sistemas técnicos de irrigação se dá na produção da mandioca (Fotografia 2), pois enquanto a mandioca no assentamento El Dourado dos Carajás demora um período de aproximadamente um ano para ser colhida, no Quilombo dos Palmares a colheita acontece em um período de aproximadamente seis meses.

Fotografia 2 - Lote com irrigação no assentamento Quilombo dos Palmares II



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

O assentamento Quilombo do Palmares está localizado a aproximadamente 7 km do distrito de Cana-Brava. Cabe destacar, ainda, que, mesmo contando com acesso à internet e com a presença de eletrônicos e eletrodomésticos, que expressam um modo de consumo da sociedade urbana, ainda se mantêm preservadas as festas no período da colheita, a ajuda mútua entre os agricultores e o trabalho familiar. A escolha dessas áreas só foi possível através das nossas primeiras incursões empíricas, as quais são detalhadas na próxima seção.

1.3 Procedimentos de pesquisa

No desenvolvimento desse trabalho foram utilizados diversos procedimentos de pesquisa, dentre os quais a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a coleta de dados secundários em sítios eletrônicos e em órgãos públicos, como IBGE, SEMURB, EMATER e Secretaria de Agricultura, bem como entrevistas com moradores da zona rural e pesquisas de campo. Esta, segundo Gil (2006), procura o aprofundamento de uma realidade específica, sendo basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de

entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade. Assim, sabemos que:

A pesquisa em campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Nesse caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos (SUERTEGARAY, 2002, p. 3).

A pesquisa de campo perpassou todo o nosso trabalho desde a realização das primeiras incursões. No primeiro momento, utilizamos como ferramenta a observação simples, que proporcionou os primeiros contatos com alguns moradores. Sentamos nas praças, conversamos com os comerciantes e, por meio dessas conversas, encontramos moradores que pudessem nos levar a lugares que não conhecíamos e que fossem capazes de explicarem a dinâmica ou as mudanças que ocorreram nesses lugares, assim, conhecemos algumas comunidades, distritos e assentamentos.

Esse momento foi fundamental para entrarmos em contato com essa realidade e observar o que se apresenta no espaço, no mundo da aparência e, a partir disso, elaborar conjecturas. Além disso, pudemos estabelecer um contato de forma mais livre com os sujeitos da pesquisa, com os quais, em meio às plantações, aconteceram boas conversas. Os moradores contaram sua história de luta e de amor pelo trabalho na terra, da possibilidade de reviver a vida no campo e de usufruir de uma vida melhor do que tiveram antes. Mostraram suas plantações, suas hortas e as frutas que cultivavam. Ainda, mesmo que se tratando de conversas informais, estas eram direcionadas pelas nossas perguntas, as quais eram estimuladas pelas nossas inquietações em conhecer a realidade que pretendíamos estudar.

Também realizamos o trajeto da cidade para o campo e deste para a cidade, nos transportes coletivos, o que favoreceu uma maior interatividade, através das conversas informais com motoristas e passageiros. Começamos, assim, a entender os aspectos que poderiam ser explorados em nossa pesquisa e contribuiriam na elucidação da nossa problemática.

A cada campo que fazíamos descobríamos um novo aspecto, um novo objeto e novos valores que fazem parte do campo, o qual, assim, era cada vez mais vivenciado e conhecido,

por meio não só da observação, mas também da interação com os moradores. Dessa forma, nessas primeiras incursões, nosso olhar enquanto geógrafos buscava entender que:

[...] temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 2008b, p. 12).

Ainda, entrevistamos o responsável pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural de Macaíba – EMATER, com o objetivo de saber por que tínhamos um território rural tão extenso, mas economicamente pouco produtivo, quando se considera o Produto Interno Bruto (PIB) do município. Mas essa era uma visão dicotomista, pois olhávamos apenas para as atividades primárias e deixávamos de perceber que no campo as atividades econômicas não são constituídas apenas por atividades do setor primário. Na EMATER fomos apresentados a lideranças dos assentamentos, o que foi importante para as nossas incursões nos assentamentos rurais.

Outro momento importante da pesquisa empírica foi a nossa visita à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB. Nesse órgão foi possível questionar junto aos dirigentes e funcionários sobre os procedimentos pelos quais foram estabelecidas as delimitações das áreas rurais e urbanas. Além das explicações, foram fornecidos os mapas do Plano Diretor do município e a base de dados para a elaboração de outros mapas.

Além dos trabalhos diretos no campo, também coletamos dados no *site* do IBGE e na Secretaria de Agricultura do município. Nos sítios eletrônicos desses órgãos, obtivemos informações sobre programas governamentais destinados à zona rural, organização dos produtores e destino da produção, sobretudo dos assentamentos.

O nosso trabalho de campo foi realizado da seguinte maneira: nessa primeira etapa realizamos 6 trabalhos de campo, em dias diferentes e alternados, para que pudéssemos vivenciar a dinâmica dos lugares tanto durante como nos fins de semana. Fomos primeiro nos distritos, depois nas comunidades e, por último, nos assentamentos. Durante esses campos, realizamos entrevistas com moradores das localidades selecionadas para a aplicação posterior do formulário, a qual ocorreu nas seguintes datas: 19 de outubro de 2014; 10 de maio de 2015; 8 e 14 de setembro de 2015.

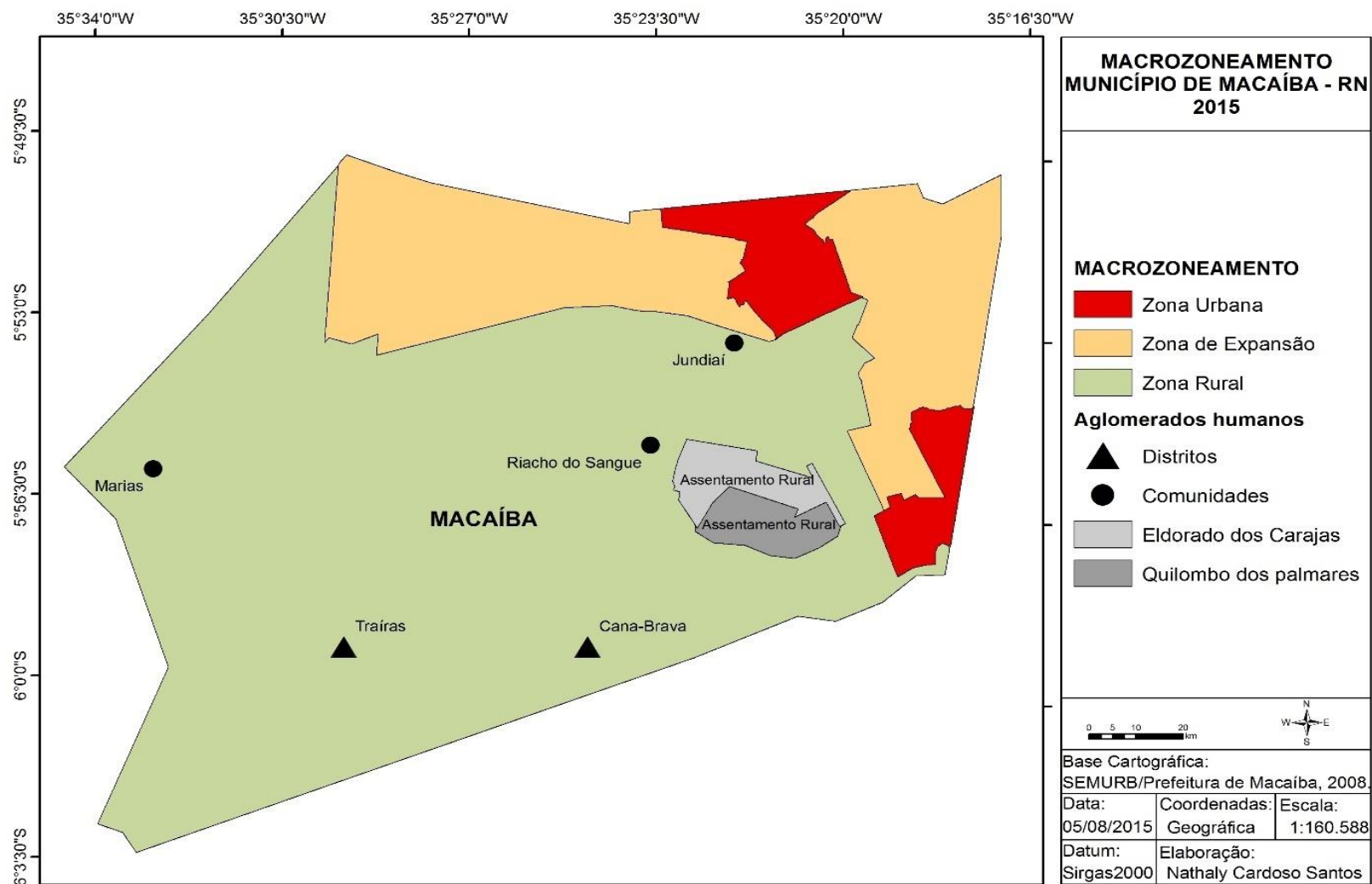
Após isso, realizamos mais um campo de dois dias para aplicarmos um pré-teste do formulário com o roteiro das questões que seriam utilizadas para coleta de dados primários.

Esse momento foi fundamental porque possibilitou novas inquietações e ajustes no formulário de pesquisa. A aplicação do pré-teste ocorreu nos dias 5 e 6 de novembro de 2015.

Os formulários de pesquisa, com roteiro semiestruturado (Apêndice A), foram aplicados por ocasião de dois trabalhos de campo, realizados nos dias 4 e 5 de janeiro de 2016. Foram aplicados 70 formulários, distribuídos da seguinte maneira: 30 em 2 distritos (Cana-Brava e Traíras), 30 em 3 comunidades (Riacho do Sangue, Jundiá, As Marias), 10 em 2 assentamentos (El Dourado dos Carajás e Quilombo dos Palmares). O total de 70 questionários não refere-se a uma amostragem, pois se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo. Além disso, solicitamos o número de moradores de cada lugar estudado, mas não foi fornecido pela prefeitura que teria que realizar o levantamento a partir dos seus agentes comunitários de saúde.

Esses lugares, onde os formulários foram aplicados, compõem a zona rural de Macaíba (Mapa 4). Com esse procedimento de pesquisa, obtivemos informações relacionadas tanto ao perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa quanto à elucidação de aspectos inerentes ao conteúdo das transformações que estão ocorrendo no espaço rural.

Mapa 4 - Localização dos distritos, comunidades e assentamentos pesquisados



Fonte: SEMURB
Elaboração: Santos, N. C. 2015.

Além da aplicação dos formulários de pesquisa, realizamos duas entrevistas com os motoristas dos transportes alternativos que conduzem pessoas do campo para a cidade ou da cidade para o campo. As entrevistas foram realizadas dentro dos transportes coletivos e durante os itinerários para os distritos, passando pelas comunidades. Esse procedimento foi importante para entendermos a dinâmica do meio de transporte que a população do campo mais utiliza; contribuiu para identificar roteiros e diversos fluxos de pessoas; e proporcionou maior conhecimento sobre os espaços que compõem a zona rural de Macaíba.

Ademais, e considerando que a mobilidade é um dos fatores que contribuem para a urbanização do campo, a realização dessa entrevista proporcionou a obtenção de informações que deram suporte à análise da mobilidade dessas pessoas, não só entre o campo e a cidade, mas também entre os municípios limítrofes. Essa parte da pesquisa nos rendeu reflexões sobre a necessidade de se discutir as redes, tanto de transporte quanto de comunicação, que são responsáveis pelo fluxo não só de pessoas e mercadorias, mas também de ideias e informações. Tais fluxos são necessários à nossa compreensão sobre o processo de urbanização do território, as transformações do campo e a relação campo-cidade.

CAPÍTULO II

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os debates acadêmicos sobre a relação campo-cidade têm sido realizados a partir de novos elementos que surgem nessa relação, como apontados por Endlich (2010): as novas atividades que são desenvolvidas no campo; a desconcentração espacial das atividades econômicas devido aos avanços técnicos; a falta de uma definição criteriosa sobre o que é campo e cidade, no Brasil. Além desses, acrescentamos a difusão de elementos urbanos no campo por meio das redes.

No município de Macaíba, a instalação das redes tornou-se mais intensa na primeira década do século XXI e proporcionou uma maior integração entre o campo e a cidade e o entrelaçamento entre o urbano e o rural, tendo em vista a presença, com maior intensidade, de redes de transporte e comunicação, que podem ser apontadas como responsáveis pelas novas dinâmicas do espaço rural. Mesmo assim, cabe ressaltar que no espaço urbano as transformações se apresentam de forma intensa e ainda mais acelerada em decorrência da variedade de agentes sociais, produtores e reprodutores do espaço, que nele estão concentrados.

Para Carlos (2007, p. 19), a realidade urbana assim expressa “nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que envolvem o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização nos dias de hoje [...]”. E, especialmente, por considerarmos que, nos últimos tempos, esse processo também intervém no campo, sobretudo, por meio das redes, levando objetos e ações que antes concentravam-se apenas ao espaço urbano. Atribuindo, assim, ao espaço rural novas logicas e novos significados, pois o campo também passa por um processo de urbanização, sobretudo, das relações sociais que dão ao campo um novo conteúdo.

A relação entre o campo e a cidade é, dessa forma, marcada por novos sentidos, ações e intenções que apontam para a superação da velha dicotomia entre esses espaços e para uma maior integração entre eles. Nesse sentido, buscamos refletir sobre os aportes teóricos que nos ajudarão a entender a relação campo-cidade e os processos em curso, como a urbanização do território, na área objeto de estudo.

Para isso, dividimos esse capítulo em quatro tópicos: no primeiro trazemos uma discussão sobre as principais teorias que abordam a relação campo-cidade: a dicotômica, a do *continuum* e a da urbanização do campo. Após refletirmos sobre essas teorias, realizamos uma aproximação com as noções que fundamentam o conceito de território utilizado em nosso trabalho. Em seguida, colocamos uma reflexão sobre a urbanização e a industrialização para que no último tópico possamos discutir a realização do processo de urbanização no campo.

2.1 Aportes teóricos para o entendimento da relação campo-cidade

Na tessitura das reflexões sobre a relação campo-cidade, faz-se necessário explicitar, inicialmente, que os diversos elementos do espaço relacionam-se uns com os outros e que as relações estabelecidas estão marcadas por suas qualidades e seus atributos, formando um verdadeiro sistema comandado pelo modo de produção dominante. Porém, pode-se falar em regras próprias ao modo de produção em sua adaptação ao meio local, gerando, assim, subespaços como o campo e a cidade, que se conectam em diferentes momentos com maior ou menor intensidade (SANTOS, 2008b).

Essa conexão encontra nas redes um suporte, pois estas proporcionam a articulação entre esses dois subespaços, tornando, assim, cada vez mais fácil o fluxo entre eles e dificultando o entendimento dos pares campo/cidade e urbano/rural, ou seja, definição de cada um fica mais difícil para o pesquisador delinear. A própria divergência sobre os conceitos de urbano e rural pode ser citada como um problema para as pesquisas ou estudos voltados à relação cidade/campo. Sobre essa questão, Maia (1994, p. 32) expõe:

Assim, longe de querer retomar à antiga discussão sociológica sobre a existência de duas sociedades, uma urbana e outra rural, mas indo buscar o entendimento desta relação na origem da divisão territorial do trabalho, e ainda, resgatando ideias que nortearam e norteiam alguns critérios para as delimitações da cidade, do campo [...].

Entre esses critérios de classificação que são utilizados para definir o urbano e o rural, Endlich (2010) aponta alguns deles: o primeiro volta-se para uma delimitação administrativa, em que o urbano seria o lugar de onde emana a força político-administrativa, sendo delimitado territorialmente. O segundo abarcaria um critério demográfico, no qual o urbano se apresenta como o lugar onde há maior concentração da população e o rural onde a população estaria mais dispersa. O terceiro estaria ligado à caracterização do que seria urbano e rural, considerando a densidade demográfica. E por último, a autora apresenta como critério utilizado para uma definição do urbano e do rural a natureza das atividades econômicas realizadas em cada espaço.

Esta última abordagem torna-se conflitante com a realidade no período atual, já que esses critérios, como reforça Carlos (2007, p. 102), negligenciam uma “[...] compreensão de que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas, sendo que estas relações, atualmente, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana [...]”. A autora, em críticas aos que tentam diferenciar o urbano e o rural apenas considerando critérios estatísticos, também acrescenta que:

O processo atual de urbanização não pode ser medido por indicadores referentes ou derivado do aumento da taxa anual de crescimento da população urbana, e muito menos pela estrita delimitação do que seria “urbano ou rural”, [...]. Significa também que nossas análises devem ultrapassar a dimensão dos dados estatísticos [...]. Por outro lado, a análise desses fenômenos deve superar a visão institucionalista – apoiada em decretos que definem regiões metropolitanas, delimitações de áreas urbanas municipais feitas pelas prefeituras muitas vezes com o intuito de aumentar a arrecadação do IPTU, entre outras [...] (CARLOS 2007, p. 104).

Nesse sentido, considerar a cidade e o campo apenas em suas formas é negligenciar que acima das diferenças há uma interdependência, ou seja, uma dialética que permite que a relação campo-cidade possa ser diferenciada, mas também análoga. Sobre as abordagens teóricas da relação campo-cidade, que acabam por enfatizar as formas, temos que:

Convencionou-se na geografia, durante muito tempo, definir o rural como campo e o urbano como cidade. Essa forma de pensar está associada a duas concepções basicamente: a dicotomia e o continuum, que durante muito tempo serviram de parâmetro para explicação da realidade. A concepção dicotômica entre o campo e a cidade está vinculada ao pressuposto teórico que considera a produção do espaço urbano, ou seja, da cidade, e a produção do espaço rural, como processos distintos, que de fato não são. É muito comum notar trabalhos de “geografia agrária” ou de “geografia urbana” que circunscrevem suas análises aos seus recortes de área, deixando de estabelecer a relação entre os processos presentes no campo e na cidade, ou seja privilegiando as formas e, não os conteúdos (LOCATEL, 2013, p. 87).

A perspectiva dicotômica sobre a cidade e o campo está voltada, sobretudo, para uma discussão da produção, pelo modo capitalista, do espaço urbano e rural como algo distinto, considerando, por vezes, o que é produzido em cada espaço. Entretanto, “o modo de produção não produz cidades de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços” (SPOSITO, 2010, p.77).

Conforme Locatel (2013), essas são abordagens clássicas das ciências sociais, e podemos perceber essa visão dicotômica da relação campo-cidade em trabalhos cujas análises partem da produção agropecuária, em que a abordagem central é a econômica. Nessa abordagem, se perde a visão da fluidez existente entre os dois espaços e predomina a visão clássica do campo subordinado às demandas das cidades e das indústrias. O campo, assim, é

visto apenas como um lugar ⁴de produção, e as relações sociais, consideradas como o conteúdo dessa relação, são postas de lado.

Sob outra perspectiva, não mais a do campo subordinado à cidade, mas sim da cidade voltada às necessidades do campo, surgem discussões que tratam das cidades do agronegócio e das cidades do campo, por exemplo. Nesse tipo de abordagem é ressaltado o surgimento dessas cidades para atenderem às necessidades do campo. Dessa forma, “a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (ELIAS; PEQUENO, 2005, p. 14).

Nesse sentido, ambas as perspectivas mostram uma visão complementar da relação campo-cidade, pois perdem de vista que a lógica que emana não é da cidade e nem do campo, mas do modo de produção capitalista. Segundo Locatel (2013, p. 89), no período atual, cujas complementariedades do campo e da cidade estão mais intensas, não explica a realidade, já que:

[...] torna-se cada vez mais difícil separar o rural do urbano, o que não significa que esses subespaços não existam. Com isso, fica claro que cada vez menos as categorias de análises campo e cidade ou rural e urbano, tomadas como dicotomias e opostas não servem para explicar a realidade territorial de um município, de uma região e de um país.

Para Reis (2006), a abordagem dicotômica volta-se para uma análise econômica do campo e da cidade, em que o campo fica restrito às atividades do setor primário, sobretudo a agropecuária, enquanto a cidade é tida como o lócus dos setores secundário e terciário, cuja relação fica restrita às trocas entre o que é produzido em cada subespaço.

Nesse sentido, o campo e a cidade são percebidos a partir das suas diferenças. No entanto, no período atual, essa diferenciação do campo e da cidade a partir do que se produz em cada espaço não explica a realidade. Em diversas porções do território brasileiro, como em Macaíba, as atividades antes restritas à cidade se reproduzem no campo, tornando-se, dessa forma, necessária uma abordagem a partir não das diferenças, mas sim das suas articulações.

Essas articulações, como já dito, tornam-se mais intensas no atual período, cujas redes, sobretudo de transportes e telecomunicações, estão cada vez mais difundidas pelo espaço, conectando e proporcionando novas formas de organização do território e a difusão de atividades, antes restritas à cidade, no campo.

⁴ Sobre a discussão da categoria de análise da geografia, lugar, Santos (2009, p. 3014) afirma que: “cada lugar é, a sua maneira o mundo. [...] Mas, também, cada lugar irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais.” Assim, o lugar nesse sentido torna-se expressão da vida cotidiana ao mesmo tempo que expressa o mundo.

Assim, outra abordagem que se volta para a análise dessa relação é a do *continuum*. São valiosas as reflexões de Queiroz (1978), que concebe o urbano e o rural como fatos que ora se aproximam, ora se afastam, sendo que essa variação se dará dependendo do momento histórico. Logo, a dialética existente entre esses dois espaços irá permitir reconhecer os aspectos econômicos, culturais e demográficos existentes na relação cidade/campo.

Admitindo que o espaço rural também se torna um meio diversificado, há pesquisas, de acordo com Rosa e Ferreira (2010), que tendem a resgatar a importância do rural, e há aquelas que defendem que o urbano prevaleceria sobre os diversos espaços. Nesse ponto, fazem uma indagação bastante pertinente sobre essa abordagem: “partilhar da ideia de que o urbano estaria moldando à sua maneira os espaços e as populações rurais, não seria perder de vista a fluidez que sempre existiu entre campo e cidade?” (ROSA; FERREIRA 2010, p. 194).

Entretanto, podemos questionar: o urbano está “moldando” à sua maneira os espaços e as populações rurais? Pensamos que não, pois a urbanização do território envolve uma totalidade, na qual os conteúdos de cada subespaço se entrelaçam e um subespaço não existe sem o outro. Nessa perspectiva, e por ter um caráter territorial, faz-se necessário entender a urbanização como processo e, dessa maneira, “ela não se circunscreve aos perímetros urbanos [...] e não se restringe simplesmente à produção da cidade” (LOCATEL, 2013, p. 89).

Esse processo ganha maior força com a fluidez do atual período técnico-científico-informacional, que é cada vez mais intensa. Mesmo que este não ocorra para todos da mesma forma, ele acaba por se fazer presente em diversas frações do território, aproximando-os cada vez mais, pois “antes eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objetos de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo, artificial inclui, hoje, o mundo rural” (SANTOS, 2009, p. 238).

Nessa perspectiva, é possível inferir que esse período marca os espaços com a presença das técnicas e, mesmo em um espaço rural que não aderiu a mecanismos de alta tecnologia para a produção agropecuária, há a presença de elementos básicos, como a eletricidade e outros equipamentos, que conseguiram promover outra dinamicidade ao conteúdo no campo e às atividades hoje exercidas nesse subespaço.

Isso pode ser visto no campo de Macaíba, cuja modernização não se dá por meio da adesão a altas tecnologias para a produção agropecuária, visto que no período de preparação da terra para o plantio, localmente denominado de “corte da terra”, a maioria dos tratores utilizados são cedidos pela prefeitura e os produtores que conseguem ter um sistema de irrigação a utilizam de forma rudimentar. Assim, a modernização do campo está relacionada a outros

elementos, como infraestruturas, redes de transporte e comunicação, e equipamentos de uso coletivo, como academias de ginásticas públicas, que antes estavam restritas ao subespaço urbano e hoje são difundidas no subespaço rural.

Sobre a perspectiva do *continuum* e da urbanização do campo, Wanderley (2001) ainda aponta que é utilizada em duas vertentes. A primeira, urbano-centrada, está alicerçada em uma visão dicotômica segundo a qual existem dois polos: o urbano moderno e o rural atrasado. A segunda é a do *continuum* rural-urbano, em que os dois subespaços ainda são percebidos como polos distintos, mas que, sob essa perspectiva, começam a apresentar algumas semelhanças, sobretudo, no acesso aos bens materiais. Apresentaremos a primeira, pois dela deriva a principal crítica feita à discussão da urbanização do campo. Assim:

A primeira delas corresponde a uma visão “urbano-centrada” (Rambaud, 1973), que privilegia o pólo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. O extremo rural do continuum, visto como o pólo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano, desenvolvido, num movimento que Elena Sarraceno comparou ao de “vasos comunicantes, em que, quase por definição, um só –o urbano– se “enchia”, enquanto o outro –o rural– só podia, conseqüentemente, esvaziar-se” (1996). Levada às últimas conseqüências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana (WANDERLEY, 2001, p. 32).

Contudo, essa não é uma perspectiva de todos os pesquisadores que discutem o processo de urbanização do campo. Entre eles, Maia (1994) aponta Paul Singer, em Economia política da urbanização, Neil Smith na obra Desenvolvimento Desigual, e Manuel Castells em A questão Urbana. Entretanto, há, de certo modo, uma “generalização”, como se essa abordagem fosse realizada por todos os pesquisadores, cuja crítica, comumente, está centrada na homogeneização da sociedade e do espaço, como pode ser percebido nas discussões de Rosa e Ferreira (2010), ao afirmarem que: “Assim, o padrão de vida urbano, produtor e reproduzidor de riqueza, estaria integrando espaços e populações, articulando ideologias, transformando lugares, costumes, **homogeneizando-os**, o que seria resultado do próprio movimento do sistema econômico” (ROSA; FERREIRA, 2010, p. 191, grifo nosso).

Entretanto, essas “generalizações” deixam de considerar ou consideram de maneira equivocada perspectivas como a de Lefebvre, que contraria a visão dicotômica de outros autores e discute a urbanização da sociedade como uma superação da divisão entre campo e cidade, e

não o aniquilamento do campo e a homogeneização dos espaços e da sociedade. Assim, temos que essa superação:

[...] não deve ser confundida com a visão – um tanto apocalíptica – do desaparecimento das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido restrito) total do planeta. Essa superação está ligada às relações de produção. Assim, ela não consiste num processo em que o campo se perde no seio da cidade, nem a cidade absorvendo o campo se perde nele (SOBARZO, 2010, p. 55).

Para Lefebvre (2008), a urbanização seria o desenvolvimento de uma sociedade urbana, uma vez que o urbano não se restringe apenas à cidade, assim como o rural não se restringe só ao campo. Formas e conteúdo, portanto, se entrelaçam e extrapolam as suas formas. Nesse sentido, “o fato de ambos os espaços incorporarem atividades e estratégias de vida que não são próprias de suas lógicas, não significa que a tendência seja a completa homogeneização. Os espaços não se homogeneízam, pois especificidades são mantidas” (LOCATEL, 2013, p. 89).

Entretanto, devemos ressaltar que, para a geografia, as estratégias de reprodução da vida no campo realizam modificações na configuração territorial e, também, sofrem modificações. Então, será que estamos falando do mesmo estilo de vida já estabelecido na cidade? Ou se trata de outra dinâmica na relação social? Certamente sim, outra dinâmica, pois o campo apresenta suas particularidades e características que ainda o fazem ser campo.

Dessa maneira, a contradição está no fato de que, mesmo surgindo outras formas e outros conteúdos, o campo não é aniquilado; não há eliminação, mas agregação por meio da difusão de novos elementos que fazem parte do período técnico-científico-informacional. Esse período apresenta, dessa forma, as condições necessárias para que esse processo ocorra. Por isso, um entendimento se faz necessário: “de que a urbanização, mesmo sendo um processo universal, inserido num processo histórico global, portanto, dependente das condições históricas, econômicas, sociais e culturais vigentes, apresenta particularidades com formas e significados diferentes (MAIA, 1994, p. 37).

Para Sposito (2010), fatores como os processos de acelerada extensão territorial e a urbanização, os quais alteram a morfologia urbana, colaboram para a dificuldade na distinção, no plano das formas espaciais, da cidade e do campo. Em razão das dificuldades de distingui-los, a autora reconhece a constituição de um *continuum* cidade/campo. Mas a discussão é para além das formas, pois há, também, uma dificuldade em distinguir os conteúdos.

Ainda, seguindo as principais perspectivas teóricas sobre a relação campo-cidade, vem sendo discutida, de forma mais recente, a urbanização do campo, como será discutida mais

adiante. Mas, o que significa esse processo? Segundo Locatel (2013, p. 90), “somente quando entende o campo como mundo rural, ou seja, um conjunto complexo que engloba o social, o cultural, o econômico e o interpessoal, e não simplesmente como agrícola, que está limitado aos aspectos econômicos, é que se pode falar de urbanização do campo”.

Ainda apontamos outras discussões sobre a relação campo-cidade, que, ao buscarem refletir sobre os novos aspectos dessa relação, e, assim, compreenderem as mudanças que ocorrem no campo, propõem novos conceitos para explicar o espaço rural no período atual, tais como: Novo Rural; Ruralidades, Urbanidades e Rururbanização. Sobre este último conceito, Maia (1994, p. 45) é bastante categórica ao afirmar que “dá-se mais por seu caráter de proposta para solucionar alguns problemas de desequilíbrio regionais e menos por sua abordagem teórica”.

Entretanto, se consideramos, como exposto por Lencioni (2008, p. 111), que “o conceito existe em movimento e, por isso, um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é uma reflexão do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique”, será que as palavras “zona rural” “campo” não poderiam permanecer, mesmo que anunciem um conceito que reflete uma realidade em movimento, em transformação?

Ademais, ainda pode ser levantada a questão do que é rural/campo e do que é urbano/cidade, pode ser superada a partir da discussão da urbanização do território baseada no pensamento de que as relações atuais entre ambos estão mais intensas e, por isso, há maior dificuldade em defini-los. Essa dificuldade em pensar, ou melhor, em definir o que é o urbano e o que é o rural esteja em querer analisá-los por meio de velhas associações de características que no período atual já não cabem na análise, ou por não existirem ou por terem sofrido alterações.

Assim, a inserção de equipamentos e serviços que antes restritos aos subespaços urbanos, como a escola, o posto de saúde e a rede elétrica e de comunicação, leva-nos a considerar o surgimento de outros hábitos no campo. O conteúdo vai sofrendo alterações na medida em que ocorrem mudanças ou surgimento das formas, no decorrer do tempo e nos diversos espaços, uma vez que “a cada novo momento, impõem-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações” (SANTOS, 2009, p. 97).

Nesse contexto, a permanência de certas características rurais mostra que não há um “aniquilamento” do rural pelo urbano, mas transformações pelas quais ambos passam. Tais transformações implicaram em mudanças territoriais as quais a geografia pode contribuir para elucidar. Com isso, é de grande relevância social a reflexão acerca da temática na sociedade do

presente, o que contribui para uma análise espacial da relação que vem se estabelecendo entre o campo e a cidade, no período atual. A sociedade vem passando por transformações e, em consequência, uma nova relação campo-cidade também vai sendo estabelecida. Nesse sentido, “A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras” (SANTOS, 2009, p. 96).

Portanto, diante da complexidade causada pelas mudanças e pelo estabelecimento de uma nova realidade, as relações existentes entre campo/cidade não devem ser analisadas com base apenas nas suas transformações espaciais e nas relações entre eles contidas, mas também a partir das suas articulações (CARLOS, 2007).

O processo de urbanização nos moldes atuais, independentemente da intensidade de sua ocorrência, incide em todo o território, o que implica em novas configurações, novos usos do território, novas formas e novos conteúdos. Assim, para desenvolvermos a nossa discussão sobre a urbanização do território, realizamos, no item a seguir, uma aproximação das noções que cercam o conceito de território, que fundamenta o nosso trabalho.

2.2 Noções sobre o conceito de território

O conceito de território em nosso trabalho possibilitou estudarmos a materialização do processo de urbanização do campo. Procuramos atrelar a discussão da sociedade urbana e da urbanização do campo através da abordagem territorial, para que possamos discutir a urbanização não apenas da cidade ou do campo, mas a urbanização do território. Então, nesta seção, explanamos as principais noções atreladas ao conceito de território como escala e suas articulações, periodização, multidimensões e as descontinuidades do território, que favorecem uma análise territorial da urbanização.

Assim, o território é uma categoria de análise importante para a geografia e complexa, uma vez que há uma variedade de noções sobre ele. Entre as noções mais difundidas na ciência geográfica, por um longo período, está a do território pensado apenas como Estado-Nação, portanto, também reduzido à escala nacional, cuja ideologia não era relativa a um grupo, uma classe social, mas tratava-se de uma cultura nacional, como se não houvesse contradições entre seu “povo” (SOUZA, 2000, p. 86).

No entanto, essa concepção de território não dá conta de explicar os processos e fenômenos sociais que acontecem em outras escalas espaciais e temporais, o que levou a

variadas concepções sobre o conceito de território, com a introdução de outras variáveis de análise. Com isso, outros componentes foram inseridos, outros retirados. Mas, “o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, SOUZA, SILVEIRA, 1998, p. 15).

Por isso, concordamos que “não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem portanto uma cifra. É uma multiplicidade, embora nem toda multiplicidade seja conceitual” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, P. 27). Diante disso, passaremos a buscar uma discussão sobre território que auxilie na interpretação da realidade do nosso objeto de estudo e, para isso, explanaremos algumas noções que fazem parte do conceito de território.

A primeira delas é de tentarmos não cair no reducionismo de pensar o território apenas como Estado-nação. Concordamos com Souza (2000, p. 81) que, para além, de pensarmos o território, apenas na escala nacional:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional [...]; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essas riquezas de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional”.

Esse entendimento se faz necessário, pois não podemos deixar de analisar as articulações que as escalas possuem. Assim, ao analisar nosso objeto de estudo, devemos considerar que Macaíba, além da escala intramunicipal cujo processo da urbanização do território é analisado, também é um dos municípios inseridos na Região metropolitana de Natal, onde os processos ocorrem e reverberam sobre o município, tratando-se, desse modo, de uma escala intermunicipal. Dessa maneira, “objetos e ações que ocorrem em uma das escalas estão relacionados a objetos e ações que ocorrem na outra” (CORRÊA, 2007, p. 63).

Essa relação entre as escalas é um dos elementos que as compõem, como apontados por Smith (2000), ou seja, trata-se das articulações existentes entre elas. Essa é outra noção que se faz necessária para alcançarmos uma compreensão sobre a urbanização do território, além disso, ressaltamos que não se trata da homogeneização do território:

[...] uma vez que o que diferencia processos e fenômenos sociais, são particularidades que os fazem únicos, como características dos lugares e das relações sociais neles existentes, e deles, com outros fenômenos e escalas, que

constroem suas identidades e diferenças cotidianamente no momento das ações (MELAZZO; CASTRO, 2015, p. 13).

Sabemos das discussões em busca de uma construção teórica sobre a escala e o quão importante é esse conceito para a geografia. Mas não podemos nos debruçar profundamente sobre essa questão, tampouco deixar de tocá-la, pois estaríamos deixando de fora um elemento fundamental para a compreensão do território. Assim temos que:

Apreender que cada escala possui sua própria coerência interna e também suas contradições torna possível também compreender que existem zonas intermediárias entre escalas nas quais se misturam institucionalidades, processos econômicos e políticos e formas de governança também intermediários, pouco claros e/ou até mesmo antagônicos (MELAZZO; CASTRO, 2015, p.14).

Então, na tentativa de não cair em uma discussão do território, na qual apenas o Estado é o ator principal da gestão territorial, há leituras que enfatizam as suas multidimensões e, entre elas, destacamos a cultural (simbólica) e social, pois considerar as multidimensões do território é o que nos dá suporte para essa abordagem territorial da urbanização, já que, sob essa perspectiva, outros atores também são gestores.

Essas questões podem ser percebidas no espaço e no tempo para se discutir a urbanização na perspectiva territorial. O que buscamos fazer nesse primeiro momento é apontar as noções necessárias para uma análise sobre o território. Encontramos autores que retomam as principais concepções e noções dessa categoria, assim temos que “como cada autor considera os componentes indispensáveis ao território, ou seja, as redes, a identidade e o poder, enfim, a identificação ou não das formas e conteúdo do território, o movimento interno e externo, os fluxos e as articulações” (SAQUET, 2013, p. 21).

A aproximação com essas primeiras noções é fundamental para uma leitura mais real do nosso objeto de estudo e, também, de como está sendo construído o nosso olhar sobre essa categoria de análise tão importante para a geografia e que hoje possibilita, considerando as diversas escalas espaciais e temporais, bem como a fluidez existentes entre os territórios, outras leituras e utilizações. Logo:

[...] a constituição do território, a multiescalaridade e componentes relevantes, como as relações de poder, as redes de circulação e comunicação e a constituição de identidades simbólico-culturais, auxiliando na produção de uma abordagem (i) material de des-continuidades do território e da territorialidade cotidiana (SAQUET, 2013, p. 22).

Autores como Saquet (2013) e Santos (2011) em suas discussões sobre o território enfatizam componentes como as redes, os fixos e os fluxos, e as relações de poder que se estabelecem sobre o território. Com isso, “[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana [...]” (SANTOS, SILVEIRA, 2011, p. 225).

Assim, é importante trazermos para a nossa reflexão as ações humanas que estão ocorrendo no território de Macaíba e que expressam os novos usos e as transformações. Assim, na próxima seção, apresentamos os elementos que possibilitam em nosso trabalho realizar uma reflexão sobre a urbanização do campo através da abordagem territorial.

2.3 A urbanização do campo: elementos para uma abordagem territorial

Para entendermos o processo de urbanização da sociedade, é importante refletir como as cidades tornaram-se uma marca expressiva, mas não exclusiva, da sociedade contemporânea e do processo de urbanização, pois a maior parte da população habita o espaço urbano. Como nos lembra Corrêa (2010), o espaço urbano é mutável e um reflexo da sociedade, características que o tornam bastante dinâmico, estando sempre em modificação.

No Brasil, o fenômeno de urbanização tem acontecido de forma bastante intensa nas últimas décadas, como expresso por Santos (2014, p 16), ao afirmar que “no caso do Brasil, a população urbana é praticamente multiplicada por cinco nos últimos trinta e cinco anos e por mais de três nos últimos vinte e cinco anos”. Entretanto, ressaltamos que a urbanização não significa apenas o aumento da população, mas que esse aumento implica na dinâmica de outros elementos urbanos, como infraestrutura e moradias, e refere-se a um conteúdo social, que se materializa.

Assim, a urbanização é um fenômeno que surge após a revolução industrial e conforme Santos (2008a, p. 13), “[...] é um fenômeno não apenas recente como também crescente”. Dessa forma, torna-se um acontecimento que abarca a maior parte da população mundial, gerando, assim, uma disseminação de novos valores, novas ações e novas condutas (CASTELLS, 1983), as quais, no período atual, como já dito, extrapolam os limites da cidade.

Nesse contexto, a cidade “[...] é a nós revelada enquanto obra da civilização, bem como um lugar de possibilidades sempre ampliadas para a vida humana” (CARLOS, 2004, p. 18). A análise dessas possibilidades, conforme as diretrizes da referida autora, compreendem a

articulação indissociável do plano econômico, político e social, que em diferentes contextos históricos foram estabelecendo formas e conteúdo, também diferentes, em cada momento.

Portanto, essas variações devem ser realizadas tanto em uma análise temporal quanto espacial. Como exemplo, temos que, nos países desenvolvidos, a industrialização marca profundamente a cidade, tornando-se responsável pela urbanização, enquanto nos países subdesenvolvidos o processo de urbanização ocorreu de forma distinta, pois “[...] fez-se de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária” (SANTOS, 2008a, p. 23). Isso se deu pelo fato de os países subdesenvolvidos apresentarem planos econômicos, políticos e, sobretudo, sociais, bem diversificados dos países desenvolvidos.

Lefebvre (2001) enfatiza o processo de industrialização como indutor da urbanização, sobretudo, nos países desenvolvidos. Mas, ao discorrer sobre esses processos, cita exemplos de urbanização em cidades da França, os quais se dão com uma industrialização fraca. Sobre isso, o autor coloca que: “Em outros casos, há uma ampliação maciça da cidade e uma urbanização (no sentido amplo do termo) com pouca industrialização. Este seria o caso de Toulouse. Este é o caso geral das cidades da América do Sul e da África [...]” (LEFEBVRE, 2001, p. 17).

Por sua vez, Santos (2008a) explica que a urbanização dos países subdesenvolvidos manifesta-se a partir da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de intensificação das trocas internacionais, de solidariedade crescente entre os países, e de modificação da estrutura e força de consumo. Mas, como as indústrias, nesse momento, eram ainda raras nos países subdesenvolvidos, não houve uma passagem da população de um setor econômico para outro, o que contribuiu para uma urbanização terciária. Deste modo, observa-se que a urbanização iniciou-se de maneira distinta entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, contudo atrelada ao processo de industrialização, considerado em seu sentido mais amplo. Assim, temos que:

A partir dos anos de 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como a criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torna-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2013, p.30).

Nesse sentido, temos a industrialização e a urbanização como processos integrados, o primeiro como indutor e a segundo como induzido, e ambos como processos sociais complexos que se materializam no território.

A industrialização caracteriza a sociedade moderna. O que não tem por consequência, inevitavelmente, o termo “sociedade industrial”, se quisermos defini-la. Ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como *sociedade urbana* a realidade que nasce à nossa volta. Esta definição contém uma característica que se torna de capital importância (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

Essa *sociedade urbana* se materializa e se estende pelo território, incluído neste o rural, provocando modificações que merecem reflexões. Assim, passamos a pensar sobre a abordagem da urbanização no campo e tecer considerações sobre os conceitos que são pertinentes para entendermos esse processo, como: forma e conteúdo; elementos espaciais; redes; além dos pares urbano/rural e campo/cidade. Estes subsidiam a discussão da relação campo-cidade a partir de uma abordagem territorial, como proposta por Saquet (2010, 2013) e Locatel (2013).

Nesse sentido, a **abordagem territorial** é um *caminho* para se compreender, por exemplo, as relações de complementaridades que acontecem entre os espaços urbanos e rurais, seus conflitos, as redes, as relações de poder, enfim, a unidade rural-urbana no âmbito da relação E-P-C-N e das tramas territoriais (SAQUET, 2013, p. 160-161).

Essa relação de complementaridade entre os espaços urbanos e rurais, bem como as redes, torna-se fundamental para essa abordagem, já que se trata de um processo que, nos moldes atuais, transcende a forma, entendida como “[...] o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado dos objetos, a um padrão” (SANTOS, 2008b, p. 69).

Enfatizar as formas, como comumente é realizado na análise da relação campo-cidade na perspectiva dicotômica e do *continnum*, nos possibilitaria apenas obter a descrição dos seus aspectos. Novas formas são encontradas no espaço rural de Macaíba e identificá-las talvez seja algo que contribuiria apenas para apreendermos a atual configuração territorial desses elementos, ou seja, descreveríamos como estão organizados no território. Para não cairmos nesse tipo de análise, Locatel (2013, p. 90) expõe, de certo modo, uma provocação para quem se propõe a estudar esse processo, ao afirmar que:

O processo de urbanização do espaço rural vem sendo analisado, de maneira geral, através de duas abordagens distintas. Em uma se privilegiam as transformações territoriais, perpassadas pelos fatores econômicos, enquanto que a outra está centrada mais nos aspectos sociais. No entanto, o que parece ser mais adequado é uma análise que contemple todos esses aspectos e que coloquem em evidência a maneira como eles estão imbricados.

Pautando-se nas palavras desse autor, também acreditamos que discutir a urbanização do território e não apenas a urbanização do campo contemple uma análise tanto econômica quanto social do processo; não uma análise do território em si, mas do seu uso, como exposto por Santos (2014, p. 15):

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem permanente é ser nosso quadro de vida.

Assim, a discussão sobre a urbanização do território implica em buscar uma análise que considere não apenas as formas, mas os conteúdos. Estes entendidos como “[...] o que chamamos de sociedade, que adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e como conteúdo dos objetos” (SANTOS, 2009, p. 95). Ou seja, trata-se de entender os conteúdos como as relações e ações sociais que dão expressão e significado aos objetos. Por isso, para que possamos pensar sobre a relação entre o campo e a cidade, é preciso compreender o conteúdo desses subespaços, que, em um movimento dialético, é alterado na medida em que as formas também o são.

Desse modo, partimos da discussão que comumente é realizada sobre a distinção entre campo/cidade como forma e rural/urbano como conteúdo, e que o modo de vida urbano, expresso como conteúdo, está propagando-se no campo, considerando que o contrário também acontece, mesmo que seja em menor proporção. Assim, não se pode deixar de considerar que:

Se campo e cidade são formas espaciais produzidas por relações sociais, rural e urbana constituem as relações que configuram o modo de vida específico para cada espaço, ou seja, são conteúdos que dão vida a essas formas. Assim, rural e urbano extrapolam os limites tradicionais. As contradições colocam a realidade plural do desenvolvimento da sociedade: o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente; a cidade é o espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano (LOCATEL, 2013, p. 88).

Entretanto, isso leva a refletir se há uma dissociabilidade entre forma (cidade/campo) e conteúdo (urbano/rural). Então, a discussão tem que transcender a forma e o conteúdo distintos e incluir os rebatimentos do processo de urbanização do território, o qual implicará em transformações territoriais. Além disso, as discussões enfatizam o modo de vida rural e o modo de vida urbano ora convivendo na mesma forma, ora havendo a superposição do urbano no rural.

Diante disso, questionamos se não seriam o conteúdo e a forma percebidos de modo indissociável que devem ser verificados, pois, como dito por Santos (2009, p. 109), “Não existe dialética possível entre formas enquanto formas. [...] A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhe uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre conteúdo social e formas espaciais”.

Como síntese provisória, o espaço é constituído por elementos tais como homens, firmas, instituições, isto é, a base física do trabalho humano, e as infraestruturas, que são entendidas como variáveis, pois mudam de valor conforme o movimento histórico e, portanto, com o tempo, mas também no espaço, já que isso implica que cada elemento terá um valor à medida que muda o lugar em que se encontra (SANTOS, 2008b).

Essa mudança de valor é o que interessa a essa abordagem, pois há infraestruturas, por exemplo, que antes eram “exclusivas” da cidade e que hoje se reproduzem no campo, o que nos leva a pensar se haverá uma mudança de valor destas no campo e qual o conteúdo dessa mudança. Além disso, esses elementos são intercambiáveis e redutíveis, e isso implica que:

Essa intercambialidade e redutibilidade aumenta, na verdade, com o desenvolvimento histórico; é um resultado da complexidade crescente em todos os níveis da vida. Desse modo, os homens também podem ser tomados como firmas (o vendedor da força de trabalho) ou como instituições (no caso do cidadão, por exemplo), da mesma maneira que as instituições aparecem como firmas e estas como instituições. [...] ao mesmo tempo em que os elementos do espaço se tornam mais intercambiáveis, as relações entre eles se tornam mais íntimas e muito mais extensas (SANTOS, 2008b, p. 17-18).

Essa compreensão dos elementos torna-se necessária para a análise, pois, mesmo que em nossa abordagem tenhamos que dar maior ênfase a alguns desses elementos, sabemos que fazem parte de uma totalidade e não podem ser vistos de maneira separada. Entre esses elementos que aparecerão com maior ênfase estão as infraestruturas e as instituições, mas sem que percamos de vista os demais. Além disso, esses elementos também estão entre as variáveis que compõem a configuração territorial, que é:

Formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial [...] (SANTOS, 2014, p. 85).

Com isso, se faz necessário termos uma noção de como os recursos tanto naturais quanto os criados pelo homem estão organizados sobre o território e, sobretudo, como estes últimos estão se reproduzindo no campo e realizando-se em uma dinâmica social, antes restrita à cidade. Mas, o que temos ainda são as noções mais gerais sobre os conceitos que são necessários para uma abordagem territorial da relação campo-cidade a partir do processo de urbanização do campo. Assim, a nossa compreensão desse processo deve estar atrelada ao entendimento do que é a sociedade urbana e o tecido urbano, bem como, a sua materialidade.

Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade urbana e a vida urbana penetram no campo. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

Como exposto, a sociedade urbana encontra seu suporte no tecido urbano, que está imbricado por sistemas de objetos e de valores. Isso nos encaminha para uma reflexão da sociedade urbana a partir do território, pois assim poderemos entender a dialética desse sistema de objetos e de valores, tentando, desse modo, escapar de uma análise apenas das transformações territoriais de base econômica, deixando de lado as transformações sociais, ou seja, o conteúdo dessa relação. Logo, ao se considerar que a urbanização é um processo de caráter territorial não se pode, portanto, discuti-lo considerando apenas a cidade e o seu perímetro urbano (LOCATEL, 2013). É com base nessa compreensão que passaremos a discutir como a urbanização chega ao campo e como isso reverbera no território.

2.4 A urbanização do território: a realização desse processo no campo

Entender a urbanização do território torna-se complexo por tratar-se de um processo em curso, assim como, em uma escala maior, sabemos que a sociedade que realiza as ações sobre ele, a sociedade urbana, também, ainda é uma virtualidade. Como exposto por Lefebvre (2008, p. 13), “Denominaremos ‘sociedade urbana’ a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real [...] aqui, reservaremos o termo ‘sociedade urbana’ à sociedade que

nasce da industrialização”. Essa definição objetiva eliminar as imprecisões que são geradas por designar com esse termo qualquer cidade, seja de espaço ou tempo diferentes.

Essa precisão do termo é fundamental para a nossa discussão, uma vez que a sociedade que surge a partir da industrialização possui sistema de valores e de objetos, que proporciona as condições necessárias para que se concretize a sociedade urbana e, ao mesmo tempo, nos lança o desafio de entender as ações dessa sociedade sobre o território. Com isso, uma das mudanças geradas a partir da industrialização é a conversão da produção agrícola ao setor industrial.

[...] a produção agrícola subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. Crescimento econômico, industrialização, tornados aos mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto de territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio a vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra a indústria e ao consumo dos produtos dessas indústrias (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

A subordinação da produção agrícola ao setor industrial impõe necessidades ao território rural. Por isso, reforçamos mais uma vez que a lógica que se estabelece na sociedade atual não é da cidade ou do campo, mas sim do modo de produção capitalista. Para Maia (1994, p. 36), “diante do exposto, entende-se que a cidade, o campo e a própria relação entre eles, sofrem alterações contínuas. Realmente, já não se pode falar em uma cidade depender de um campo que a cerca e nem da existência de dois modos distintos de organização espacial.”

Em Macaíba, se considerarmos a integração da produção agrícola à indústria, possivelmente, encontraremos um nível de integração baixo ou indireto, já que a produção agrícola não é altamente mecanizada como em outras localidades. Assim, deter-nos-emos no consumo dos produtos industrializados pelo campo, pois esse consumo se faz mais presente no cotidiano das relações sociais no campo e o processo de urbanização está diretamente associado a ele.

Porém, um esforço que estamos realizando é o de não reduzir a nossa visão apenas a relações econômicas de produção, pois estas também se materializam, dando uma nova configuração territorial ao campo, que, no período técnico-científico-informacional, é cada vez mais carregada de objetos fixos artificiais. Assim, sabemos que:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas e cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se

uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2009, p. 62).

Essa configuração territorial mais humanizada está cada vez mais presente e intensa no campo, onde objetos técnicos não se reduzem a objetos utilizados apenas nas atividades de produção, mas também a vida rural torna-se mais carregada pela técnica, na qual hábitos urbanos vão sendo introduzidos e outros novos vão surgindo.

Nesse sentido, outro elemento da nossa discussão, capital para entendermos o processo de urbanização do território e as transformações do campo em Macaíba, é a técnica, entendida como: “[...] a principal forma de relação entre o homem e o meio. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009, p. 29).

Ao estudar as noções fundamentais para a discussão do conceito de espaço, Santos (2009) elabora um capítulo introdutório, no qual aborda a negligência dos estudos com a técnica, que são realizados como se a técnica não fosse um elemento do território, participante da sua composição e colaborador de sua transformação. Assim, escolhemos este elemento para a nossa discussão por entendermos que a sua materialidade nos auxiliará em uma reflexão temporal e espacial sobre a urbanização do território, bem como sobre as suas consequências sociais.

Esse processo encontra na atualidade as condições para a sua realização, justamente por causa da evolução das técnicas, constituinte primordial do processo indutor que é a industrialização, ou seja, se analisarmos os processos, sejam eles indutores ou induzidos, encontraremos a evolução técnica como cerne, mesmo que haja uma desigual distribuição das técnicas no território e na história, considerando, assim, o tempo e o espaço (SANTOS, 2009).

Na área pesquisada, é muito presente a evolução dos sistemas de transporte e de comunicação, bem como dos objetos técnicos de infraestrutura, que exaustivamente lembramos, por proporcionarem uma relação mais intensa entre o campo e a cidade. Esses pontos são necessários à construção da nossa visão sobre território.

Considerar esses elementos, sua integração e interação, colabora para refletirmos sobre as transformações que a urbanização causa ao campo. Assim, percebemos que, mesmo com um conteúdo em transformação, as pessoas do campo identificam que são do campo ou que, pelo menos, moram no campo; e que a cidade ainda é centralizadora dos serviços, das infraestruturas, da política e das decisões; mas que tanto o campo quanto a cidade por meio do movimento de pessoas, ideias e materiais mantêm relações estreitas de complementariedade.

Nesse contexto, é possível considerar que a urbanização se realiza por meio da evolução das técnicas que proporcionaram a difusão e a integração dos elementos urbanos sobre o território, na qual estão imbricados sistemas de objetos, de ações e de valores, que fundamentam as ações dos diversos agentes. Somando-se a esse processo, observamos em Macaíba o aumento da população no campo, que foi um dos aspectos que chamou nossa atenção para a realização desta pesquisa.

Além disso, a difusão de atividades econômicas requer novas concepções que sejam capazes de superar a classificação do que é cidade e do que é campo, considerando apenas as atividades econômicas presentes no espaço da cidade, pois hoje o campo, mesmo que com uma menor intensidade, tem as atividades que antes se estabeleciam ou eram restritas às cidades.

Ainda, deve ser considerado o fato de que em alguns municípios, como é o caso de Macaíba, ocorreu um aumento da população do campo, motivado pelo crescimento demográfico e por processos migratórios, fazendo com que fossem difundidos valores e objetos urbanos pelo território. Desse modo, o tecido urbano vai cobrindo o território, e este, transformado por novos sistemas de objetos e novos sistemas de valores que baseiam a nossa discussão.

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção da moda que vem da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

Assim, destacamos que a urbanização do território provoca mudanças no campo tanto no que se refere à sua forma quanto ao seu conteúdo, sem que o campo e a vida que o anima sumam. Com isso, novos usos são estabelecidos no campo, carregado cada vez mais por artificialidade, ou seja, por técnicas e objetos feitos pelo homem.

Portanto, as transformações marcadas por esse processo fazem parte de um novo período, no qual o sistema de objetos e de ações apresenta outras características e, logo, é carregado de sistema de valores. O campo mudou, mas não são essas mudanças que farão com que ele deixe de ser campo, nem a cidade deixe de ser cidade, pois há interdependências e complementariedades entre esses dois subespaços, mas também particularidades entre eles, o que não permite a homogeneização dos espaços.

CAPÍTULO III

A REPRODUÇÃO DOS ELEMENTOS URBANOS NO CAMPO

Como já explicitado no capítulo anterior, a reprodução e a integração dos elementos urbanos no campo expressam a urbanização do território, os quais estabelecem outra configuração territorial e nova dinâmica nas relações sociais.

Entre os elementos constituintes do território, trouxemos para nortear a nossa discussão reflexões sobre redes, principalmente as de caráter técnico, que colaboraram para uma integração maior entre as diversas localidades de Macaíba e a difusão e reprodução de elementos e valores urbanos sobre o território.

Evidenciar a difusão dos elementos urbanos no campo certamente proporcionou uma maior densidade e qualidade à nossa discussão. Nessa direção, ressaltamos algumas particularidades do município, do campo e dos acontecimentos, a partir da relação com outras escalas geográficas.

Desse modo, no primeiro momento, partimos de uma reflexão sobre os acontecimentos que influenciam o município em diversas escalas, sobretudo a intermunicipal, já que Macaíba está entre os municípios que compõem a Região metropolitana de Natal e esta favorece uma dinâmica intensa ao município, com a implementação de infraestruturas que buscam uma maior integração entre eles.

3.1 Macaíba: considerações a partir da região metropolitana de Natal

Para alcançar o objetivo proposto para este capítulo, é necessário que explanemos um pouco mais sobre a área de estudo a partir da Região Metropolitana de Natal. Assim, teceremos algumas considerações sobre o município de Macaíba, pois consideramos que determinados eventos⁵, mesmo que ocorram em um ponto específico, seja no campo ou na cidade, reverberam por todo o território. Como exposto por Saquet (2010, p. 160), campo e cidade “[...] se relacionam reciprocamente e contém uma miríade de aspectos específicos inerentes as formas de vidas distintas. [...] um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro [...]”.

⁵ “Os eventos são, todos, presentes. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço ” (SANTOS, 2009, p. 145).

Dessa forma, sabemos que não podemos fazer considerações sobre o município a partir da sua própria dinâmica interna, uma vez que, de forma direta ou indireta, outros eventos, em escalas geográficas mais amplas, também influenciam em sua configuração territorial. Portanto, buscaremos destacar alguns eventos que, em outras escalas de espaço e tempo, foram fundamentais para entendermos características atuais de Macaíba.

Assim, consideramos que o território de Macaíba tem rebatimentos de eventos nas mais diversas escalas, mas as influências se tornam mais intensas à medida que as escalas são mais próximas. Como exemplo, temos que o município está inserido na Zona da Mata nordestina, mesorregião do Leste Potiguar e na Região Metropolitana de Natal. Estas diferentes escalas nos dão algumas possibilidades para entendermos o processo de urbanização do território, estudado em Macaíba, sobretudo quando passamos a considerar sua inserção na Região Metropolitana de Natal.

A concentração de pessoas, serviços e empresas é muito maior na Região Metropolitana de Natal, que é formada pelos seguintes municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim, Extremoz, Monte Alegre, São José de Mipibu, Vera Cruz, Nísia Floresta, Ielmo Marinho, Arez, Goianinha e Maxaranguape. Esses municípios acabam por dinamizar a economia e concentrar a maior parte dos investimentos e infraestruturas do estado.

O processo de formação da Região Metropolitana de Natal (RMN) tem início em 1997 com apenas seis municípios, entre eles Macaíba. Em 2002, 2005, 2009 e 2015 foram inseridos outros municípios até atingir a configuração atual, ou seja, doze municípios, com área de 3.250,91 km² e aproximadamente 42% da população do Rio Grande do Norte. A RMN concentra as principais indústrias do Estado e também se destaca no setor terciário, visto que tem apresentado um crescimento considerável dessa atividade. Como enfatiza Gomes (1997, p, 34): “É importante destacar que nas últimas décadas, as atividades terciárias, sobretudo em Natal, tiveram um intenso processo de crescimento, em razão do desenvolvimento da atividade turística, que é uma das mais importantes atividades econômicas do Rio Grande do Norte”.

Entretanto, boa parte dos municípios que compõem a Região Metropolitana possuem intensas atividades do setor primário, como Macaíba, que tem uma das mais importantes bacias leiteiras do Estado e, juntamente com outros municípios, como Ceará-Mirim, São José e Extremoz, abastece os outros centros urbanos (GOMES, 1997).

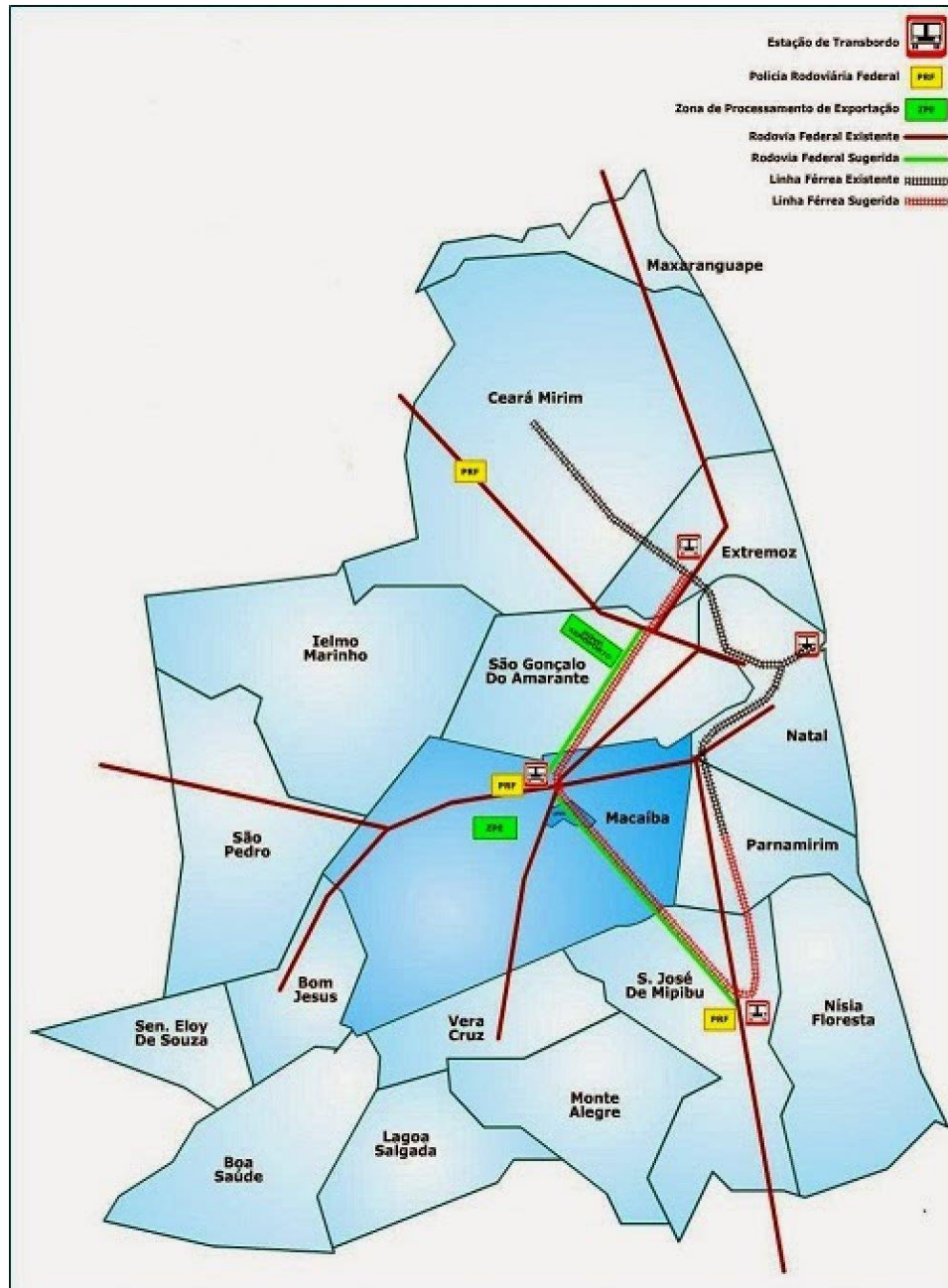
Os municípios que formam a Região Metropolitana de Natal ainda não compartilham conjuntamente dos mesmos serviços, como, por exemplo, uma única taxa para os transportes, serviços de coleta de lixo, entre outros. Entretanto, há um esforço a partir das ações contidas no

Plano de Desenvolvimento Sustentável da RMN, que visa uma maior integração entre esses municípios por meio de alguns projetos estruturantes. Segundo Freire e Clementino (2011, p. 5):

Apesar de formalmente definida, a consolidação da Região Metropolitana de Natal ainda requer um amplo processo de integração e definição de políticas e ações integradas entre os seus municípios. Nela, observam-se processos de distribuição da atividade industrial, com atividades fabris nos municípios de Macaíba, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante e também integrações a partir da atividade turística. Entretanto, na estrutura regional o peso recai nas atividades terciárias: comércio varejista e atacadista e pelas atividades de serviços – públicos e privados.

Atualmente são realizadas algumas ações e formulação de projetos que objetivam aumentar a integração entre os municípios que compõem a RMN (Mapa 5). Estas ações são explanadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável da RMN. Entre elas, destacamos a Via Metropolitana, que objetiva, segundo o projeto apresentado pela Secretaria de Infraestrutura, integrar os principais municípios que compõem esta região.

Mapa 5 - Projetos de integração da Região Metropolitana de Natal



Fonte: Prefeitura Municipal de Macaíba (2015).

Nesse projeto, estão previstas a realização das seguintes vias de integração: prolongamento da Prudente até a BR-101; duplicação da BR-304 até a BR-101; conexão das BRs-226/304 com BR-406, ou acessos norte e sul do novo aeroporto; entroncamento da BR-406 com acesso norte do aeroporto até BR-101/Norte; intervenções do Pró-Transporte; ligação Ponte Forte-Redinha com BR-101/Norte; ligação da Ponte Forte/BR-101 com a BR-226, do km 6 ao viaduto da Urbana; reformas nas avenidas Bernardo Vieira e Capitão-Mor Gouveia em Natal.

E, especificamente em Macaíba, com o projeto Via de Integração e Desenvolvimento Metropolitano, serão desenvolvidas as seguintes obras.

O trecho que envolve a BR-304, em Macaíba, e a BR-406, em Ceará Mirim, está sendo conduzido pelo Governo do RN, sendo que faltam apenas mais 39 quilômetros para a conclusão. De acordo com o projeto, a obra vai ter aproximadamente 56 km de extensão e ligará a BR-101 (Parte Sul), em São José do Mipibu, à BR-101 (Parte Norte), já na altura das praias de Pitangui e Muriú. A meta principal é desviar o tráfego de veículos pesados das vias urbanas. A obra vai ligar importantes centros de ciência e produção, como, por exemplo, a Escola Agrícola de Jundiaí, a UPA de Macaíba, o futuro Parque Tecnológico da Terra de Augusto Severo, o Instituto internacional de Neurociências (Campus do Cérebro) e a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Macaíba, a qual deverá implementada nos próximos 300 dias; além disso, facilitar o acesso ao Aeroporto Internacional Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante. Ainda, prevê a expansão da malha ferroviária da região a fim de possibilitar a instalação de um sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT). Com isso, praticamente toda a Região Metropolitana de Natal estará coberta por linhas ferroviárias que irão facilitar a mobilidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA, 2015).

Outra ação inserida no Plano, e que está diretamente relacionada ao município de Macaíba, é a criação do Polo Científico-Tecnológico que visa integrar o Instituto Internacional de Neurociências (IINN) ao Parque Industrial e ao *campus* da UFRN em Macaíba; concluir as obras de infraestrutura necessárias ao funcionamento do IINN, particularmente as vias de acesso; elaborar o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da RMN; e dobrar o orçamento do Estado na área de ciência e tecnologia. Deve-se destacar que o IINN, o *campus* da UFRN e um dos distritos industriais estão inseridos na zona rural de Macaíba, especificamente na comunidade de Jundiaí (Fotografia 3).

Fotografia 3 - Vista parcial da Comunidade Jundiaí, na qual estão localizadas a Escola agrícola Jundiaí e o Instituto Internacional de Neurociências, em destaques nos círculos amarelo e vermelho, respectivamente.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Macaíba, assim, por estar inserida na RMN e pela sua localização geográfica, que desde seu surgimento foi importante para a integração entre a capital e outros municípios, sobretudo do interior do estado, vem se tornando um polo dinâmico e facilitador dos projetos de integração da RMN.

Atualmente o município de Macaíba está passando por transformações espaciais visíveis, em decorrência, principalmente, da chegada das indústrias e da execução de projetos estruturantes que realizam uma maior integração entre as empresas instaladas no município, já que esta é uma tendência e uma necessidade do atual período técnico-científico-informacional: as inovações técnicas, que, conforme Dias (2000, p. 143), têm a “capacidade virtual de criar condições sociais inéditas, de modificar a ordem econômica e de transformar os territórios”. Nesse sentido, os projetos acima enumerados fazem parte dos acontecimentos programados, especificamente nesse caso, pelo Estado e pelas empresas.

De acordo com o pensamento de Santos (2009), as redes podem se enquadrar em duas categorias: uma com aspectos materiais e outra com dados sociais. Para as indústrias, a primeira categoria é de extrema importância, pois é nela que se concentram os elementos fundamentais,

principalmente os de caráter técnico, para produzir movimento, ou seja, a circulação do que é produzido no território. Quanto mais rápida for a circulação em um território, maior será sua fluidez. Seguindo essa linha, é evidente a tentativa do Estado de investir em mecanismos que contribuam para aumentar o fluxo no território e integrar os municípios da RMN.

Nessa direção, há alguns exemplos de investimentos, sobretudo em equipamentos fixos, que corroboram para a integração da RMN e para o fluxo de pessoas, mercadorias, entre outros. Entre estes, podem ser citados a criação do aeroporto internacional, localizado em São Gonçalo do Amarante, a construção de uma nova ponte sobre o rio Jundiá que dará acesso direto à BR 226, e a construção do complexo rodoviário.

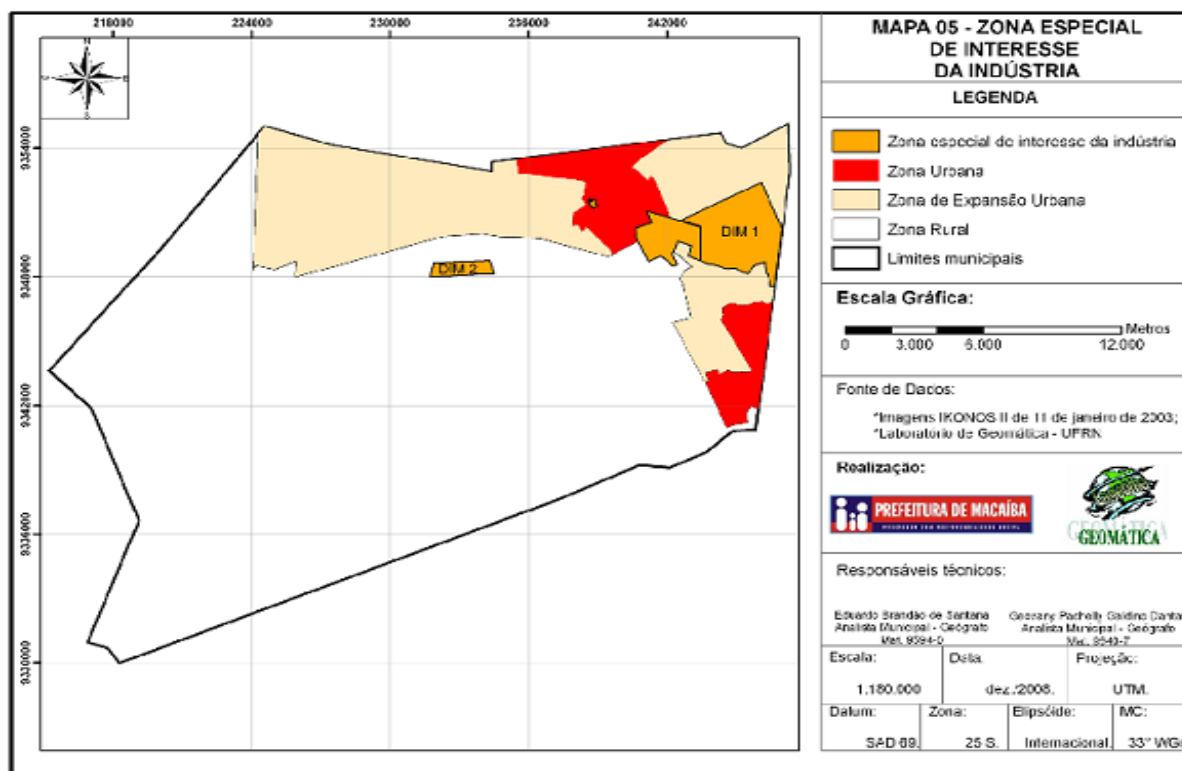
Dessa forma, haverá mecanismos que favorecerão a solidariedade entre esses lugares e a sua integração, principalmente no atual momento, em que foi destinada uma área em Macaíba para a implantação da Zona de Processamento e Exportação (ZPE), que, de acordo com Egler (2000, p. 228), “destina-se a operar preferencialmente no mercado mundial”. No entanto, a região que irá receber a ZPE deve estar preparada não apenas em infraestrutura, mas também em serviços coletivos que atendam, por exemplo, a necessidade de capacitação da mão de obra (EGLER, 2000).

Diante desse contexto, podemos entender que o município de Macaíba acompanha uma tendência da RMN e do Brasil, que são as especializações do território “do ponto de vista da produção material, **[que]**, assim criadas, são raízes das complementaridades regionais [...] essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação [...]” (SANTOS, 2005, p. 44). Entretanto, devemos considerar que esses investimentos não atingem o território e a sociedade do mesmo modo, já que, como nos lembra Santos (2009), a modernização, as técnicas e as redes são seletivas e não estão da mesma forma ao alcance de todos, contribuindo assim para que, assim, haja espaços opacos e luminosos, pessoas com acesso à infraestrutura e outras não, o que causa implicações na própria organização do território e para a sociedade que nele habita.

Outro ponto que merece destaque para compreendermos o processo de urbanização do território em Macaíba foi a criação do Centro Industrial Avançado (CIA) de Macaíba, aprovado pela Lei 7.070 de 1997, que acarretou a vinda de muitas indústrias para o perímetro urbano da cidade. Segundo informações contidas no Plano Diretor de Macaíba, foi destinada uma área de dois milhões de metros quadrados para instalação de indústrias, uma delas na zona rural. O CIA contribui para o aumento expressivo das áreas urbanas, pois “os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades,

grandes consumidores do espaço” (CÔRREA, 2010, p. 12). Em Macaíba podem ser observadas, no Mapa 6, três áreas destinadas à Zona Especial de Interesse da Indústria.

Mapa 6 - Zona Especial de Interesse da Indústria



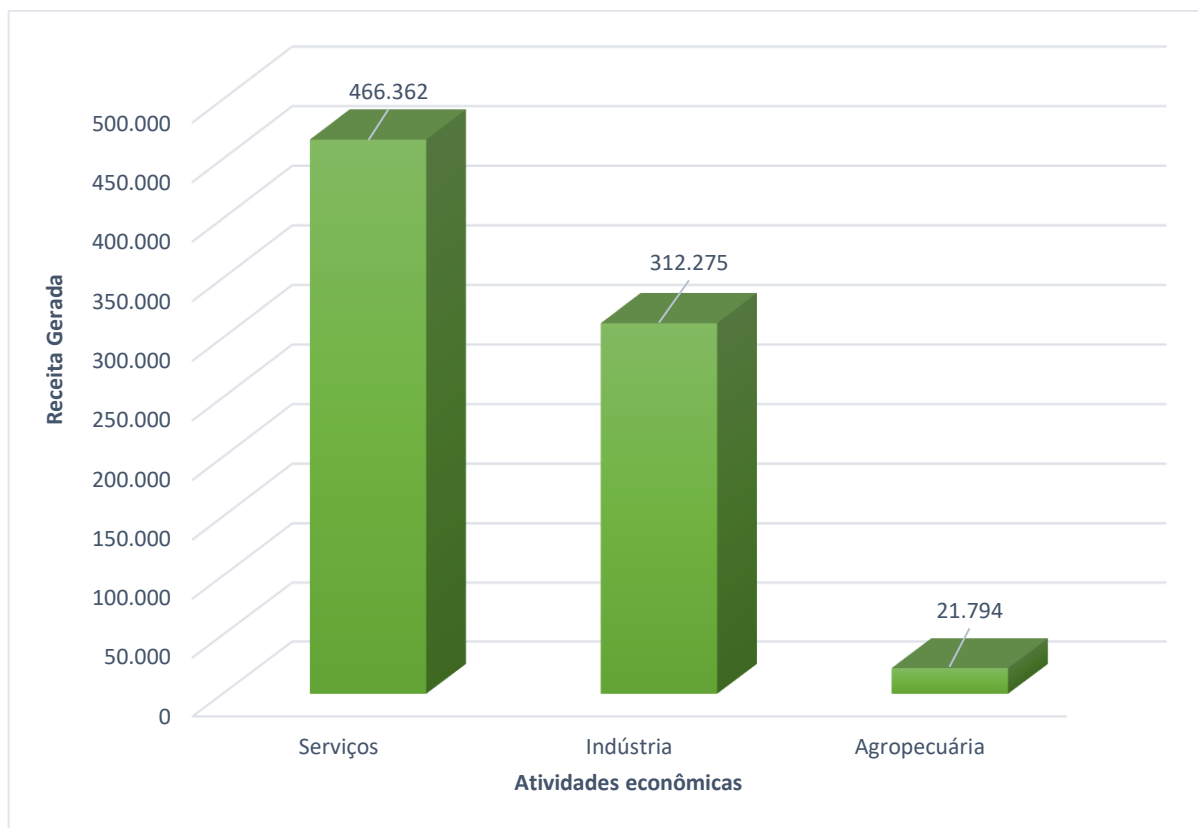
Fonte: Plano Diretor de Macaíba (2008).

Essas áreas, conforme o Plano Diretor (MACAÍBA, 2008, p. 13), se constituem em “áreas destinadas à produção industrial do Município, ao desenvolvimento de sua matriz econômica e à fixação de suas unidades produtivas, como geradoras de expressiva parcela do produto interno bruto do Município”. No entanto, para que essas indústrias se instalem em determinados territórios, se fazem necessários investimentos que viabilizem a criação de mecanismos ou redes, como as de transporte e de comunicação, que possam contribuir para a fluidez do território e, desse modo, favorecer o processo de integração e articulação entre empresas.

Ainda para a análise do processo de urbanização, outros aspectos devem ser considerados, como, por exemplo, o fato de o município ter um espaço rural com uma extensão territorial bem superior à da área urbana (como pode ser visto no Mapa 6), a pequena participação das atividades primárias no Produto Interno Bruto (PIB), os novos usos do território da zona rural e a área de expansão urbana. Com isso, apontamos que as atividades

econômicas primárias realizadas, sobretudo no espaço rural, colaboram pouco para o PIB do município (Gráfico 01).

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto (PIB) de Macaíba – RN



Fonte: IBGE (2014).

Como expressam os números contidos no Gráfico 01, as atividades dos setores terciário e secundário realizadas, majoritariamente, no espaço urbano, têm apresentado um desempenho bem mais elevado do que a atividade agropecuária. Segundo dados do Plano Diretor (MACAÍBA, 2008), o crescimento considerável dos serviços e da indústria nas últimas décadas desenvolveu bastante a economia do município e elevou o seu PIB, a ponto de torná-lo o 4º maior da Região Metropolitana de Natal. Tendo como referência os dados apresentados anteriormente, fica evidente que o setor agropecuário tem pouca expressividade no PIB e que a gestão municipal tem priorizado os investimentos públicos para dinamizar a atividade industrial.

Contudo, para que possamos entender o processo de urbanização do território, temos que aprofundar as reflexões sobre a cidade e perceber os processos que lá estão ocorrendo e que transbordam no campo. “Assim, pode-se entender a urbanização como um processo de

transformação que afeta tanto a cidade como o campo. Também é importante destacar, que é na cidade, onde primeiro ocorre a urbanização e é aí que atinge seu ponto máximo de desenvolvimento” (LOCATEL, 2004, p. 171). Nesse sentido, buscamos refletir sobre os eventos que ocorrem no território e assinalam novos usos.

3.2 Novos usos do território: produção da cidade e reprodução do campo?

Não podemos analisar as transformações do campo de Macaíba sem entendermos que elas são reflexo dos eventos que ocorrem por todo o território. Entre essas transformações, destacamos o aumento da população do campo em relação à da cidade, pois esse aumento implica em novas demandas, como aquelas relacionadas à habitação, infraestruturas e serviços, que estabelecem uma nova configuração territorial ou um conjunto de sistemas de objetos naturais e técnicos, e novos usos. Nesse sentido, o uso que se faz do território é apreendido a partir da leitura que se faz não apenas da configuração territorial, mas também das dinâmicas estabelecidas pela economia e pela sociedade (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Com isso, acreditamos que a nossa análise contribui para refletirmos o campo e a cidade não como subespaços que se diferenciam, sobretudo, pelas atividades econômicas realizadas, mas como subespaços que se complementam. Assim, temos em Macaíba um processo de expansão urbana cujas áreas estão definidas no plano diretor, mas que não se trata de um processo delimitado apenas à área urbana, pois há reverberações no espaço rural, uma vez que a vida urbana penetra no campo, por meio do tecido urbano (LEFEBVRE, 2001).

Na busca de explicar as transformações do campo, não queremos privilegiar os eventos que ocorrem na cidade e, a partir deles, explicar os eventos que ocorrem no campo, mas tampouco podemos deixar de considerar a centralidade que a cidade ainda possui para o modo de produção capitalista no período técnico-científico-informacional. Nesse sentido, faremos o seguinte percurso: citaremos alguns processos que estão ocorrendo na cidade e no campo de maneira simultânea, buscando entender as simultaneidades e as coexistências dos eventos, percebendo que:

Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas, o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado ao meio. Somente aí há o evento, não antes. [...] Se aquele feixe de vetores pudesse ser parado no caminho, antes de se instalar, não haveria evento. A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por

redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais (SANTOS, 2009, p. 95).

Assim, temos eventos percebidos, ou seja, integrados ao meio, ocorrendo de maneira simultânea tanto no campo quanto na cidade, conduzidos pelo processo de urbanização, que levam novas funções ao meio preexistente. O que torna esses eventos distintos é o lugar de ocorrência, ou seja, a sua origem, a sua escala de alcance e a intensidade com que ocorrem.

Em Macaíba, não podemos deixar de considerar em nossa análise a produção de casas e as modificações e os novos usos do solo que esse processo ocasiona, tanto no espaço urbano quanto no rural, ou seja, a ocorrência em todo o território. A construção de habitação tornou-se, na última década, bastante intensa, a ponto de podermos afirmar que, em Macaíba, é a materialização mais clara, atualmente, do processo de urbanização, que traz uma dinâmica cada vez mais urbana.

O aumento na produção de habitação e o surgimento de loteamentos e condomínios fechados não é uma lógica apenas do perímetro urbano e da produção da cidade de Macaíba. Esta lógica também se faz presente no campo e, somados a ela, os sistemas de transporte e comunicação tão presentes talvez sejam a explicação mais simples para o aumento da população no campo e suas transformações.

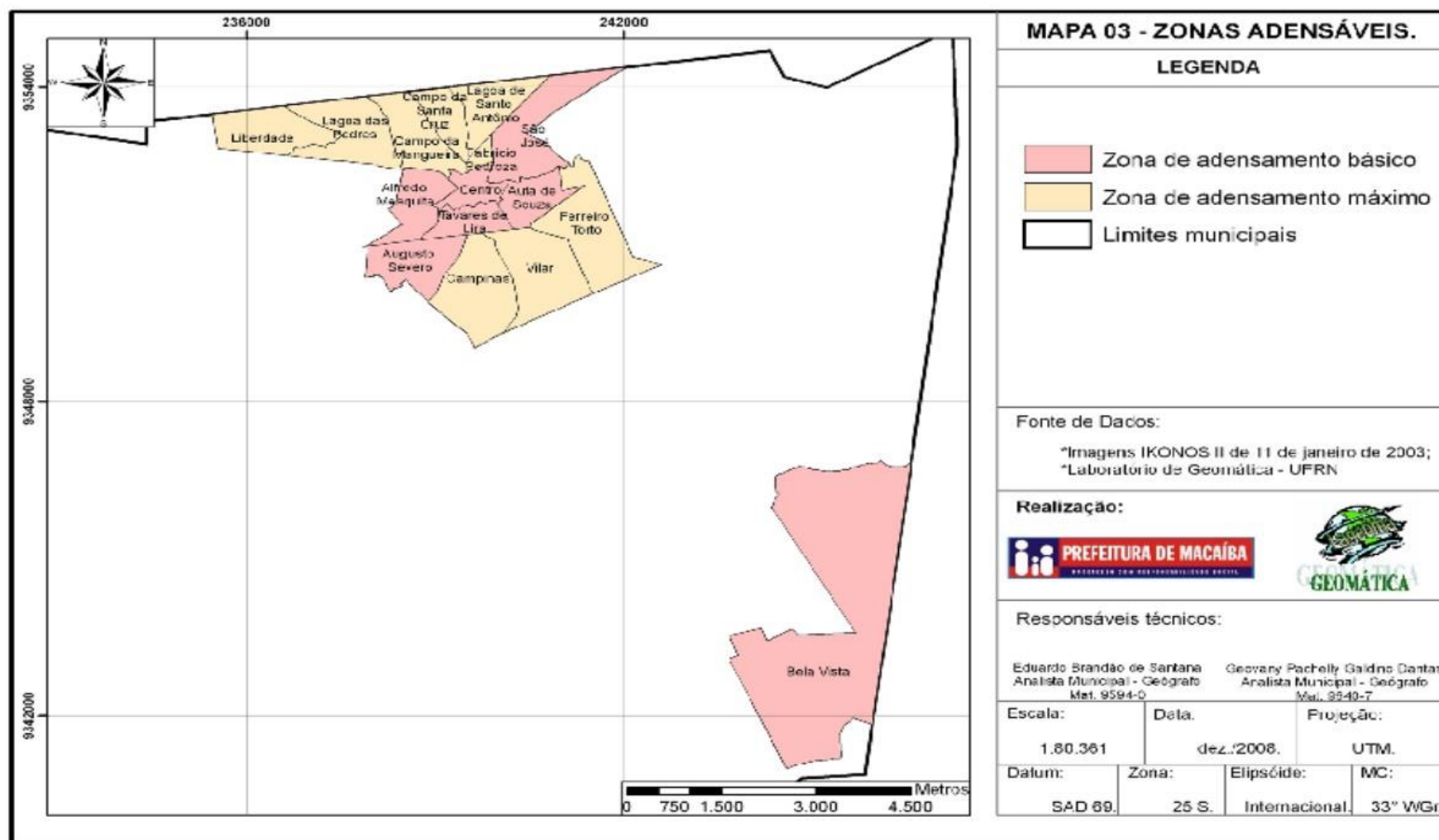
Como os loteamentos e condomínios são presentes em todo o território, e mais fortemente nos bairros de adensamento máximo, percebemos que se trata de antigas fazendas e granjas que estão ganhando novas funções, principalmente nas áreas mais periféricas, tendo em vista que no passado eram espaços destinados ao cultivo de produtos agrícolas e à criação de animais, mas que, atualmente, estão sendo utilizados ou destinados para uso residencial. Assim, percebemos que:

A competição entre os novos usos do espaço rural, incluindo o residencial, torna-se evidente tanto no entorno das grandes cidades, onde se observa o desaparecimento das explorações agrícolas, originando um espaço periurbano de considerável dimensão com características particulares, como em áreas mais distantes, onde os espaços rurais perdem seu conteúdo agrário tradicional ganhando outro, residencial-urbano (LOCATEL, 2004, p. 168).

Como podemos observar no Mapa 8, a Zona urbana do município está dividida em áreas de adensamento básico e de adensamento máximo, as quais, segundo o Plano Diretor (MACAÍBA, 2008), são voltadas à “intensificação do uso do solo”, o que comumente ocorre por meio de construções verticais ou horizontais que favoreçam a uma maior concentração de pessoas. Considerando que em Macaíba ainda não ocorre processo de verticalização,

utilizaremos o Mapa 8 para pontuar os bairros em que visualizamos a mudança no uso do solo e destacar o grande número de condomínios e loteamentos que estão surgindo nas áreas de adensamento máximo.

Mapa 7 - Bairros da Zona Urbana consolidada de Macaíba



Fonte: Plano Diretor, Macaíba (2008).

Durante as incursões na área pesquisada, foi possível observar que os equipamentos de infraestrutura, os preços e os tipos de empreendimentos que surgem variam de acordo com o bairro em que se localizam. Tal prática é explicada por Rodrigues (2001, p. 19), a qual afirma que “O preço da terra é definido pela localização. Terrenos com as mesmas dimensões, as mesmas características topográficas, terão preços diferentes, dependendo da localização da cidade. ”

Assim, em bairros mais pobres, cujo crescimento está direcionado para a zona rural de Macaíba, portanto, mais distante do centro da cidade, como o bairro Campinas, foram construídas 403 casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Os imóveis que foram entregues são menores, conjugados, mais distantes das paradas de ônibus e de outros serviços (Fotografia 4). Segundo o site do Banco do Brasil (2015):

O empreendimento, Residencial Campinas, faz parte do Programa Nacional de Habitação Urbano (PNHU) do Governo Federal, que tem por objetivo reduzir o déficit habitacional do país. O Residencial foi contratado no âmbito do PMCMV - PNHU - Faixa 1, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, selecionadas pelo Ente Público.

Fotografia 4 - Residencial Campinas, área de expansão urbana



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Na Fotografia 4, podemos perceber, no círculo em vermelho, o residencial Campinas, onde foram entregues 403 casas. A produção do espaço nesse sentido está direcionada à área rural do município, que no macrozoneamento mostra-se como zona de expansão urbana. O bairro Campinas, considerando os aspectos de moradia, caracteriza-se como um bairro pobre, onde as casas são, comumente, pequenas, e a população tem pouco acesso às infraestruturas básicas. Mas também ainda se encontram algumas granjas e sítios, usados como segunda residência. No momento atual, essas granjas e sítios dão lugares a condomínios mais populares (Fotografia 5).

Fotografia 5 - Residencial Campinas, Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Na produção desse tipo de habitação, o Estado é certamente um dos maiores agentes produtores do espaço. A decisão das áreas destinadas à produção de casas pelos programas habitacionais e a oferta das infraestruturas básicas são realizadas por esse agente. Assim, vemos que:

Dentre os vários agentes que produzem o espaço urbano, destaca-se o Estado, que tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos necessários à vida na cidade. Entre os consumos mais importantes no atual contexto histórico, destacam-se: abastecimento de água, luz, telefone, e a instalação de redes correspondentes; sistema viário e transporte coletivo; espaços coletivos de lazer e esportes,

equipamentos e serviços de saúde, educação e habitação para as chamadas classes populares (RODRIGUES, 2001, p. 20).

Em Macaíba a instalação desses equipamentos não é bem distribuída, e os bairros mais pobres são os que menos têm acesso a esses equipamentos necessários. Essa má distribuição ocorre tanto na cidade quanto no campo. Já nos bairros como Lagoa de Santo Antônio e, em menor proporção, o bairro São José, cujo crescimento está direcionado ao município de São Gonçalo do Amarante, as antigas fazendas de criação de gado, que tinham o processo de beneficiamento do leite na transformação de iogurte, queijo e outros derivados e das fazendas de produção de mel, também foram transformadas em loteamentos (Fotografia 6).

Fotografia 6 - Loteamento de uma antiga fazenda de gado, no bairro Santo Antônio



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Na Fotografia 6, podemos perceber o processo que estamos descrevendo. À direita da fotografia, observam-se as casas de um loteamento e, à esquerda, uma antiga fazenda de criação de gado cujo terreno está sendo loteado. Entretanto, apesar de a rua não estar asfaltada, esse terreno fica à margem da BR-160, que dá acesso ao município de São Gonçalo do Amarante e hoje é uma das principais rotas para o aeroporto internacional. A localização, o tipo de imóveis, o preço dos lotes e o acesso a outros equipamentos, como quadra de esportes, em comparação ao residencial Campinas, são bem diferentes.

As diferenças de preço relativas à localização, em áreas beneficiadas ou não com os equipamentos de consumo coletivos, referem-se à produção social da cidade, ao investimento realizado na área onde se localiza a terra e não necessariamente na própria terra. A apropriação dessas condições gerais de existência na cidade é feita individualmente pelos proprietários de terra. Obtém-se para as áreas bem localizadas um lucro extra na venda de casa/terreno, além de usufruir de uma cidade bem equipada. Cidade produzida socialmente e renda apropriada individualmente (RODRIGUES, 2001, p. 20).

Esse processo é importante de ser analisado, já que “na produção da cidade, insere-se também a produção da casa” (RODRIGUES, 2001, p. 28). Mas a produção da casa também se insere na reprodução do campo. Portanto, a produção da casa e a necessidade de habitação não são inerentes apenas à cidade, o que nos leva a considerar a produção de habitação como uma das formas da materialização do processo de urbanização no campo.

Por isso, não podemos deixar de analisar as transformações que ocorrem, mesmo que de modo e intensidade diferentes, mesmo que essa análise esteja sobre as especificidades mais imediatas do processo de urbanização, como a transformação de antigas fazendas em loteamentos. Não podemos negar que nas áreas de expansão urbana é nítido o processo de construção de casas e, portanto, de produção da cidade. Mas, no campo, essa produção de casas tem outro significado, ou melhor, outra direção, que não é a produção da cidade.

Também, são nessas áreas que percebemos elementos do rural se reproduzindo na cidade, mesmo que com menor intensidade que os elementos urbanos. Assim, percebemos que “a vida urbana não diz respeito apenas à cidade, mas também ao campo. Porém, esta é uma tendência, não significando que o inverso tenha sido abolido” (MAIA, 1994, p. 41). Não se trata, em nosso ponto de vista, de resíduos da vida rural, mas sim da sua reprodução, que encontra nessas áreas características mais favoráveis. São práticas cotidianas de muitos moradores e atividades centrais do espaço rural, mas não exclusivas, como a criação de animais e o cultivo agrícola, como já mencionados ao discorrermos sobre forma e conteúdo, que se modificam na medida em que as formas ganham novos conteúdos e estes são modificados com a inserção de novas formas (Fotografia 7).

Fotografia 7 - Criação de animais em terrenos não edificadas do loteamento



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Percebemos, na Fotografia 7, a criação de animais nos terrenos vazios do loteamento. O dono da vaca percebeu a possibilidade de complementar a renda com a venda do leite. Constatamos que se trata de uma produção diária de aproximadamente 10 litros, o que dá uma renda diária de 30 reais. No centro da cidade, comumente, encontramos propagandas de venda da galinha caipira preparada para o consumo, além de currais tanto no centro como nas áreas periféricas.

Essas questões foram evidenciadas em pesquisas como a de Maia (1994), cujo estudo sobre o campo na cidade mostra que, nas grandes avenidas da cidade de João Pessoa, onde são evidenciados edifícios, semáforos e outros elementos que representam o espaço urbano, ou seja, indicam que se trata de uma cidade, também são identificados elementos rurais como vacarias e animais como equinos e bovinos alimentando-se em terrenos baldios.

Nessa pesquisa, a autora faz uma indagação sobre a existência desses elementos comumente vistos como pertencentes a espaços distintos, assim, Maia (1994, p. 38) põe que poderíamos questionar se esses espaços se trate de campo ou de cidade. Nessa perspectiva, a autora nos leva a pensar que se trata de um espaço onde os elementos urbanos e rurais estão

entrelaçados e que possivelmente essa questão poderia ser respondida se considerássemos os elementos que predominam, ou seja, se os do rural ou os do urbano.

Assim, enfatizamos que os conteúdos dos espaços rural e urbano não se reproduzem da mesma maneira, ou seja, não temos uma vida rural na cidade e nem temos uma vida urbana no campo, pelo menos não aos moldes de como cada conteúdo é encontrado na sua forma, ou seja, como a vida urbana se dá na cidade e como a vida rural ocorre no campo. Isso porque a urbanização do território, mesmo que tenha características gerais bastante semelhantes, reproduz-se de maneira e intensidade distintas nesses subespaços. É um conteúdo também transformado na medida em que as formas também o são.

Além dos aspectos antes destacados, cabe ressaltar que na zona rural de Macaíba é visível nas comunidades e distritos o processo de adensamento habitacional. Esse processo ganha maior intensidade em virtude de pelo menos três fatores: o primeiro deles é a maior mobilidade, pois a presença de um sistema de transportes facilita o deslocamento para outros lugares; o segundo é que em algumas áreas os preços das terras são mais baixos; o terceiro é que é muito comum encontrarmos um mesmo terreno sendo destinado para a construção de várias casas. Neste último caso, é muito corriqueiro nas comunidades vermos que um terreno que tinha apenas uma casa e onde havia produção agrícola e criação de animais atualmente destina-se apenas à moradia, já que no terreno vão sendo construídas outras casas.

Esses são alguns dos fatores que, segundo os moradores, têm contribuído para o adensamento da população e as novas formas de organização que as comunidades rurais estão tomando. Nesse sentido, perde-se a área antes destinada à produção agrícola e à criação de animais e, juntamente com ela, alguns dos hábitos tipicamente rurais, como o trato com a natureza, pois já não se cultiva e nem se cria, mas também não se produz cidade e talvez não possamos falar na produção do campo, mas sim de sua reprodução. Assim, notamos o aumento da população do campo em relação à cidade.

Ainda no campo, identificamos, durante a pesquisa, que nas últimas décadas, na zona rural, as antigas fazendas ou têm se transformado em condomínios fechados, que é o caso da maioria, ou têm sido transformadas em assentamentos rurais. Como vimos anteriormente, esse é um processo que tem ocorrido tanto na cidade quanto no campo. Logo, no item que segue, afunilamos a nossa reflexão para discutir os elementos que expressam as transformações ocorridas na área rural de Macaíba.

3.3 Reprodução dos elementos urbanos no rural

Esta seção tem como objetivo realizar algumas considerações sobre a zona rural de Macaíba, com a intenção de explicar as transformações que se apresentam materializadas no território rural do município. Iremos explanar sobre algumas particularidades encontradas nos distritos, comunidades e assentamentos rurais, especificamente nos que representam o nosso universo de estudo.

O campo de Macaíba apresenta uma extensão territorial considerável em relação ao espaço urbano, e a sua área de expansão é formada por 3 (três) distritos, 33 (trinta e três) comunidades e 8 (oito) assentamentos rurais. Como já discutido, as atividades do setor primário que são exercidas predominantemente no campo não têm expressividade diante dos demais setores. Mesmo assim, a população do campo volta a crescer e em proporções bem maiores que a da cidade.

Esse crescimento populacional tem efeito direto sobre o território tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Com isso, destacamos, também, a criação de redes de estradas, que possibilitaram maior articulação entre o campo e a cidade, e a implantação de um sistema de transporte, que facilitou o fluxo de pessoas e mercadorias do campo para a cidade e desta para o campo. Essa articulação também possibilitou o surgimento no campo de atividades e serviços que antes estavam restritos à área urbana como: indústrias, universidades, centros de pesquisas, farmácias, mercadinhos, *lan house*, lojas de roupas, entre outras (Fotografia 8).

Fotografia 8 - Estabelecimentos comerciais no distrito de Cana-Brava



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A presença desses estabelecimentos, assim como de outros integrantes dos setores de comércio e serviços, é cada vez maior e, no nosso entendimento, expressa a materialização do processo de urbanização do território e as novas dinâmicas existentes entre o campo e a cidade do município. Assim, o surgimento de atividades não agrícolas no campo é uma das transformações ocasionadas pelo processo de urbanização do território.

Segundo o Plano Diretor do município (2008), o campo de Macaíba está dividido em distritos, comunidades e assentamentos rurais. Durante os trabalhos de campo, constatamos que a concentração e a variedade de comércio e serviços são maiores nos distritos. Nestes, que se apresentam como um núcleo central, os serviços são destinados aos moradores locais e àqueles que residem em comunidades circunvizinhas. Desse modo, percebemos a existência de uma dinâmica que colabora para que o conteúdo urbano, percebido através de novos hábitos cotidianos e de consumo, se propague e se entrelace ao rural.

Dos quatro distritos existentes em Macaíba, três (Traíras, Cana- Brava e Cajazeiras) estão localizados totalmente na zona rural e um (Mangabeira) na área de expansão urbana. Entre os distritos e comunidades, apesar de apresentarem-se como uma rede hierárquica, na prática não existem grandes diferenças no que se refere aos equipamentos e às infraestruturas encontradas em ambos os espaços, uma vez que tanto nos distritos quanto nas comunidades identificamos a

presença de equipamentos que compõem o tecido urbano, como: unidade básica de saúde, escolas, praças, academia pública de ginástica, ruas asfaltadas, rede de distribuição de energia elétrica e água encanada, que aparentemente podem não anunciar muita coisa, mas que são elementos básicos para a reprodução da vida urbana e que criaram muitas possibilidades de transformação e de usos do território.

Assim, elegemos como universo representativo dos distritos rurais de Macaíba os de Cana-Brava e Traíras. Ambos estão mais próximos ao centro urbano de outros municípios, respectivamente, Vera Cruz e Bom Jesus, do que de Macaíba. Esses distritos apresentam uma maior concentração de elementos que em décadas anteriores eram considerados apenas urbanos, como comércios, serviços e equipamentos de infraestruturas, destacados na Fotografia 9.

Fotografia 9 - Loja de conserto, manutenção de computadores e serviços gráficos em Cana-Brava



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Assim, como em outros distritos e comunidades que compõem a área rural, Cana-Brava apresenta em sua configuração territorial tanto elementos tipicamente rurais, como a casa de farinha, quanto elementos antes considerados apenas urbanos, como academias públicas de

ginástica, formando, assim, uma paisagem onde formas típicas e novas se misturam e contribuem para o estabelecimento de um novo conteúdo rural (Fotografias 10 e 11).

Com isso, a praça, a escola e os restaurantes passam a ser uma realidade nas comunidades rurais, provocando uma nova configuração do território e outra dinâmica no modo de vida, mesmo que essas modificações não aconteçam com as mesmas proporções que as realizadas no espaço urbano, uma vez que a urbanização se apresenta neste de maneira mais intensa e acelerada do que no rural.

Fotografia 10 - Casa de farinha em Cana-Brava



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Fotografia 11 - Academia pública de ginástica na avenida principal de Cana-Brava



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Essas questões tornam-se ponto de partida para que se comece a entender os processos que contribuíram e contribuem para a urbanização do território e para a compreensão da relação cidade/campo, uma vez que o espaço “[...] é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais presentes” (CORRÊA, 2010, p. 148).

Assim, os processos, entendidos por Santos (2008b) como ações, tornam-se interessantes à medida que um estudo como este proporciona a compreensão da formação territorial e das transformações no espaço, que passa a ser entendido, portanto, como “uma realidade objetiva, um produto social em permanente transformação” (SANTOS, 2008b, p. 67).

É assim que o campo de Macaíba tem se apresentado, como um produto social e em transformação, principalmente nas últimas décadas. Entre os elementos de mudanças existentes nas comunidades rurais estão os denominados “condomínios do campo”, com lotes que estão sendo vendidos para a classe média, seja para primeira ou segunda residência, com o discurso de valorização dos atributos do campo, como pode ser visto no fragmento a seguir, que foi extraído do *site* do condomínio Fazenda Real:

Um novo conceito de moradia, lazer e qualidade de vida onde você realiza o sonho da casa de campo, podendo viver em paz com a natureza, ouvindo o canto dos pássaros e desfrutando de toda tranquilidade, conforto, segurança e infraestrutura de uma fazenda, tudo perto de Natal. Imagine acordar pela manhã e ter à mesa; leite puro, queijo fresco, doce de leite, hortaliças sem agrotóxicos, ovos e galinhas sem hormônios. Poder passear de charrete, andar a cavalo, caminhar pelas trilhas ecológicas, andar de pedalinho, pescar nos lagos ou no córrego e saborear um delicioso peixe fresco ou colher as frutas que irão enriquecer o seu cardápio⁶.

Sabemos que durante muito tempo o campo foi considerado como um espaço atrasado, enquanto que a cidade representava o estilo de vida moderno. Como exposto por Maia (1994, p. 39-40), “comumente campo é associado à natureza, paz, lugar de atraso, tradição, enquanto urbano ou cidade significam, barulho, ambição, modernidade”. Essa visão começa a ser modificada através da modernização das atividades agropecuárias, com a inserção de máquinas e outras tecnologias eivadas de ciência, técnica e informação. Mas avançamos um pouco mais, pois essa modernização não está presente apenas no sistema de produção, mas também em outros níveis da vida rural, com a instalação da energia elétrica, o acesso a eletroeletrônicos e outros bens de consumo, que possibilitam outra dinâmica e a mudança do conteúdo.

Além disso, também merece destaque o fato de a publicidade utilizar-se de elementos característicos de um estilo da vida rural, como a valorização da vida em harmonia com a natureza, trazendo aspectos e momentos que são agradáveis no campo e que não se encontram mais na cidade, em consequência da industrialização e do processo de urbanização.

Em Macaíba, dentro dos muros fechados dos condomínios rurais vende-se esse estilo de vida rural, mais bucólico, acrescido dos elementos “positivos” do urbano (Fotografia 12), enquanto que, fora do condomínio, os distritos, comunidades e assentamentos rurais, em medidas diferentes, ganham e reproduzem um conteúdo urbano. Ao analisar essa mudança de perspectiva sobre o rural, Locatel (2004) enfatiza que:

No entanto, paradoxalmente, no caso europeu a partir da década de 1950 e no Brasil a partir dos anos de 1980, vem se evidenciando uma tendência inversa entre a importância relativa da economia rural e a importância cultural outorgada à ruralidade e seu espaço. É um fato constatado que na sociedade capitalista e urbana do final do século XX, a vida rural vem ganhando um significado simbólico, como espaço de reencontro, onde se evoca a vida tradicional, as origens e o contato com a natureza (LOCATEL, 2004, p. 165).

⁶ Disponível em: <<http://www.fazendarealrn.com.br/condominio.php>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Fotografia 12 - Condomínio Village Boulevard na área rural, comunidade de Jundiaí



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nesse condomínio, localizado na comunidade de Jundiaí, a venda dos lotes gira em torno da propaganda do contato com a natureza, da proximidade da BR-304 que dá acesso a Natal e ao centro de Macaíba, bem como da universidade e dos centros de pesquisa. A construção dos condomínios rurais em Macaíba é muito presente na atualidade. É um exemplo da necessidade de se discutir a configuração territorial e os novos usos do território nas áreas rurais de diversas porções do território brasileiro, a partir das relações que se estabelecem no campo no período atual. Trata-se muitas vezes de antigas fazendas de criação de gado e cultivo da cana-de-açúcar que ganharam novas funções, ou seja, deixaram de ser terras usadas para a produção agropecuária e passam a ter a função de primeira ou segunda residência.

A Fotografia 13 mostra a reprodução de signos do urbano no rural. Trata-se de uma fazenda, localizada no distrito de Traíras, onde percebemos a plantação de coco e mandioca e a placa, muito comum nos estabelecimentos comerciais da cidade, que diz: “sorria, você está sendo filmado”.

Fotografia 13 - Um símbolo urbano, “sorria, você está sendo filmado”, sendo reproduzido no campo



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

As Fotografias 12 e 13 retratam acontecimentos diferentes no espaço rural, que em sua totalidade fazem parte de uma mesma realidade. Assim, as contradições entre esses condomínios e as comunidades estão materializadas no lugar e no modo de vida dos habitantes. “Essa tendência à valorização do espaço rural e da ruralidade se contrapõe ao ideário da modernização da agricultura, no que se refere à eliminação das relações tidas como tradicionais, que são a base das relações no campo” (LOCATEL, 2004, p. 165).

A vida no campo vai ganhando novos signos, ou seja, novas formas de representação, que tornam a realidade do campo mais contraditória. Condomínios fechados representam um estilo de moradia tipicamente urbano, que oferta lazer, infraestrutura e segurança que já não mais se encontram fora dos seus muros. Mas, para a sua reprodução no campo, os signos urbanos se entrelaçam com os do rural. Dessa forma, o contato com a natureza, as comidas características do campo, o ar puro, uma vida tranquila, simples e saudável, são signos vendidos na publicidade da moradia. A busca pela oferta de uma moradia com maior qualidade sem estar “isolado” da cidade tem atraído pessoas para o campo, o que tem colaborado, também, para o aumento da população (Fotografia 14).

Fotografia 14 - Condomínio rural Lagoa do Mato, BR-304 - Km 287 - Macaíba/RN



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A Fotografia 14 retrata mais um condomínio rural em Macaíba, totalmente saneado, que buscou manter as estruturas da antiga fazenda de gado, como a casa do fazendeiro, a qual, dentro do condomínio, passou a ter nova função: restaurante com comidas tipicamente rurais. Outra casa, dentro da antiga fazenda, tem a função de academia.

Assim se determina a problemática parcial à “natureza”. Teoricamente, a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a “natureza” real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa. [...]. Na publicidade, a dos produtos alimentares ou têxteis, como a da moradia ou das férias, a referência à natureza é constante. Todos os “significantes” que a retórica utiliza se agarram à sua re-presentação para encontrar um sentido e um conteúdo (ilusório) (LEFEBVRE, 2008, p. 34).

Assim, considerando essas transformações do território e que “as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998, p. 19), questionamos: quais mudanças, permanências e coexistências dos usos do território rural estão ocorrendo em Macaíba/RN? Essa é a questão que buscamos responder no capítulo que segue.

CAPÍTULO IV

AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: CONFIGURAÇÃO E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO

A dinamicidade territorial e as transformações que o processo de urbanização do território acarretam para o campo são perceptíveis por meio da configuração e dos novos usos do território. O campo e as relações sociais tornam-se mais complexos com o acréscimo de novos elementos, que nos desafiam a desvendar essa complexidade. Entre esses elementos, destacamos a infraestrutura, a pluriatividade, a mobilidade e os serviços, que antes localizavam-se com maior intensidade apenas na cidade, mas que na atualidade se reproduzem no campo.

As manifestações desses elementos, em nosso objeto de estudo, indicam as transformações que emergem sobre o campo. Com isso, o espaço rural não é aniquilado, ele se modifica na medida em que as articulações entre o campo e a cidade se tornam cada vez mais estreitas, com a implementação e intensificação das redes.

No entanto, se depara com um fenômeno atual e dinâmico, o que exige uma postura reflexiva diante de tal realidade, para não fazer generalizações e nem a transposição de conceitos forjados para outros contextos socioeconômicos. Assim, faz-se necessário considerar que a manifestação de fenômenos, como pluriatividade e agricultura em tempo parcial, neoruralismo, segunda residência, uso residencial de áreas rurais, turismo rural, não ocorrem da mesma forma que se observa nos espaços rurais europeus, o que exige uma adaptação de tais noções para a realidade brasileira (LOCATEL, 2004, p. 166)

Dessa forma, não seria por meio desses elementos que a urbanização do território ocorre no campo? Assim, apontamos que esses fenômenos, como exposto acima, no momento atual, são elementos do processo de urbanização do território e que por meio deles refletimos as mudanças do campo. Entretanto, não sabemos em que medida esses fenômenos estão entrelaçados e nem em que medida um é consequência ou causa do outro.

Na elaboração das questões do nosso formulário, aplicado em campo, procuramos contemplar os elementos acima. Assim, o que explanamos no item a seguir são os resultados dessa pesquisa, na qual refletimos sobre infraestrutura, mobilidade, serviços e pluriatividade como elementos que evidenciam as permanências e as transformações do território rural de Macaíba.

4.1 Permanências e transformações do território rural de Macaíba

As questões contidas no nosso formulário de pesquisa foram concebidas com o intuito de criarem condições para que pudéssemos expressar e refletir sobre os elementos que ressaltamos anteriormente como sendo aqueles que tornaram evidentes as transformações do campo causadas pela urbanização.

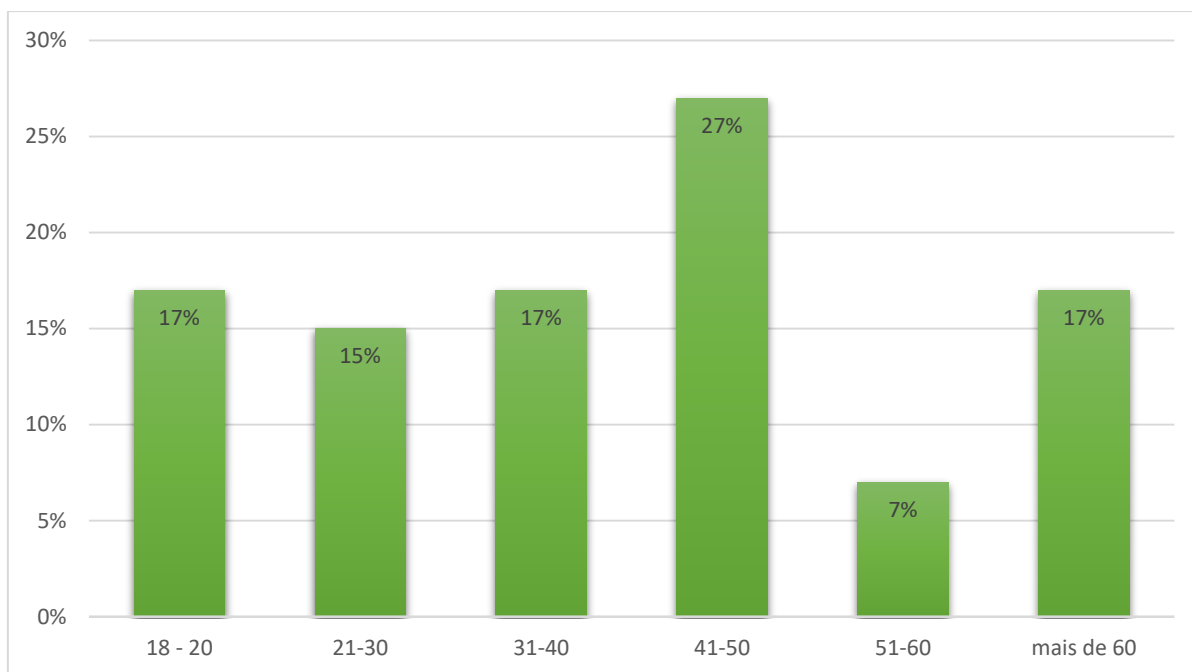
Esse processo ocorre no campo por meio das infraestruturas mais básicas, que por consequência são acompanhadas por mobílias “modernas” e eletroeletrônicos, que, por sua vez, demandam serviços como oficinas para conserto de eletrodomésticos, entre outros. Juntamente com essas infraestruturas são criadas possibilidades para o acesso a outras características culturais, como o lazer, a adoção de novos hábitos e o consumo de bens antes existentes apenas na cidade. Assim, apesar de, na escrita, apresentarem-se separados, esse sistema de objetos e de valores são indissociáveis (LEFEBVRE, 2001).

Então, mesmo que tenhamos resolvido realizar subtópicos para discutir os resultados da pesquisa considerando infraestrutura, mobilidade, serviços e pluriatividade, isso foi feito objetivando ressaltar a discussão sobre cada um deles, mas sabemos que não podem ser percebidos de maneira isolada. Feita essa ressalva, começamos com as infraestruturas por entendermos que elas são a base para o surgimento dos demais elementos.

4.1.1 Infraestruturas: elemento-base para a urbanização do território

Antes de mostrarmos os resultados da pesquisa sobre as infraestruturas existentes no campo, apresentamos alguns dados sobre o perfil dos entrevistados, como, por exemplo, idade, sexo e tempo de residência no campo. Esses dados foram indispensáveis para identificação de outros aspectos relacionados à vida dos sujeitos inquiridos, tais como: a relação que as pessoas mais idosas têm com a agropecuária, as atividades que complementam a renda e os motivos dos deslocamentos para a cidade.

Assim, no decorrer da pesquisa foi abordado um número quase que proporcional de homens e mulheres, 57% e 43%, respectivamente, mas com idades bem diversificadas, como observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição das idades dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

No Gráfico 2, verifica-se o elevado número de jovens e adultos entrevistados, sendo 32% correspondente ao número de jovens, tendo a maioria entre 18 e 30 anos. Como poderemos perceber em questões posteriores, é bastante comum que nessa idade os jovens não trabalhem na atividade agropecuária. 44% dos entrevistados correspondem ao número de adultos entre 31 e 50 anos, os quais já apresentam uma relação mais forte com as atividades agropecuárias, mas, para muitos nessa idade, essa não é a fonte principal de renda. Por último, 24% dos entrevistados possuem idade superior aos 50 anos e mantêm uma relação maior com as atividades de agropecuária, mas, para os que já estão aposentados, essas atividades tornaram-se uma complementação da renda.

Perguntamos, também, se os entrevistados sempre moraram no campo, mesmo que não fosse em Macaíba. Por meio dessa questão foi possível identificar a relação que essas pessoas mantêm com esse espaço, e como elas identificam as mudanças que estão se processando no campo.

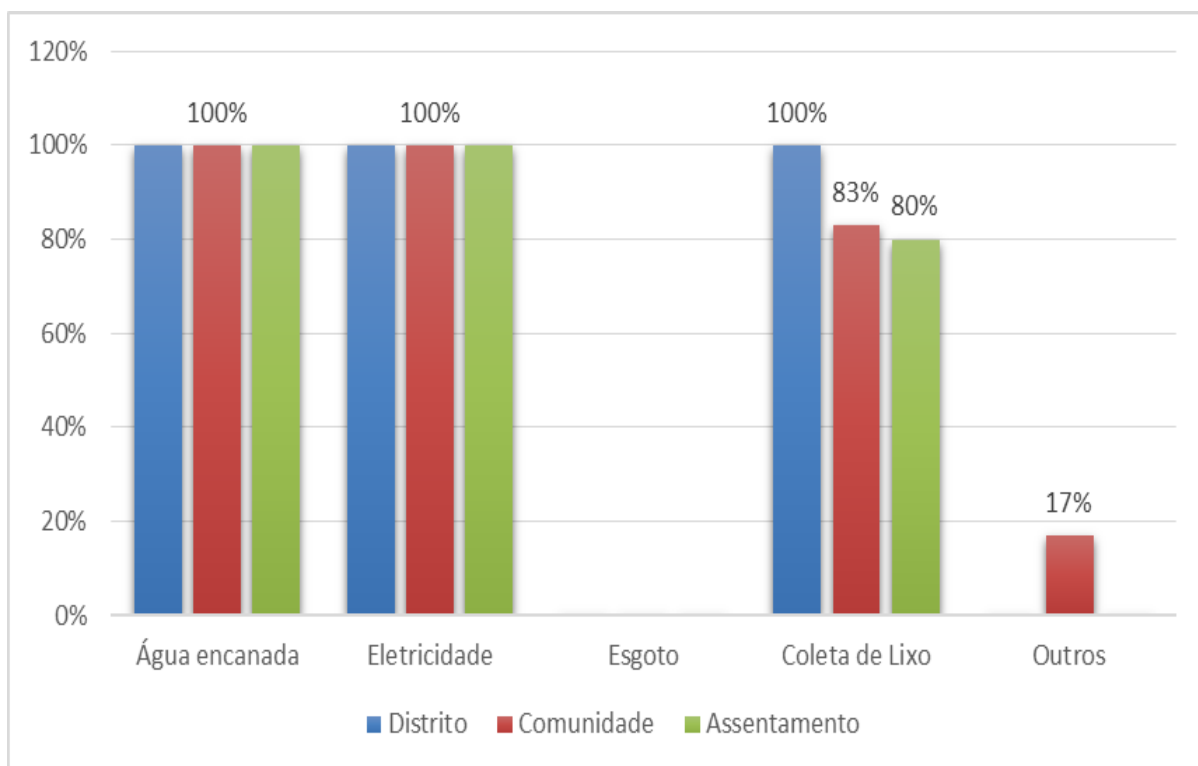
Nos distritos, o número de pessoas que sempre moraram no campo e das que vieram da cidade são bem próximos. Assim, temos que 53% dos entrevistados sempre moraram no campo e 47% não. Quanto às comunidades e assentamentos, a maioria dos entrevistados sempre morou no campo. Do total de entrevistas realizadas, 30% ocorreram com pessoas que se deslocaram da cidade para o campo. Perguntamos, então, há quanto tempo haviam se mudado e qual era o

principal motivo da mudança. Como resultado, obtivemos que esses entrevistados estavam a aproximadamente 10 anos no campo, e os motivos estão relacionados: ao retorno às origens, pois quando eram crianças os pais eram do campo; à vontade de ficar próximo dos parentes que ainda moram no campo; à mudança de vida; à fuga da violência; e à busca por qualidade de vida. Nos assentamentos, a resposta principal foi que os entrevistados viram a possibilidade de ter uma casa e algo em que trabalhar, pois na cidade estavam desempregados.

Como já apontamos, a população do campo aumentou e, com ela, a demanda por infraestruturas. Por isso, traremos para essa discussão as infraestruturas que antes pertenciam apenas ao espaço urbano e, hoje, se reproduzem e interagem com as do rural. O que aqui buscamos é fechar a ideia que vem sendo apresentada ao longo deste capítulo, que é apontar a implantação dos elementos urbanos no espaço rural e as modificações na forma-conteúdo do campo. Portanto, não queremos apenas descrever esses elementos, mas reforçar o que já estamos discutindo sobre o sistema de valores e de objetos. Essa informação, considerando o sistema de objetos, é fundamental para a nossa discussão sobre a urbanização do território, já que se trata de:

Outro fator que é considerado fundamental no campo que deve ser considerado para a análise do rural é a infra-estrutura. Através de sua análise, será possível verificar a integração e a articulação dos diferentes espaços, além de poder averiguar algumas características do desenvolvimento e de urbanização apresentadas por uma região. Entende-se por infra-estrutura rural os serviços de transporte, eletrificação, caminhos e estradas rurais e vicinais, água potável, saneamento e telecomunicações. As carências em matéria de dotação de serviços, equipamentos e infra-estrutura dificultam pôr em prática o programa de desenvolvimento rural, o que torna necessária a criação destes para a implantação ou melhoria destes para viabilizar o desenvolvimento de forma integral (LOCATEL, 2004, p. 182).

Assim, o resultado obtido em campo sobre as infraestruturas básicas a que os moradores dos distritos, comunidades e assentamentos rurais tinham acesso pode ser visto no Gráfico 3, no qual consideramos as infraestruturas mais básicas às quais os moradores poderiam ter acesso.

Gráfico 3 - Infraestruturas básicas ofertadas no campo

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Assim, avaliando o acesso a infraestruturas que consideramos básicas, podemos perceber, no Gráfico 3, que 100% dos entrevistados que moram tanto nos distritos quanto nas comunidades e assentamentos rurais têm acesso à eletricidade, fornecida pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern). O acesso à eletricidade foi fundamental para que possibilitasse o surgimento de outras atividades como os serviços e o comércio, além do acesso aos meios de comunicação e aparelhos eletrônicos, que expressam as mudanças ocorridas no cotidiano das pessoas no campo.

No que se refere à disponibilidade de água, também 100% dos entrevistados têm acesso à água encanada, mas através de poços comunitários, assim, eles pagam uma taxa para a manutenção e distribuição dessa água. Convém ressaltar que Macaíba está em uma área geológica que permite uma abundância de água subterrânea. Trata-se de água potável, sobre a qual a equipe de saúde realiza um trabalho de conscientização para o tratamento doméstico e o cuidado para não haver contaminação do poço.

Quando nos referimos ao saneamento básico (coleta e tratamento de esgoto), constatamos que nenhum dos entrevistados tem acesso a esse tipo de serviço. Assim, o sistema de fossas é muito presente e futuramente pode afetar a qualidade da água que consomem. Essa

é, infelizmente, a realidade da maior parte do município, e, em se tratando da área rural, o saneamento básico e tratamento dos esgotos só é encontrado dentro dos condomínios rurais.

Quanto às coletas de lixo, 100% dos entrevistados nos distritos disseram que tinham acesso, 83% nas comunidades e 80% nos assentamentos. Nos distritos, assim como na cidade, a coleta de lixo é feita três vezes por semana. Já nas comunidades e nos assentamentos é bastante irregular, mas comumente ocorre uma vez por semana. E, especificamente na comunidade de Riacho do Sangue, 17% dos moradores que disseram não ter acesso ao serviço explicaram que o carro da coleta não entra em algumas ruas, pois são muito estreitas, o que leva os moradores a queimarem o lixo ou a deixá-lo em outras ruas. Em consequência, o acúmulo de lixo em áreas inapropriadas atrai insetos, dentre outros vetores de doenças, e, quando a queima do lixo é realizada pela população, pode provocar doenças respiratórias.

Nos assentamentos rurais, a coleta de lixo deveria ser feita uma vez por semana, mas, como não acontece de forma regular, acaba demorando às vezes mais de 15 dias. Mesmo não sendo regular a coleta de lixo, existe uma cobrança realizada por órgãos federais quanto à limpeza e ao cuidado com o lixo produzido. Assim, em ambos os assentamentos não encontramos lixo a céu aberto e nem nas ruas. Porém, é muito comum haver a queima do lixo, sobretudo quando o carro de coleta demora mais de uma semana para realizá-la.

Durante a aplicação dos formulários, solicitamos que os sujeitos da pesquisa comentassem sobre outras infraestruturas. 17% citaram os correios como infraestrutura existente no campo, apesar da inexistência de agências de correios. O acesso ao serviço, em cada comunidade, é realizado com particularidades, assim, temos que: na comunidade das Marias, esse serviço não é realizado diretamente pelos correios, o que ocorre é que o dono de um mercadinho semanalmente traz todas as correspondências destinadas à comunidade e os moradores vão pegá-las; na comunidade de Jundiá, esse serviço é ofertado tranquilamente, e em Riacho do Sangue existe um local que funciona como uma espécie de “anexo” dos correios, onde cada morador tem uma caixa e lá são depositadas as suas correspondências; nos assentamentos, esse serviço não existe.

Além dessas infraestruturas, durante as nossas pesquisas de campo, foi possível perceber que a maior parte das ruas dos distritos e comunidades são asfaltadas, e que também existem postos de saúde, escolas, quadras esportivas e academias públicas de ginástica em todos os distritos e comunidades. Trata-se de infraestruturas básicas, mas que há décadas atrás não eram comuns no espaço rural. Além disso, essas infraestruturas, que são fixas, possibilitam a dinâmica de novos fluxos, ou seja, novas ações sobre o território, pois:

A análise dos fluxos é às vezes difícil, pela ausência de dados. Mas o estudo dos fixos permite uma abordagem mais cômoda, por meio dos objetos localizados: agências de correios, sucursais bancárias, escolas, hospitais, fábricas... Cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais. E, desse modo, a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente (SANTOS, 2014, p. 86).

Essa interação mútua entre fixos e fluxos pode ser percebida com a inserção de uma creche, por exemplo, que possibilitou às mães deixarem seus filhos e poderem trabalhar, o que antes não era possível. As transformações estão, aparentemente, nas pequenas coisas, mas que, considerando a totalidade, são aspectos minuciosos de uma mudança social, como: realizar exercícios e caminhadas no fim da tarde, sentar na praça, ver as crianças indo para a escola, ver pessoas com sacolas na mão vindo dos mercadinhos, passageiros descendo e subindo nos transportes coletivos, e pessoas frequentando bares e restaurantes.

Esses aspectos também foram pesquisados por Maia (1994), mas como o seu estudo tinha o caminho reverso a nossa proposta, não tratava de mudanças, como mencionamos acima, mas de permanências dos aspectos rurais no espaço urbano, exemplificando-as ao citar as paisagens menos divulgadas “onde aparecem as vacarias, as carroças puxadas por burros entregando leite, vacas e bois pastando nos terrenos e canteiros das avenidas [...]” (MAIA, 1994, p. 39).

4.1.2 Serviços, bens de consumo e pluriatividade: quando o campo deixa de ser exclusivamente agrícola

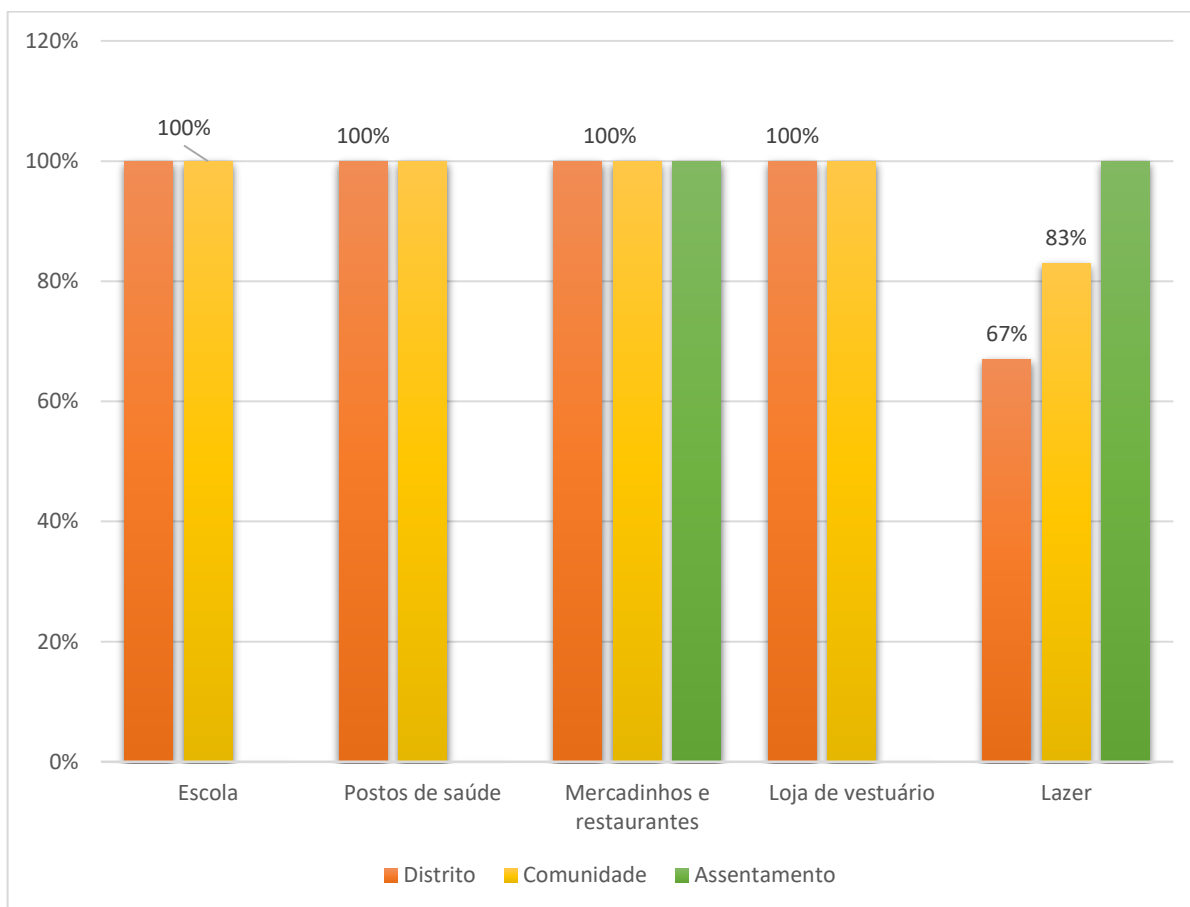
Outra transformação evidenciada no campo é a realização de atividades relacionadas aos setores secundário e terciário. No entanto, essa é uma das classificações do que seria campo e cidade, ou seja, a partir das atividades econômicas neles inseridas. Também, é claro que cada atividade exige algumas particularidades dos lugares nos quais elas se instalam e, sob essa perspectiva, a cidade ainda continua sendo o espaço que mais favorece a instalação das indústrias, sobretudo do setor terciário, e o campo ainda é o espaço que, pelas suas características, favorece as atividades primárias.

Contudo, entendendo que essas mudanças fazem parte de um processo, a classificação do que é campo e do que é rural, a partir das atividades econômicas, não cabe mais no período atual. As atividades agrícolas não são um privilégio apenas do campo, assim como as atividades industriais, comércio e serviços não são um privilégio da cidade. Todas elas, no momento atual,

são realizadas tanto no campo quanto na cidade: o que muda, como já enunciado anteriormente, é apenas a intensidade com que são exercidas.

Dessa forma, como atividades não agrícolas estão sendo exercidas no campo, e entre elas os serviços, em nosso formulário, buscamos identificar os serviços básicos a que a população do campo está tendo acesso. Esse ponto revela as transformações do campo, que corroboram a existência de outra dinâmica e configuração territorial (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Serviços básicos ofertados no campo



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

No Gráfico 4, percebemos que 100% dos moradores disseram que a população tem acesso à escola. Nos distritos há creches, escolas de ensino fundamental e médio. Nas comunidades há apenas creches e escolas do ensino fundamental. Nos assentamentos não há escolas e nem creches. Entretanto, há um sistema de transportes fornecido pela prefeitura de Macaíba que leva os alunos para as escolas, tanto as localizadas em outras comunidades rurais quanto na própria cidade.

Como todas as transformações que gradualmente ocorrem no espaço rural, por meio da incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, dos avanços nos meios de transporte e de comunicações e das novas demandas que isso implica, o meio rural se vê afetado pelo deslocamento da vida social. Esses deslocamentos, em parte, se dão pelas novas relações estabelecidas pelo conjunto da população do campo com outros grupos e, em maior medida, pelas novas formas de interação social dos jovens. Estes passam a se deslocar para a cidade para trabalhar ou para receber instruções nas instituições de ensino, além de buscarem também atividades de lazer (LOCATEL, 2004, p. 173).

Constatamos que é intenso o fluxo de estudantes, principalmente adolescentes que estão no ensino médio, que se deslocam do campo para a cidade, o que possibilita a interação com outros grupos e espaços. Não só o deslocamento da vida social, mas também a interação causa mudanças tanto nos grupos sociais quanto nos espaços aos quais pertencem.

No entanto, essa interação não significa uma adesão de características totais dos demais grupos, pois na medida em que eles adquirem novos hábitos, objetos e/ou valores, esses também passam por modificações. Como exemplo, temos festas como o Halloween. Na zona rural de Macaíba, no primeiro ano, tentaram reproduzir todos os signos desse tipo de festa, mas foram tentativas fracassadas, pois a música não agradava e não animava os seus frequentadores. Então, a festa passou a ser realizada com a música de forró, porém preservando outros signos, como fantasias e decoração.

Quanto ao serviço de saúde, como pode ser percebido no Gráfico 4, 100% dos entrevistados dos distritos e comunidades disseram que têm acesso a esse serviço no seu próprio local. Quanto aos assentamentos, o acesso aos serviços no posto de saúde ocorre na comunidade em que estão inseridos, no caso a comunidade Riacho do Sangue. Trata-se de acesso aos serviços de atenção básica em saúde, como dentista, enfermeira e clínico geral. Diferentemente do que ocorre na cidade, os dias e horários de atendimento são menores.

No tocante aos estabelecimentos comerciais, 100% dos moradores afirmaram que existem mercados para compra, sobretudo de alimentos, e restaurantes, mas percebemos, também outros tipos de comércio, como padarias, lanchonetes, bares, casa de ração, farmácia, borracharias, lojas de peças para motos, carros e bicicletas, *lan house* e sorveterias, tanto nos distritos quanto nas comunidades. Já nos assentamentos, identificamos a presença apenas de mercearias, borracharia e pessoas que vendiam algo específico em sua própria residência, como *dim-dim*, *tupperware*, produtos de beleza, dentre outros. Nesse último caso, trata-se de uma forma de complementação de renda, feita, sobretudo, pelas mulheres da casa.

As lojas de vestuário só foram citadas pelo moradores dos distritos e comunidades. São, comumente, lojas de pequeno porte e pessoas que comercializam na sua própria casa. Também

percebemos lojas de artigos variados e, no distrito de Traíras, na porta de uma loja havia um cartaz anunciando: “vendemos galinha caipira temperada”. Esses exemplos nos indicam que os elementos da vida urbana se entrelaçam com os do rural, mas não os aniquilam.

Quanto à oferta de lazer, segundo o Gráfico 4, ela vai diminuindo em relação à localidade, e percebemos que, quanto mais intenso o processo de urbanização, menor a indicação de lazer. Assim, temos que 100% dos assentados afirmaram que no assentamento há opções de lazer; nas comunidades, 83% afirmaram que há lazer; e 67% dos moradores dos distritos também disseram que há lazer. Todos afirmaram que existe, mas que as opções são poucas, comumente relacionadas a bares, festas nos fins de semana, quadra de esportes e campo de futebol. 17% e 33% dos moradores das comunidades e distritos, respectivamente, afirmaram que vão para a cidade, mais precisamente a Natal, em busca de lazer em *shoppings* e praias.

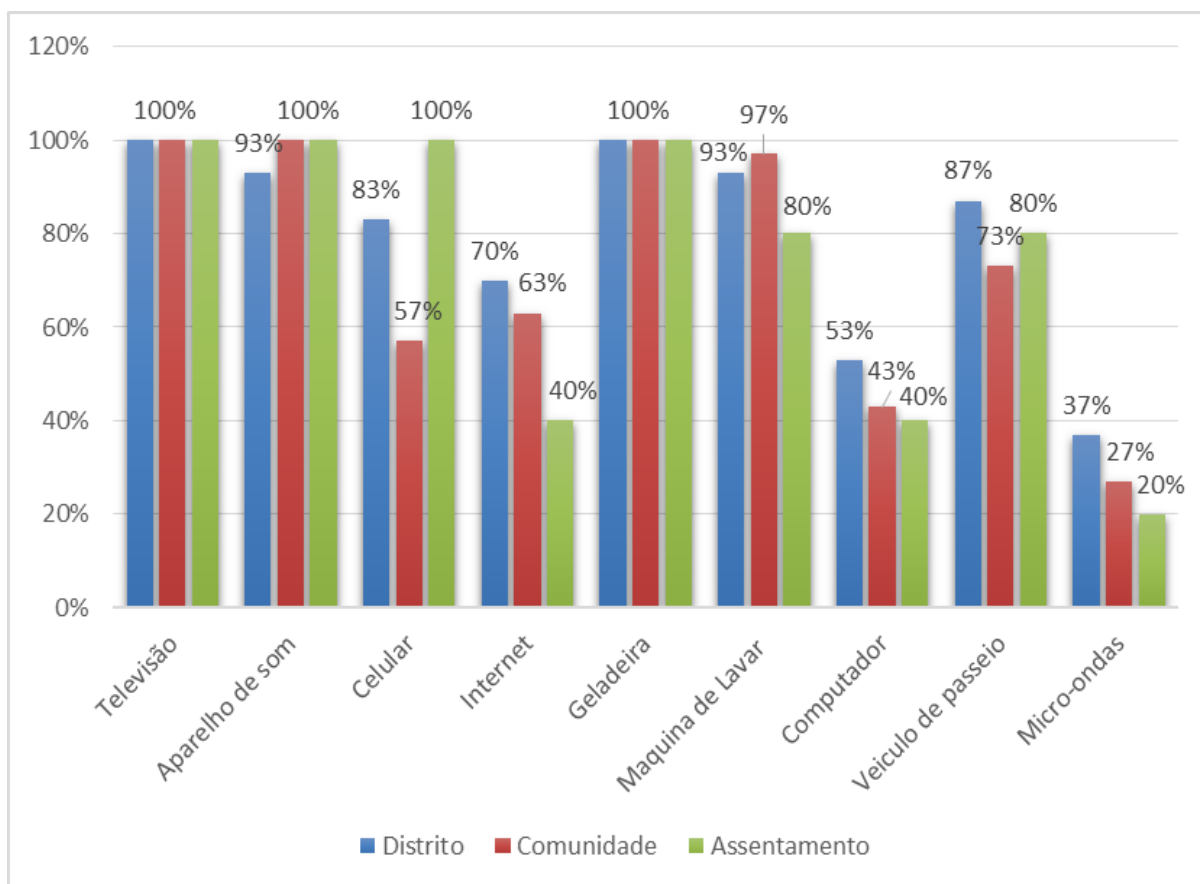
Esses serviços são indicadores das principais causas da mobilidade dos moradores do campo para a cidade, pois quando faltam esses serviços básicos, essenciais à sociedade atual, como bancos ou lojas de eletroeletrônicos, ou ainda se não são ofertados de forma satisfatória, os moradores vão realizá-los na cidade.

A implementação de infraestruturas básicas, como eletricidade e internet, e o surgimento de serviços ampliaram as possibilidades de consumo, como eletroeletrônicos. Com isso, temos que:

Uma das características da vida moderna nas cidades, a qual é defendida como emancipatória e libertadora para os indivíduos, é o consumo. O nível e a sofisticação do consumo na sociedade atual são cada vez maiores. Da mesma forma que o consumo de bens duráveis cresce nas cidades, o mesmo pode ser verificado no campo (LOCATEL, 2004, p. 185).

A vida no campo deixa de ser percebida como atrasada e bastante distinta da cidade. A infraestrutura e os serviços são, em nossa análise, elementos indissociados, pois o surgimento de um está relacionado ao do outro, e ambos estimulam o consumo de objetos que antes eram o símbolo da modernidade. Com eles, surgem outros sistemas de valores no campo, possibilitando uma dinâmica social muito semelhante à da cidade. Assim, “a vida urbana chega ao campo, fazendo-o integrante do paraíso do consumo” (MAIA, 1994, p. 41).

Com isso, objetos como televisão, aparelho de som, geladeira e outros não são mais privilégios de quem mora na cidade. As infraestruturas básicas e os serviços possibilitam o consumo desses bens e, como uma teia, proporcionam ou estimulam o consumo de outros bens e o surgimento também de novos hábitos. O Gráfico 5 representa o percentual de bens de consumo presentes nas residências de moradores das áreas pesquisadas.

Gráfico 5 - Bens de consumo existentes na residência dos sujeitos pesquisados

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Com isso, temos que 100% dos entrevistados têm televisão, seguida pela geladeira e aparelho de som. 93% dos entrevistados dos distritos, 97% das comunidades e 80% dos assentamentos rurais têm máquina de lavar roupas. Também constatamos um elevado percentual de entrevistados que possuem veículos de passeio (motos e carros). Nesse caso, em proporção de 87% dos distritos, 73% nas comunidades e 80% nos assentamentos. Entre os aparelhos de uso doméstico, o micro-ondas é o item que aparece em menor número: 37% nos distritos, 27% nas comunidades e 20% nos assentamentos. No tocante aos aparelhos celulares, verificamos que 83% dos entrevistados que residem nos distritos, 57% nas comunidades e 100% nos assentamentos dispõem desse equipamento. Dos entrevistados, 53% nos distritos, 43% nas comunidades e 40% nos assentamentos têm computador em casa. Outro dado refere-se à internet: 70% nos distritos, 63% comunidades e 40% assentamentos têm acesso à rede mundial de computadores.

Como dito, o acesso a esses bens de consumo abre possibilidades para uma nova dinâmica e é, também, um meio para entendermos o processo de urbanização do território, uma

vez que, mesmo que ocorra em menor proporção que na cidade, o consumo não é restrito a ela. Assim, o que chamamos anteriormente de teia das infraestruturas, serviços e do consumo pode ser percebida em pequenos exemplos, como a própria eletricidade, que possibilita a instalação da lanchonete, sorveteria, supermercado e complementação de renda por meio da venda de produtos caseiros. Isso sem falar da dinâmica dentro das casas, pois, se há algum tempo as compras de alimentos eram feitas semanalmente e com restrições, a geladeira possibilita o armazenamento dos alimentos por mais tempo, e as compras passam, assim, a serem realizadas no mínimo a cada 15 dias. O consumo desses bens e serviços expressa uma mudança no sistema de valor e, portanto, no cotidiano das pessoas que residem no campo.

Não podemos falar da inserção de outras atividades econômicas, do maior estímulo a bens de consumo que expressam a superação de uma visão de campo atrasado e isolado, pois no momento atual eletroeletrônicos, celulares e computadores fazem parte da vida no campo, sem nos questionar: o acesso a esses bens de consumo ocorre em menor proporção? Talvez sim. Porém, o acesso a esses bens também ocorre em menor proporção se compararmos alguns bairros dentro da própria cidade. Também não podemos falar em serviços e bens de consumo no campo sem falarmos em pluriatividade⁷, pois a instalação de serviços no campo implica que algumas pessoas residentes utilizam-se desses serviços e que outras os ofertam, o que, por sua vez, expressa atividades não agrícolas sendo exercidas no campo.

Sabemos das divergências teóricas em torno da noção de pluriatividade que, comumente, estão pautadas na diversificação da fonte de renda da família de agricultores e na diversificação da renda da unidade produtiva agrícola. Assim, enfatizamos que:

Quanto ao estatuto teórico e analítico, as críticas são variadas e dirigem-se principalmente ao fato de que a noção de pluriatividade se refere sobretudo a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não agrícolas como ocupação (independentemente de ser uma renda principal ou complementar) e acesso a um maior nível de renda (SCHNEIDER, 2003, p. 104).

Porém, independentemente desse conjunto heterogêneo, temos que lidar com o fato de que há atividades não agrícolas inseridas no campo e que a população do campo não se dedica apenas às atividades agrícolas. Essa variedade de situações que leva membros das famílias a

⁷ Sabemos das discussões relacionadas sobre a noção de pluriatividade aplicada a realidade brasileira, assim, em nossa pesquisa a pluriatividade não está relacionada a noção de agricultura em tempo parcial. Entendemos, como a prática de outras atividades para obter o aumento na renda. A inserção e a realização de outras atividades, pode assim, serem analisadas sob uma perspectiva do indivíduo ou do território.

buscarem outras atividades é um dos fatores que também colaboram para as divergências teóricas existentes em torno da noção de pluriatividade. Em nossa pesquisa não temos pretensão alguma de superar essa discussão, mas concordamos que:

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Essa noção deve, portanto, abarcar uma realidade mais complexa agora, pois além de terem ou complementarem a renda com outras atividades, deve-se considerar que há a inserção de outras atividades não agrícolas no campo, o que leva à análise na dimensão territorial.

É por isso que, em nossa análise, existem duas situações sobre pluriatividade que priorizamos: a primeira é tratarmos da escala do território, assim, discutiríamos a inserção das atividades não agrícolas no campo; a segunda é considerarmos apenas o indivíduo, ou seja, aqueles que moram no campo, mas dedicam-se além da agricultura a outras atividades ou dedicam-se apenas a atividades não agrícolas, sejam elas de caráter complementar ou como renda principal.

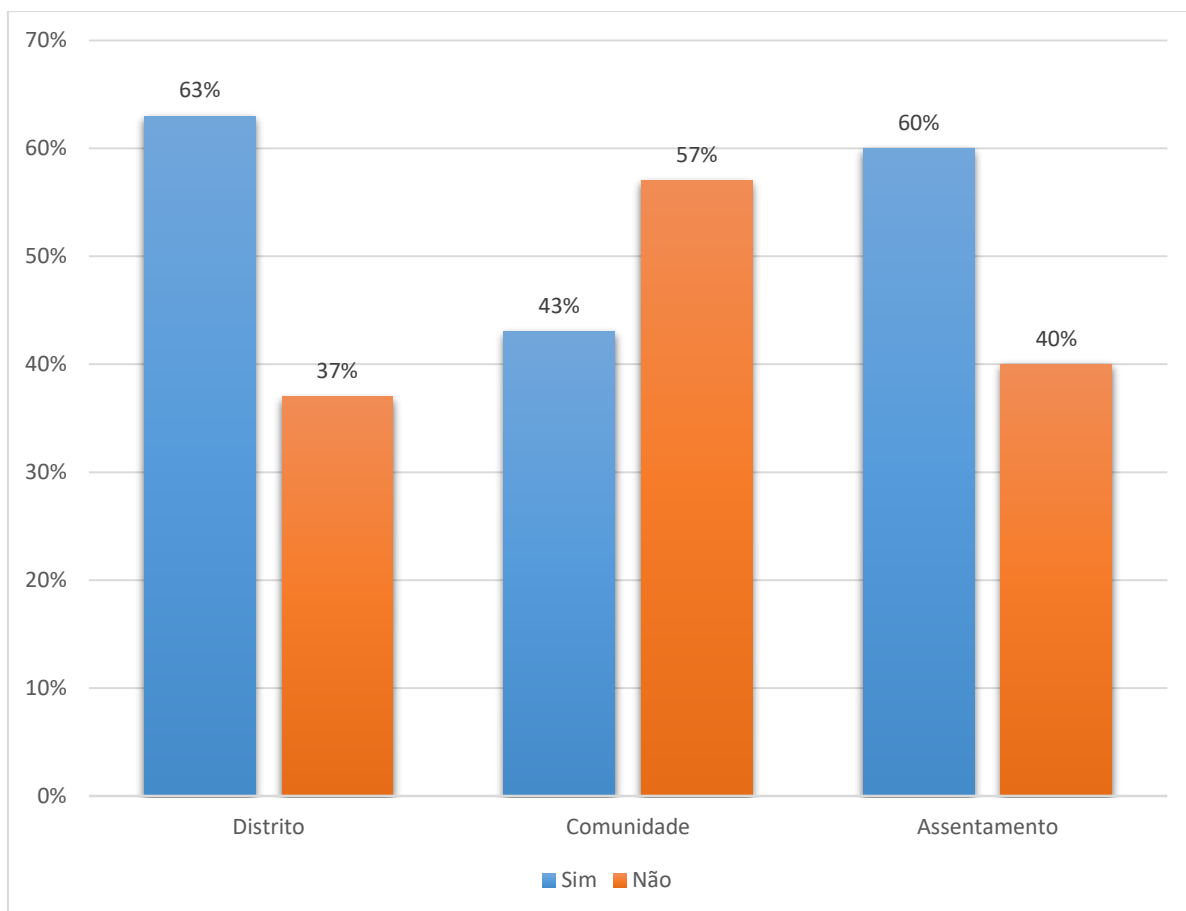
A primeira situação já havíamos abordado em capítulos e seções anteriores, quando passamos a apontar a inserção das atividades não agrícolas no espaço rural, que foram identificadas durante a pesquisa de campo. A segunda teve a discussão priorizada no formulário e, por isso, destacamos nesta seção.

Portanto, os dados sobre os sujeitos pesquisados que trabalham na zona rural, independentemente da função que exerciam, estão postos da seguinte forma: temos que, dos 100% dos entrevistados, 30% trabalham na cidade e 70% trabalham na zona rural de Macaíba, divididos da seguinte maneira: 73% distritos, 63% comunidades e 80% assentamentos. Perguntamos aos entrevistados as funções que ocupavam e, como resultado, tivemos que a maioria eram agricultores. Quanto às outras funções exercidas por eles, tivemos: comerciante, caixa, moto-táxi, vendedor e trabalho com reciclagem. Os 30% do total dos entrevistados que não trabalhavam no campo exerciam como função: empregada doméstica, técnica de nutrição, costureira, técnico em agropecuária, professora, pedreiro, motorista e operário. Essa questão também nos faz refletir sobre a mobilidade dos entrevistados do campo para a cidade.

A falta de emprego no campo, por um logo período, pela saída das pessoas do campo em direção à cidade. Porém, em Macaíba, nas últimas duas décadas, o que percebemos é o oposto, ou seja, o aumento da população que ocorre, sobretudo, como reflexo de uma maior mobilidade entre os dois espaços, que possibilita às pessoas poderem morar no campo e trabalharem na cidade, mas também trabalhar no campo, seja na atividade agrícola ou não. Isso nos levou a um outro questionamento: havia oferta de emprego no campo? A resposta para essa pergunta foi expressa por eles independentemente de trabalharem ou não.

Assim, quanto à oferta de emprego no campo, do total de entrevistados, 54% disseram que há emprego e, quando perguntamos quais as possíveis funções, a maioria estava relacionada a trabalhos agrícolas, além de apontarem a dificuldade de encontrar pessoas para trabalharem sobretudo no período do preparo da terra para a plantação e da colheita. Nos distritos, 57% disseram que não há ofertas de emprego, mas foi o lugar em que mais encontramos pessoas exercendo atividades não agrícolas, especialmente no comércio, e que trabalhavam na zona rural. 53% nas comunidades e 90% nos assentamentos afirmaram que há oferta, mas nas atividades agrícolas.

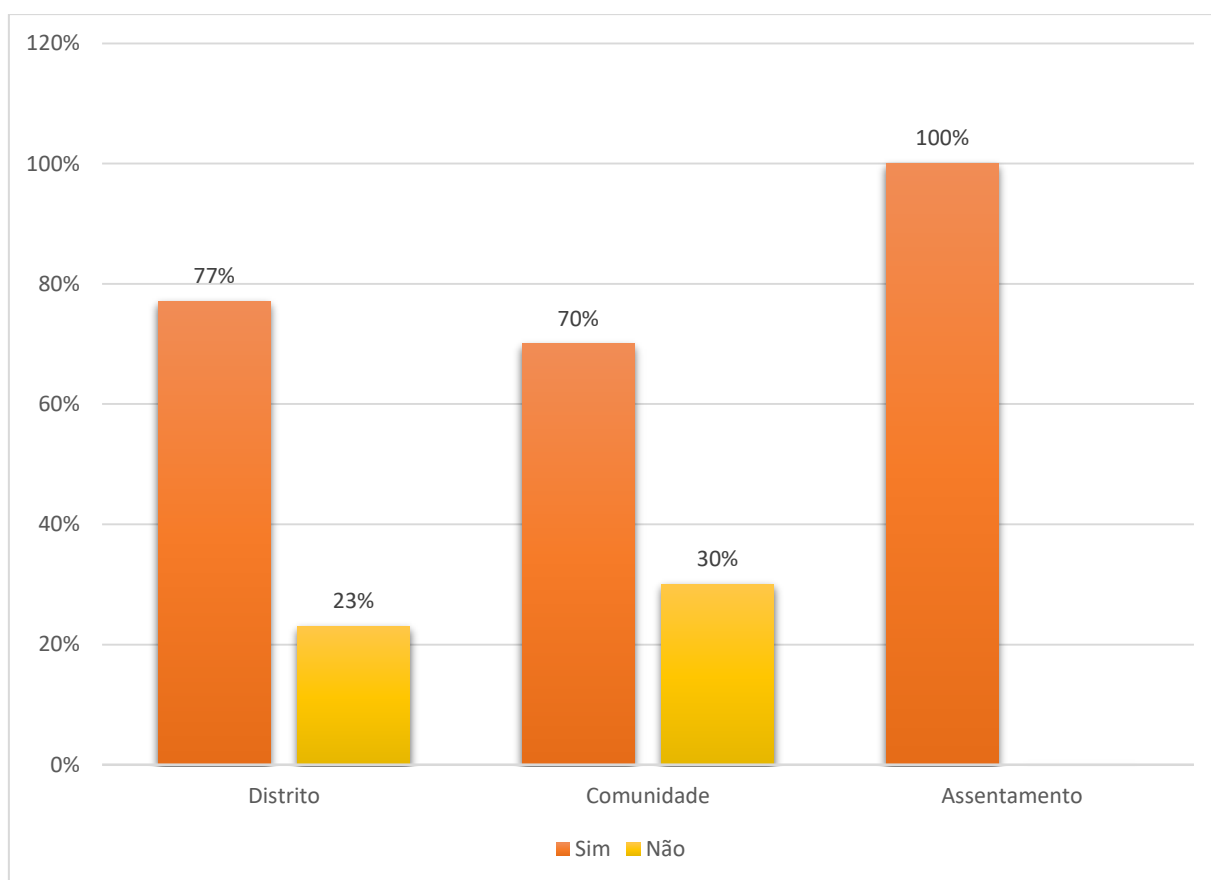
Outro ponto que gostaríamos de destacar quanto às atividades não agrícolas é a quantidade de pessoas que moram na cidade e que trabalham no campo, sobretudo funcionários públicos que exercem a função de professores, secretários, serviços gerais, dentistas, médicos, enfermeiros e agentes de saúde, entre outras funções. Com a instalação de infraestruturas já apontadas anteriormente, como escolas e unidades de saúde, disponibilizaram-se ofertas de empregos para esses profissionais. Sabemos também que as funções que necessitam de um maior grau de escolarização são exercidas pelos moradores da cidade, muitas vezes de outro município. Além dessas questões, buscamos saber se os entrevistados complementavam a renda, independentemente de ser complementada com atividades agrícolas ou não (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Complementa a renda com outra atividade

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Do total dos entrevistados, 54% afirmaram que complementam a renda com outras atividades agrícolas ou não. Entre eles, 63% nos distritos e 60% dos assentados disseram que há complementação de renda, a qual, nesses casos, é realizada com outras atividades e, em alguns casos, por outro indivíduo da família. Encontramos diversas situações: nos assentamentos rurais, as mulheres, frequentemente, além de ajudar nas atividades agrícolas, buscam vender produtos ou fazer costuras para ajudar na renda. Também encontramos uma família em que um dos filhos tinha uma borracharia em casa enquanto que o pai e os irmãos trabalhavam na agricultura. Comumente, as pessoas que não trabalhavam na zona rural complementavam a renda com a criação de animais e o que plantavam era para o próprio consumo.

Buscamos, dessa forma, saber quais entrevistados mantinham algum tipo de criação e/ou plantação. Essa questão possibilita refletirmos sobre algo que não é exclusivo, mas ainda é bem característico do espaço rural, que são as atividades agrícolas (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Mantém algum tipo de criação e/ou plantação

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Apenas 22% do total de entrevistados não mantinham algum tipo de criação e/ou plantação. Os 78% que mantinham estavam distribuídos da seguinte maneira: 77% nos distritos, 70% nas comunidades e 100% nos assentamentos. Isso caracteriza uma relação mais forte da população rural com as atividades agrícolas, pois, mesmo que não sejam a principal fonte de renda, para alguns, manter alguma criação e plantação remete a símbolos do modo de vida rural que não foram eliminados, mas que se entrelaçam com símbolos urbanos.

Como ressaltamos em outros momentos, esse entrelaçamento ocorre principalmente pela rede de transportes e de comunicação, que favorecem maior acesso aos signos da sociedade urbana. Nesse sentido, mostramos como as redes, sobretudo de transportes, contribuem para as transformações na zona rural de Macaíba.

4.1.3 Redes: elementos constituintes do território e suporte das relações cotidianas

Como elemento componente do território, as redes favorecem a definição de períodos e das relações sociais que caracterizam cada um deles. A conceituação de redes pode ser feita a partir de duas grandes matrizes:

A que apenas considera seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social. [...] a rede também é social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração (SANTOS, 2009, p. 262).

Isso nos leva a pensar a rede analisando essas duas matrizes, que contribuem para entendermos as transformações sociais e materiais pelas quais o território rural vem passando. Para a nossa pesquisa, frisamos, sobretudo, as redes de transporte e de comunicação, considerando seu aspecto material, que estão fortemente presentes na área rural de Macaíba. Essas redes favorecem tanto o surgimento de novas relações sociais no campo quanto a reprodução de elementos antes restritos ao espaço urbano.

Ainda, buscamos, por meio das redes, observar a disposição, utilização e relação dos elementos urbanos sobre o campo, mesmo que a sua distribuição e utilização ocorram de maneira desigual. Nesse sentido, devemos refletir sobre os elementos técnicos que compõem a rede para além de quantidades: “[...] mas, também, a avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano” (SANTOS, 2009, p. 263). Essa perspectiva reforça a importância de analisarmos as redes como elemento constituinte do território e como suporte às relações que se realizam cotidianamente.

Em Macaíba, a implementação das redes de comunicação e transportes, na zona rural, se deu no início de 1990, mas a presença efetiva no território se torna mais intensa no final desta mesma década. Com a realização da pesquisa empírica, verificamos que Macaíba conta com duas cooperativas de transportes que possuem em média cinquenta automóveis, entre Kombis e Vans, realizando diariamente os transportes de pessoas e mercadorias entre a cidade e mais de 30 comunidades, além dos assentamentos e distritos rurais do município.

Ao decorrer da nossa pesquisa, fizemos os trajetos de ida e vinda que as Kombis realizam para chegarem aos distritos e comunidades rurais que fazem parte desta pesquisa. Realizar esses trajetos utilizando os alternativos nos possibilitou vivenciar, conversar com

motoristas e passageiros, e refletir sobre as relações estabelecidas entre eles, bem como deles com o campo e a cidade (Fotografia 15).

Fotografia 15 - Utilização do transporte público da cidade ao distrito de Traíras



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Uma particularidade da relação estabelecida entre motoristas e passageiros nos chamou a atenção: trata-se da negociação sobre os locais das paradas em que os passageiros irão descer. A partir dessa negociação é estabelecido o preço da viagem, mesmo em se tratando de transportes regulamentados por órgãos municipais com preços pré-estabelecidos, havendo, portanto, uma flexibilidade na negociação pelo fato de passageiros e motoristas terem uma relação mais informal. Essas relações estabelecidas entre motoristas e passageiros nos permitem afirmar que, considerando os níveis que as redes podem alcançar, o nível local é marcado por características próprias do lugar.

Nesse caso, se um alternativo sai do centro de Macaíba e vai até o distrito de Traíras, a passagem custa três reais, mas se por acaso o passageiro descer em alguma comunidade rural antes de Traíras, ele pode negociar o valor da passagem para um preço menor e descer na parada que melhor atenda a sua necessidade, como na frente da própria casa. Essas relações informais no campo não são estabelecidas nos transportes públicos da cidade, em que o preço da passagem

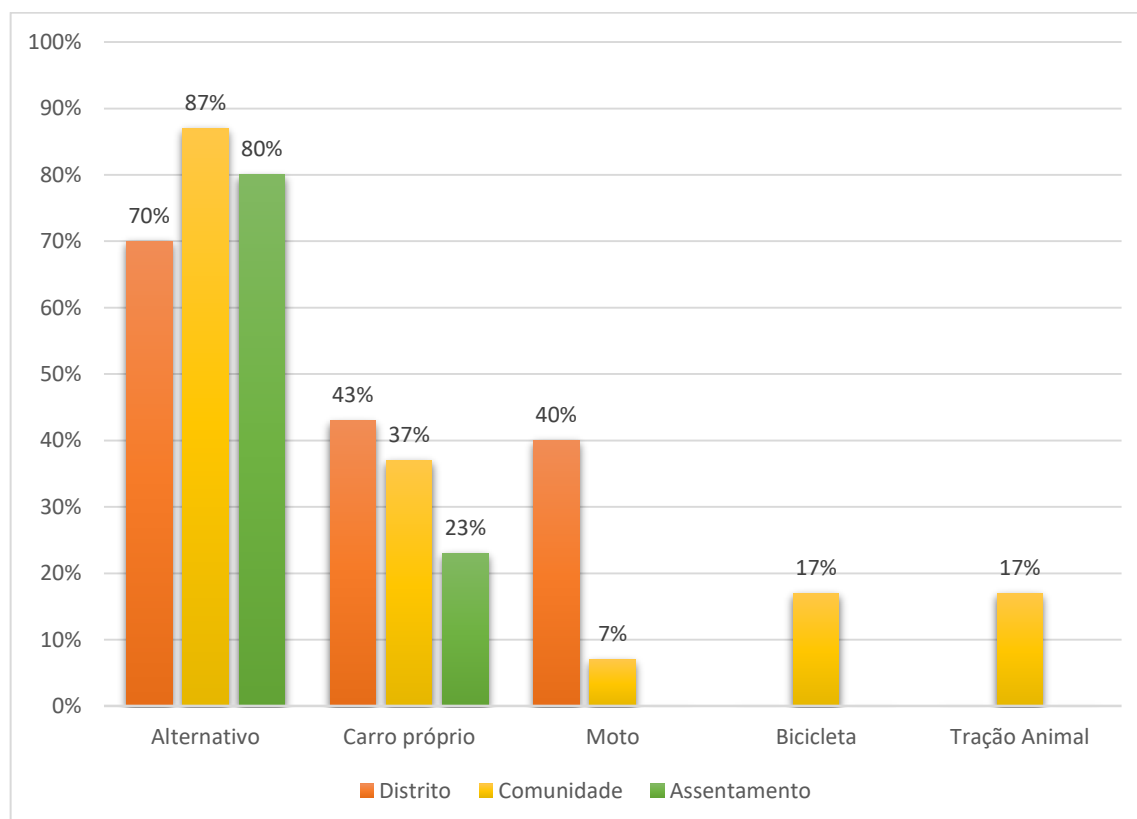
e os locais de parada também são pré-definidos, porém, independentemente de onde desça, o passageiro pagará o preço integral da passagem.

Essa relação entre os motoristas e passageiros nos transportes públicos mostra como se estabelecem as escalas de solidariedade, apontando, nesse caso, as particularidades do lugar com o território em sua totalidade. Assim:

O lugar é a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa. [...] As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo (SANTOS, 2009, p.270).

Essa parte da pesquisa teve um foco maior nos alternativos, pois estes têm maior expressividade na rede de transporte entre o campo e a cidade e, como pode ser visto no Gráfico 8, é o meio de transporte mais utilizado pelos entrevistados.

Gráfico 8 - Meios de transporte utilizados pelos moradores da zona rural de Macaíba



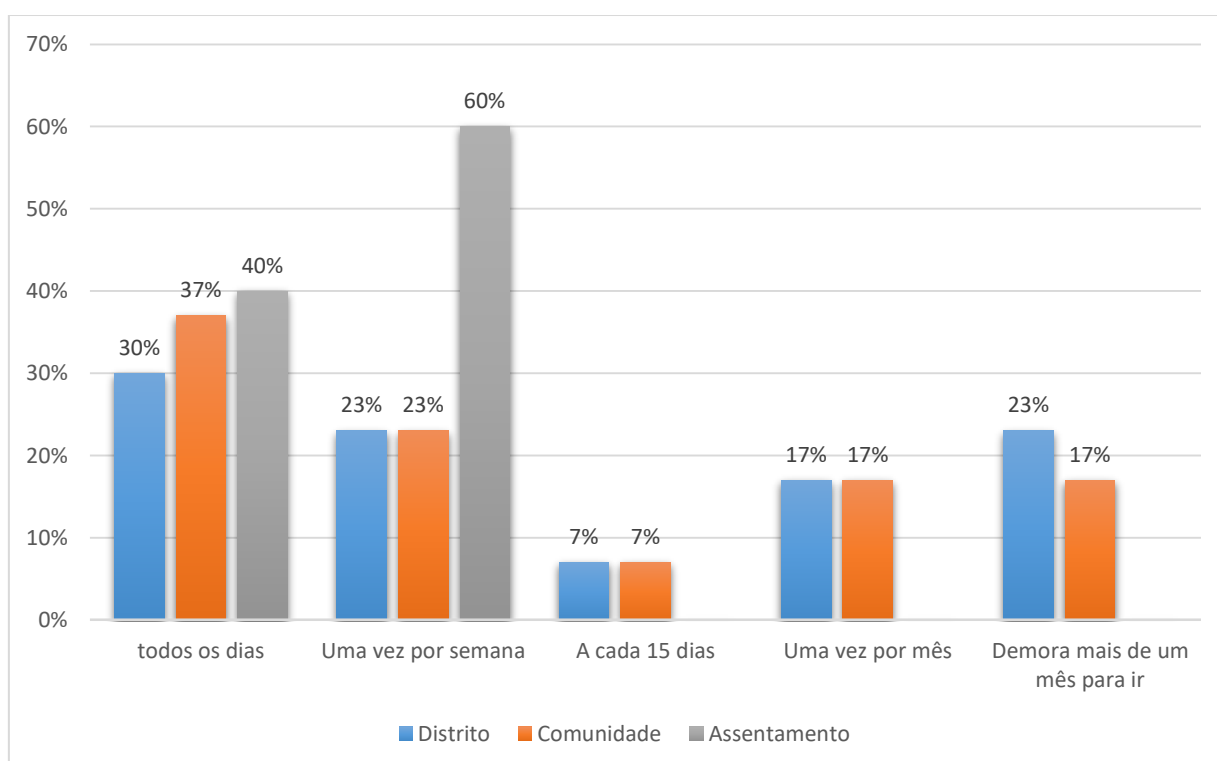
Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Entre as respostas, expostas no Gráfico 8, percebemos que a maior parte dos entrevistados — 70% nos distritos, 87% comunidades e 80% assentamentos — utiliza como principal meio de transporte coletivos como Vans e Kombis, seguido pelo uso de carro próprio. Durante a aplicação do formulário, a maior parte dos entrevistados apresentou-se satisfeita com o serviço, uma vez que comumente a cada 20 minutos há transportes para a cidade e desta para o campo, com um atrativo: a possibilidade de deixá-los na porta de casa.

Ainda, foi possível perceber que os meios de transportes que eram mais comuns e utilizados no meio rural, como a tração animal e a bicicleta, não são mais tão usados como no passado, visto que apenas 17% dos entrevistados afirmaram que utilizam a tração animal para as atividades agropecuárias e que usam a bicicleta para a locomoção apenas dentro da própria comunidade, para ir à escola, à quadra de esportes ou à casa de amigos.

Como atualmente os alternativos e os automóveis particulares são meios de transporte mais rápidos, isso levou a serem mais intensas as trocas comerciais, favorecendo, também, o maior fluxo de pessoas, mercadorias e valores. Durante a aplicação do formulário, ouvimos relatos dos moradores mais antigos sobre a dificuldade de ir à cidade antes da implantação desses alternativos. Assim, perguntamos também sobre a frequência com que iam à cidade (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Frequência com que os sujeitos da pesquisa vão à cidade

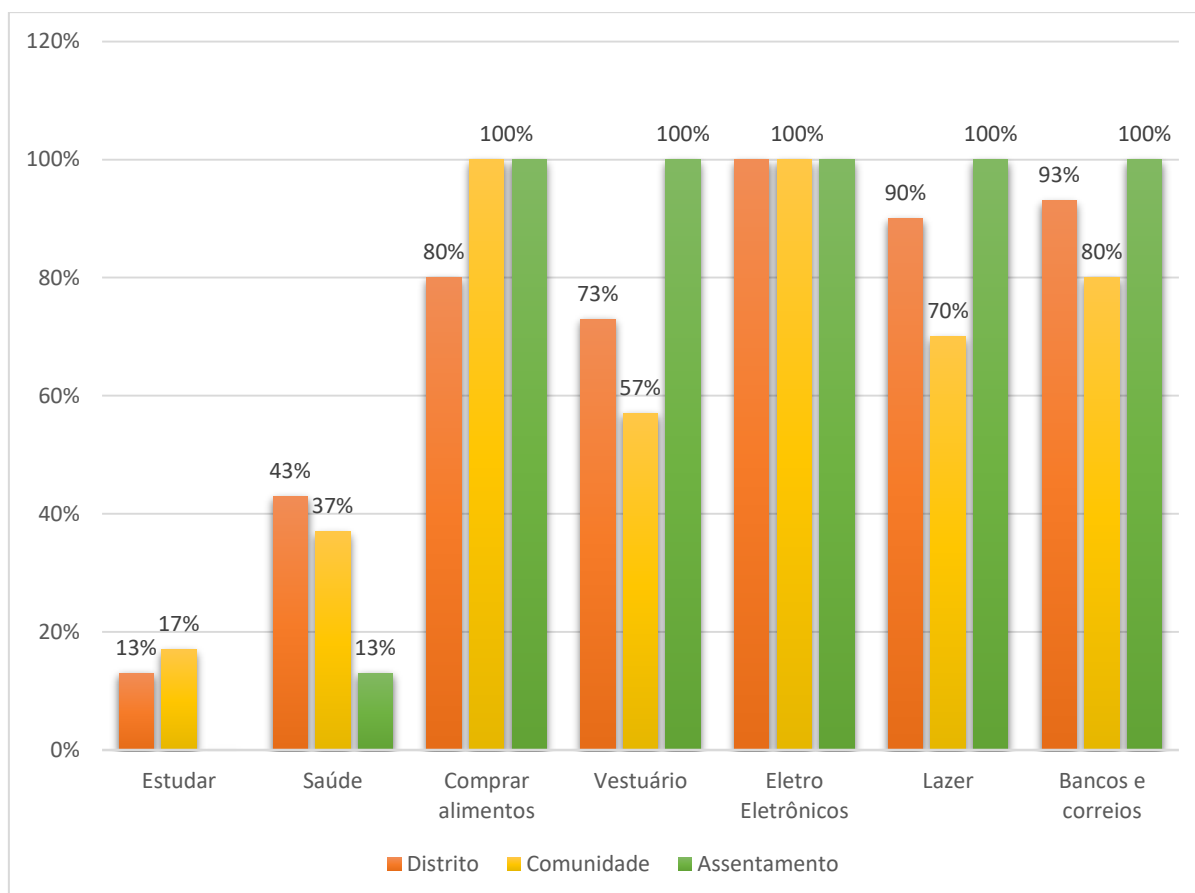


Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A análise do Gráfico 9 possibilita afirmar que a maioria dos entrevistados vai à cidade todos os dias ou pelo menos uma vez por semana. A junção dessas suas situações corresponde a 54% do total dos entrevistados. Dentre eles, 100% dos assentados vão com maior frequência à cidade. Muitos afirmaram que, já que têm que sair do assentamento para comprar algo ou utilizar algum serviço, então eles buscam ir diretamente à cidade, já que os transportes oferecem essa possibilidade.

Apenas nas comunidades e distritos houve moradores que passavam mais de 15 dias para irem à cidade, o que corresponde a 37 % do total de entrevistados. Eles buscam satisfazer as necessidades mais urgentes como comprar alimentos, consultar-se com médicos e ir a escolas na própria comunidade e distritos. Apenas quando precisam de eletroeletrônicos ou de um médico mais especializado é que buscam ir à cidade. Assim, procuramos saber quais os principais produtos e serviços que vão buscar na cidade e obtivemos o resultado apresentado no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Principais causas que contribuem para os entrevistados irem à cidade



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

De acordo com os dados contidos no Gráfico 10, temos o resultado dos principais produtos e serviços que os moradores do campo se deslocam até a cidade para adquirir, pois ou não são ofertados no campo ou não o são de maneira satisfatória. Percebemos, de maneira geral, que os serviços ofertados no campo, pelo menos em nível básico como saúde e estudos, são os que menos os entrevistados vão procurar na cidade, nesses dois casos só ocorre a necessidade de ir à cidade se for algo mais especializado. No que se refere à compra de alimentos, a população dos distritos tem uma variedade maior de comércio e, portanto, são os moradores que menos vão à cidade comprar alimentos. O resultado também mostra que lojas de eletroeletrônicos não existem no campo e que 100% dos entrevistados precisam se locomover até à cidade para adquiri-los.

Ressaltamos que esse deslocamento não ocorre apenas para adquirir produtos e serviços, mas também por motivo de trabalho, como já exposto. Ainda, envolve outros municípios, como Bom Jesus, que está bem próximo ao distrito de Traíras e à comunidade das Marias, e como Vera Cruz, que está próximo ao distrito de Cana-Brava, à comunidade de Riacho do Sangue e aos assentamentos. No entanto, considerando esses dois municípios, Macaíba ainda aparece como a primeira opção de deslocamento dos moradores, seguida por Natal.

Santos (2009), no capítulo *Por uma geografia das redes*, afirma que o papel que a rede de integração oferece é funcional e, também, territorial. Nesse sentido, mesmo que estejamos nos referindo, nesse momento, à implantação da rede de transportes, ela contribuiu para facilitar as trocas que citamos acima e para difundir valores e elementos restritos anteriormente a cada subespaço, devendo-se lembrar que: "[...] a própria estrutura do espaço constitui uma condição fundamental ao exercício do poder e à natureza local ou regional desse poder" (SANTOS, 2009, p. 271).

Assim, a mobilidade é um elemento colaborador para o processo de urbanização do território, pois os moradores do campo não estão mais isolados da cidade, como anteriormente. A intensificação da mobilidade, seja através da implementação de sistemas de transportes ou de infraestruturas, como construção ou melhorias de estradas, é um evento que está muito presente na dinâmica territorial da RMN, ou seja, também é um reflexo de um processo que ocorre em uma escala geográfica mais ampla. Como expressa Locatel (2013, p.172):

É certo que as condições para as transformações do campo encontram-se nas modificações do contexto estrutural global. Assim, um dos elementos mais determinantes do processo de urbanização é o aumento da mobilidade geográfica, tanto de pessoas e bens, como também, de idéias. Este elemento está diretamente associado aos meios de transporte e de comunicação.

Desse modo, ressaltamos, mais uma vez, que as redes de transportes e comunicação foram e continuam sendo vetores importantes dessa modificação, na medida em que favorecem uma maior difusão e integração dos elementos urbanos com os do rural. Assim, consideremos as redes como elementos constituintes e transformadores do território em sua materialidade, mas também como dado social que favorece o acontecimento das relações, ações sociais e trocas de ideias, hábitos e informações, tornando, assim, o território mais fluido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre o campo e a cidade, no período técnico-científico-informacional, vêm sendo acrescidas de novas formas e novos conteúdos que lhes conferem um caráter mais denso. Sabemos que ainda há muito no que avançar nas discussões sobre tais relações, principalmente quando se pretende elucidar os conteúdos, identificar as formas e explicar as ações e as transformações que se processam tanto na cidade quanto no campo. Nesse caminho, a geografia, enquanto ciência social, tem possibilitado aportes teóricos e o desenvolvimento de pesquisas que envolvem a relação campo–cidade baseadas em abordagens como a dicotômica, o *continuum* e a urbanização do campo, conforme destacamos ao longo do texto.

Nas últimas décadas, pesquisadores como Locatel (2004, 2013), Maia (1994), Sposito (2010), Lefebvre (2001) e Saquet (2013) têm dado contribuições valiosas para o entendimento das relações entre o campo e a cidade no período atual e, por isso, se constituíram nos principais interlocutores para as reflexões que elaboramos ao longo da nossa pesquisa, na qual procuramos refletir sobre a relação campo–cidade a partir da abordagem territorial, pois entendemos que a urbanização no período atual não está mais restrita à cidade, e sim abarca todo o território e, portanto, implica em mudanças significativas no campo, mas que não significam o seu desaparecimento.

Partindo deste entendimento, optamos, neste trabalho, por buscar o processo de urbanização do território e as transformações do meio rural no município de Macaíba/RN, a partir de novos elementos que surgem no campo, são acrescentados ao território e expressam as transformações nessa relação, marcada por novos sentidos, ações e intenções que apontam para a superação da velha dicotomia entre esses espaços e para uma maior integração entre eles.

O desenvolvimento da presente pesquisa nos colocou diante de alguns desafios, como responder à questão central deste trabalho e elaborar reflexões sobre a urbanização enquanto processo territorial. A adoção de uma perspectiva teórico-metodológica como esta para a compreensão do processo de urbanização do território e as transformações do meio rural afastou-nos de uma visão dicotômica, ao possibilitar a compreensão das complementariedades, das articulações, das interdependências e das inseparabilidades existentes entre o campo e a cidade.

A perspectiva territorial da urbanização também possibilitou desvelar as transformações ocasionadas por esse processo no campo em Macaíba, dentre as quais destacamos: aumento da população rural; instalação de novos equipamentos; maior mobilidade através das redes de transportes; e a realização de atividades não agrícolas, que expressam os novos usos e a nova

configuração no campo. Como evidência do processo de urbanização do território e das mudanças ocasionadas por ele no campo em Macaíba, alguns eventos foram colocados em evidência e privilegiados ao longo da pesquisa. Estes eventos, entendidos como elementos da urbanização do território, isto é, infraestrutura, pluriatividade, redes (mobilidade) e serviços, estavam localizados prioritariamente e com maior intensidade apenas na cidade, mas, na atualidade, estão sendo rapidamente reproduzidos no campo.

As mudanças que estão se processando no campo de Macaíba não ocorreram por meio da modernização da agricultura, como percebido em outras porções do território brasileiro e como identificamos nas pesquisas que discutem as transformações do campo. Na zona rural de Macaíba há o predomínio da mão de obra familiar, cujos cultivos comumente são: cana-de-açúcar, mandioca, caju, feijão, milho, dentre outros. Como constatado durante a pesquisa, a atividade agrícola não cresce ao ritmo das demais atividades e nem recebe incentivos para isso, mesmo estando próxima ao *campus* da UFRN, onde existem diversos cursos que poderiam promover projetos de extensão para a zona rural do município. Além disso, o único programa feito pela Secretaria de Agricultura é o fornecimento do trator para o período de preparo do solo e, mesmo assim, segundo os agricultores, esse programa não é realizado de maneira satisfatória.

Nos assentamentos, em especial, percebemos que as políticas públicas destinadas aos agricultores são basicamente aquelas concebidas pelo governo federal, e os serviços básicos que o município oferta também não são realizados de modo satisfatório. Nessa perspectiva, não há projetos que promovam o desenvolvimento local dos assentamentos, nem ações que possibilitem diversificarem sua produção, e os que conseguem o fazem com recursos próprios.

Apesar desse quadro de referência, constatamos que a população do campo vem apresentando níveis de crescimento acentuados desde o ano de 2000, segundo dados do IBGE (2010). No nosso entendimento, três fatores favoreceram esse aumento da população: o primeiro é a política de reforma agrária, que em Macaíba desde 2000 já criou mais de sete assentamentos rurais que passaram a beneficiar em média 55 famílias por assentamento. O segundo está relacionado também aos novos usos do território, onde grandes fazendas transformam-se em condomínios fechados, e estes, talvez em menor proporção que os assentamentos, tenham contribuído para esse fenômeno. Por último, apontamos a intensificação das redes de transportes e comunicação, que pensamos ser o principal fator, pois facilitou um maior fluxo entre o campo e a cidade, não só para o município de Macaíba, mas para toda a Região Metropolitana de Natal, favorecendo, assim, que a população possa residir no campo. Além disso, a mobilidade como elemento da urbanização do território contribuiu para facilitar as trocas e para difundir valores.

Outro elemento do processo de urbanização do território é a instalação das infraestruturas, as quais, mesmo as consideradas mais básicas para a população, são equipamentos fixos que possibilitaram a interação e o surgimento dos fluxos e deram o aporte para outra dinâmica e configuração do território, contribuindo, assim, para o surgimento das atividades não agrícolas. Tal processo levou a discutirmos a pluriatividade, que, em nosso trabalho, é o fenômeno central para debatermos a não classificação do campo e da cidade a partir das atividades econômicas, pois o campo está deixando de ser exclusivamente agrícola.

Com isso, apontamos que, entre as transformações mais perceptíveis do campo, estão: os novos usos do território em decorrência da presença de condomínios fechados e a construção de moradias nas comunidades e nos distritos; a destinação de áreas de interesse industrial; a instalação de centros de pesquisas e do *campus* universitário; a destinação de áreas para equipamentos, como escolas, unidade de saúde, praças e academias públicas de ginásticas. Estes novos usos estão provocando uma nova configuração territorial no campo.

São novas formas carregadas de novos conteúdos, perceptíveis nos hábitos cotidianos e na dinâmica social do campo. Assim, coexistem antigas e novas formas, antigos e novos hábitos. Talvez esse seja um dos aspectos do campo mais difíceis de apreender em sua totalidade, pois pensamos que o que apontamos como antigas formas e antigos conteúdos sofreram modificações ao se integrarem com novas formas e novos hábitos, em que os tempos e os objetos se combinam e se condicionam reciprocamente.

Nesse processo, o entrelaçamento de elementos considerados do urbano com os do rural se faz presente na área pesquisada. Como exemplos, temos uma plantação, algo bem característico do rural, acrescida de uma placa que diz: “sorria, você está sendo filmado”, uma prática tipicamente urbana. Ainda, temos um sistema de transporte com linhas, horários e preços como na cidade, implementado no campo, cujos hábitos como parar na porta da casa e negociar os preços expressam características das relações sociais do campo. No campo de Macaíba, encontramos como exemplo de novas formas os condomínios rurais, onde se vendem antigos hábitos do campo e a valorização da natureza, ao mesmo tempo em que formas típicas do campo, como assentamentos e as comunidades rurais, reproduzem hábitos urbanos.

Mesmo com esses exemplos do entrelaçamento dos elementos urbanos com os do rural, as especificidades de cada lugar permanecem. No campo, como signos de sua representação, destacamos: a relação próxima com a natureza; a baixa densidade populacional, se comparado com as cidades; e a não expressão de uma dinâmica centralizadora. Ainda, o campo continua sendo o principal lugar, mas não exclusivo, para a realização de atividades agrícolas, uma vez que estas demandam características que nele são encontradas. Assim, pensamos que não são as

atividades agrícolas que definem o campo, mas sim as características do campo que proporcionam o exercício da atividade agrícola.

Por fim, ressaltamos que a discussão realizada acerca da urbanização do território ao longo desse trabalho teve como objetivo provocar reflexões sobre o tema de estudo. O nosso trabalho é importante por refletir sobre as mudanças que ocorrem no campo e para qual direção elas apontam, indicando que elas acontecem, sobretudo, pelos novos usos do território que se estabelecem no campo e que não significam a sua eliminação, mas a superação da dicotomia entre o campo e a cidade. Assim, algumas das inquietações com as quais iniciamos nosso trabalho foram respondidas, à mesma proporção que emergiram novas indagações, tais como: Será que a urbanização do território ocorre em outros locais que não estejam relacionados à região metropolitana? Será que realmente podemos falar em produção da cidade e reprodução do campo? Provavelmente, essas questões norteariam uma discussão mais ampla sobre o processo de urbanização do território e os novos usos do campo, o que pode advir de outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 03, n. 05, 2004.

BANCO DO BRASIL. **BB entrega 403 Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, em Macaíba/RN**. 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page118,3360,3367,1,0,1,0.bb?codigoNoticia=45395>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **CIDADES**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

_____. **Trajetórias geográficas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DANTAS, Meneval. **Macaíba**: imagens, sonhos, reminiscências. 3. ed. Natal/ Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/ Presença Edições, 1985.

DIAS, L. C; Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUATTARI, Felix; DELEUZE, Gilles. **O que é a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 1992.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**, Goiânia, ano 21, v. 2, n. 25, p. 13-33, 2005.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EGLER, Claudio, A. G. Questão regional do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**. 1997. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual Paulista - UNESP, Rio Claro, 1997.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109–123, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

FREIRE. F. H. M. A.; CLEMENTINO. M. L. **Rio Grande do Norte e sua região metropolitana no Censo de 2010**. Observatório das Metrôpoles – Núcleo Natal, 2011.

LOCATEL, Celso Donizete. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. esp. 2, p. 82-102, set. 2013.

_____. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade**: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis-SP. 2004. 423f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MACAÍBA. **Plano diretor participativo**. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA. **Prefeito busca obra para melhoria dos transportes da Região Metropolitana**. 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://prefeiturademacaiba.com.br/mnoticia.php?cod=2002>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade**: necessidade e desejo. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

MARQUES. Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MELAZZO, Everaldo Santos. CASTRO, Cloves Alexandre. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? **Terra Livre**, v. 2, n. 29, 2015.

MONDARDO, Marcos Leandro. Faces e contra-faces da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão/PR. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMECSANYI, Tomás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo. Editora Nacional, 1972.

_____. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, USP, 1978.

REIS, Douglas Sathles. **O rural e o urbano no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTADOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambú. **Anais...** Caxambú-MG: ABEP, 2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva do continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. 6. ed. 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005

_____. SILVA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. SOUZA, Maria Adelia de; SILVA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. As abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47E, 2011.

_____. **As abordagens e concepções de território**. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antônio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-175.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUTU, Ruth. **Todo es teoria**: objetivos y métodos de investigación. Buenos Aires: Lumiere, 2005.

SOBARZO, Oscar. **O urbano e o rural em Henri Lefebvre**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SOJA, Edward W. **Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITAKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **Geographia**. Niterói, Revista de Pós-Graduação em Geografia, v.4, n. 7, p. 64-68, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Clocso, 2001. p. 31-44.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário aplicado com os moradores dos distritos, comunidades e assentamentos rurais de Macaíba.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

Questionário

Essa pesquisa tem como objetivo investigar o processo de urbanização e as transformações do campo;

1. Idade:____ Comunidade em que mora: _____
 2. Sexo () feminino () masculino
 2. Sempre morou no campo? () não () sim, há quanto tempo mora?_____
- Por qual motivo foi morar nessa comunidade?
3. Tipo de propriedade rural?
 - () Pequena unidade de produção agrícola
 - () Média unidade de produção agrícola
 - () Grande unidade de produção agrícola
 - () Assentamento
 - () Aglomerados urbanos (comunidades)
 - () Condomínios
 4. Trabalha na Zona rural? () não () sim, quanto tempo? Em qual atividade trabalha?
 5. Existe oferta de emprego na zona rural? () não () sim, quais? _____
 6. Mantém algum tipo de criação e/ou plantação? () não () sim, quais? _____
 - 7 Quais os principais serviços que estão disponíveis no campo?
 - () Escolas
 - () Postos de saúde
 - () Mercadinhos e restaurantes
 - () Lojas de vestuário
 - () Lojas de eletroeletrônicos
 - () Lazer, quais?_____
 - () Outros, quais? _____
 7. Com que frequência vai à cidade? Qual cidade?_____
 - () Todos os dias
 - () Uma vez por semana
 - () A cada 15 dias
 - () Uma vez por mês

() Demora mais de um mês para ir

8. Qual o tipo de transporte mais utilizado?

- () Alternativos
- () Carro próprio
- () Moto
- () Bicicleta
- () Tração Animal

9. Quais os principais serviços e produtos consumidos e utilizados na cidade?

- () Estudo
- () Saúde
- () Compra de alimentos
- () Vestuários
- () Eletroeletrônicos
- () Lazer, quais? _____
- () Outros, quais? _____

10. Quanto à infraestrutura, as moradias dispõem de:

- () Água encanada
- () Eletricidade
- () Esgoto
- () Coleta de lixo
- () Outros, quais? _____

11. Quais itens abaixo possuem?

- () Televisão, quantas? __
- () Aparelho de som
- () Celular, com internet?
- () Internet
- () Geladeira
- () Máquina de lavar
- () Computador
- () Veículo de passeio
- () Ar-condicionado
- () Micro-ondas
- () TV por assinatura

12. Complementam a renda com alguma outra atividade? () não () sim, qual? _____